



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1201/08	DATA: 13/08/2008
INÍCIO: 14h39min	TÉRMINO: 20h41min	DURAÇÃO: 6h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h10min	PÁGINAS: 126	QUARTOS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DANIEL VALENTE DANTAS - Banqueiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta por 3 vezes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 58ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópia da ata da quinquagésima sétima reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Por este motivo, Sr. Presidente, peço a dispensa, tendo em vista que os avulsos foram distribuídos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Simão Sessim pede a dispensa da leitura da ata.

Portanto, em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Daniel Valente Dantas e para deliberação de requerimentos.

Convido o Sr. Daniel Dantas a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Só para a gente ganhar tempo, ontem, nós tivemos a oitiva do juiz, Dr. Fausto, e ele se comprometeu, a esta Comissão, em compartilhar os sigilos fiscais do processo, que está sob sua custódia, onde ele preside.

Pelo que eu entendi, seriam algumas peças de interesse desta CPI.

Eu gostaria de saber de V.Exa. como vão ser escolhidas essas peças que seriam de interesse desta CPI. Se ele iria mandar esse processo todo para cá, ou se iria uma comissão lá, em São Paulo, para analisar esse processo. Como seria feito esse trabalho, para que nós possamos compulsar o processo e saber quais as peças de interesse desta CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Relator ficou de verificar quais são as peças que ele acha importante e pertinentes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, a partir daí, encaminhar um ofício ao juiz. Depois de deliberar sobre o ofício desta CPI, nós iremos deliberar de que forma nós iremos fazer: se encaminharemos um servidor ou um membro desta CPI para verificar os autos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não, Sr. Presidente.

Eu gostaria que V.Exa. estendesse também aos membros da CPI para que pudessem também participar, junto com o Relator, da escolha dessas peças. E se for a São Paulo, que não fossem funcionários — com todo respeito que tenho pelos funcionários, que são gabaritados, são profissionais capacitados —, que fossem membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No momento oportuno, nós vamos deliberar e informar a V.Exa. (*Pausa prolongada.*)

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção aos senhores presentes pelos procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente na Secretaria.

O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações.

O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para fazer as suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer as suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Para atender às formalidades legais, poderia ter sido firmado termo de compromisso se o Sr. Daniel Dantas tivesse vindo aqui na condição de testemunha. Mas ao que parece, em função de *habeas corpus* impetrado no Supremo Tribunal Federal, o Sr. Daniel Dantas se considera como investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, não fará o mesmo compromisso de dizer a verdade, tendo em vista o pronunciamento da Suprema Corte deste País.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, tão logo eu termine, passarei a palavra a V.Exa.

Quero esclarecer aos presentes, inclusive ao advogado e ao próprio depoente, que o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito é apurar interceptações telefônicas indevidas e ilegais, bem como analisar o sistema de interceptação telefônica neste País, tendo em vista vários fatos que vêm sendo veiculados na imprensa nos últimos anos, dando conta de interceptações indevidas, interceptações ilegais, interceptações que são feitas, inclusive, na busca de segredos industriais, de negócios. Esta CPI, de alguma forma, tem dados e informações referentes a essas questões. Razão pela qual as perguntas serão dirigidas nesse sentido para apurar esse tipo de atividade criminosa.

Antes de passar a palavra ao depoente, pela ordem, solicitou o Deputado Vanderlei Macris, a quem concedo a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nós temos notícia, nos jornais de hoje, de que o depoente teria entrada com uma ação, um *habeas corpus*, no Supremo Tribunal Federal, obtendo uma liminar no sentido de que não sejam necessárias respostas a indagações feitas por esta CPI. V.Exa. repete que ao que parece, existe essa ação judicial.

Quero indagar de V.Exa. se existe ou não uma comunicação oficial do Supremo Tribunal Federal a V.Exa., como Presidente desta Comissão, comunicando que, efetiva e oficialmente, nós recebemos, como CPI, essa informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Talvez V.Exa. não tenha atentado ontem quando eu disse que havia chegado um fax, por parte do Supremo Tribunal Federal, deferindo a ordem de *habeas corpus*, no sentido de que o réu não é obrigado a se auto... o paciente não é obrigado a se auto-incriminar.

Portanto, ele está aqui respaldado por uma ordem do Supremo Tribunal Federal, que concede a ele *habeas corpus* nesse sentido. Está aqui na Mesa e se encontra à disposição de V.Exa.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É apenas essa pergunta, porque V.Exa. disse: “ao que parece, existe”. Então, esse “ao que parece” me fez pensar que não tinha comunicação oficial.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Exa. a manifestação.

Se eu disse “ao que parece”, disse de forma equivocada.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão Sessim com a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Também igual ao Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. deu as explicações iniciais e me ficou a seguinte dúvida: o nosso convidado, testemunha, deixa de declarar ao início do depoimento que falará a verdade, somente a verdade, porque ele sai da condição de testemunha para a condição de investigado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou ler a decisão do Supremo Tribunal Federal, que melhor esclarecerá V.Exas.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Seria melhor até saber qual o Ministro que deu a liminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - “*Habeas Corpus*.”

Paciente: Daniel Valente Dantas.

Impetrante: Nelio Roberto Machado.

Co-autora: Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

Comunico a V.Exa. que, nos termos da decisão, cuja cópia segue via fax, deferi pedido de liminar para assegurar ao paciente, que não está dispensado da obrigação de comparecer perante a CPI das Escutas Telefônicas:

- a) *o direito de ser assistido por seu advogado e de comunicar-se com este durante a sua inquirição, bem*



como o acesso aos documentos nos quais haja referência ao seu nome;

- b) a possibilidade de exercer o seu direito ao silêncio, incluído o privilégio contra a auto-incriminação, excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas processuais.*

Em razão de o paciente ostentar a condição de réu em ações penais acerca dos crimes cuja apuração constitui objeto da CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, ressalto que ele não pode ser obrigado a assinar termo ou firmar compromisso na condição de testemunha em relação aos respectivos fatos”.

Ministro Joaquim Barbosa, Relator do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu insisto na questão de ordem, Sr. Presidente.

Então, ele sai da condição de testemunha e passa à condição... A única condição que pode fazer com que não precise declarar é na condição de testemunha. Se essa decisão foi dada nesse sentido, passa o nosso convidado, testemunha Daniel Dantas, a ser investigado por esta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. colocou com muita propriedade. Em primeiro lugar, ele não é convidado. Ele é convocado a comparecer nesta Comissão Parlamentar de Inquérito; em segundo lugar, a formulação da convocação era na condição de testemunha. Ele, ao impetrar essa ordem de *habeas corpus*, se coloca na condição de investigado e como tal, então, será tratado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, não será obrigado a assumir compromisso de dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, mais uma vez, desculpe. Nós não podíamos fazer um apelo ao meu querido amigo, Dr. Nelio Machado, que é um *expert*? Essa condição de testemunha, para o nosso objetivo, o objetivo desta Comissão, que é apenas falar em escuta telefônica, nada com relação



à operação, não era muito mais confortável para a Comissão, para o foco que nós temos a atingir e para o depoente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acredito que esse até fosse...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Esse apelo não pode ser feito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que não. Eu acho que é uma ordem de *habeas corpus*, nós temos que cumpri-la. Ele tem um prazo de 20 minutos para fazer sua manifestação e pode ser que na sua manifestação ele traga alguma informação que possa fazer com que nós mudemos de idéia. Mas como eu disse, ele hoje, em função desse *habeas corpus*, está nesta Comissão na condição... ele se colocou na condição de investigado e como tal será tratado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para que a gente não retarde muito os trabalhos, vamos começar, então, dando a palavra...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sim, Presidente. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...ao Sr. Daniel Dantas, pelo prazo de 20 minutos, para poder fazer as suas manifestações iniciais antes de ser inquirido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço a V.Sa., quando for falar, que aperte o botão para ligar o microfone.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não farei manifestações iniciais. Eu estou disponível para responder às perguntas de V.Exas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não há manifestação inicial por parte do Sr. Daniel Dantas.

Portanto, antes de passar a palavra ao Relator para os seus questionamentos, eu vou fazer a seguinte pergunta ao Sr. Daniel Dantas. Várias notícias foram veiculadas na mídia, há muito tempo, envolvendo o nome do senhor com o uso de interceptações telefônicas, tendo sido afirmado, inclusive, que o senhor teria contratado uma empresa para realizar esse tipo de interceptação e que teria, inclusive, interceptado agentes públicos. Então, a pergunta que eu faço ao senhor é se esses fatos narrados pela imprensa e pela mídia, de uma maneira geral, são verdadeiros ou se são falsos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - São falsos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se eles são falsos, quais foram as medidas que o senhor adotou, tendo em vista essas publicações?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nós mandamos cartas de esclarecimento e foram publicadas notas de esclarecimento na maioria dos jornais do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor tem conhecimento de que a imputação que lhe é feita pelas matérias jornalísticas é uma imputação da prática de crime. E sendo uma imputação de prática de crime, quero saber se V.Sa. adotou alguma medida judicial para que esse tipo de fato não voltasse a se repetir, ou se pediu a indenização para a defesa da sua honra.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não adotei medidas judiciais contra a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ao que o senhor atribui essas alegações e essas informações veiculadas na imprensa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Acho que essas informações tinham o propósito de produzir efeitos contrários ao nosso grupo, numa disputa societária, que se estendeu por vários anos sobre o controle da Brasil Telecom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor poderia então explicitar melhor que disputa é essa? Eu peço à técnica que aumente o som do microfone do depoente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Desde 1999 que a Telecom Italia, ao ter o seu controle adquirido pela Olivetti, veio ao Brasil e se mostrou inconformada com o fato de ela ser uma empresa de telecomunicações italiana e ser sócia de um consórcio, do qual investidores nossos eram parte, e não deter o controle da Brasil Telecom. O contrato que ela firmou, na época da privatização, assim rezava. A Telecom Italia, no momento da privatização, disputava a TELESP, em conjunto com a Globo. E formou um segundo consórcio conosco, e, nesse segundo consórcio, ela não era permitida assumir o controle da companhia, dado que, naquela época, a legislação rezava que nenhum grupo poderia possuir o controle simultâneo de duas empresas de telefonia fixas, mesmo que em áreas distintas. Em 1999, o controle da Telecom Italia foi adquirido por um empresário, chamado Roberto Colaninno, que esteve no Brasil, teve uma reunião comigo e disse que queria o controle da Brasil



Telecom, independente de não lhe pertencer, e queria usar de todos os meios para conseguir, obter esse controle. A partir daí, começa a escuta societária, que acabou envolvendo o Governo, o Estado e a imprensa. E uma série de notícias e fatos foram criados para tentar criar dificuldades ao nosso lado, e, entre eles, a acusação de que eu teria contratado a Kroll para investigar a Telecom Italia. Na verdade, eu não contratei a Kroll. A Brasil Telecom contratou a Kroll. A Kroll investigou a Telecom Italia. Não há notícia de nenhum grampo telefônico na investigação da Kroll. Existe um processo em andamento. Nesse processo, não tem grampo, não tem nenhum grampo telefônico, e a imprensa continua repetindo o fato de que existem grampos telefônicos na investigação da Kroll. A Brasil Telecom contratou a Kroll por ser a empresa mais reputada internacional nesta área — a mesma empresa que o Congresso Nacional utilizou, quando decidiu investigar possíveis desvios de recursos, na época da gestão Collor, pelo Sr. PC Farias. E essa empresa foi recomendada à Brasil Telecom, na época, pelo sócio, que era o Citibank, que é o maior cliente mundial da Kroll. O fato é que não há grampo. O fato é que, no processo na Justiça, não tem grampo. Essa acusação... Não há acusação de grampo, e a imprensa continua divulgando que a Kroll foi contratada para fazer grampos ilegais. Quem fez grampos ilegais, nesta disputa societária, ao que tudo indica e ao que consta, foi a Telecom Italia, que utilizou uma infra-estrutura no Brasil. Isso é alvo de uma investigação criminal na Itália, no qual eu fui chamado como testemunha, prestei depoimento. E ali, sim, vários agentes da Telecom Italia confessaram que participaram e pagaram no Brasil agentes para produzir escutas telefônicas e invasão de correspondência nossa e de empresas a nós ligadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Da mesma forma, esteve aqui nesta Comissão e tudo deu a entender que teria sido V.Sa. o mandante de uma interceptação telefônica, que recaiu sobre o Sr. Paulo Marinho em conversas com o Sr. Boechat, que depois foram disseminadas na imprensa, que veio a resultar, inclusive, na demissão do Boechat das Organizações Globo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não fui eu o mandante dessas escutas telefônicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor tem conhecimento delas?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Tenho conhecimento delas. Elas foram, inclusive, publicadas pela revista *Veja*. E tenho conhecimento do fato de que, em sincronia com essa publicação, o Sr. Boechat foi desligado das Organizações Globo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Sr. Paulo Marinho trabalhou com o senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O Sr. Paulo Marinho nos prestou consultoria durante um período de 11 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E esse fato se deu após o desligamento dessa consultoria?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei se a escuta telefônica era durante o prazo da consultoria. A publicação foi depois de o Sr. Paulo Marinho ter se desligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que o senhor pode nos dizer desse procedimento em que o senhor foi testemunha na Itália. O senhor tem cópia desse processo? E se houve interceptação por parte dessas pessoas no Brasil?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não tenho cópia desse processo, a não ser pedaços desse processo que foram publicados na imprensa. Cópia... Uma parte ou grande parte desse processo foi anexado por um dos investigados no processo que nós respondemos na Justiça de São Paulo. E nós fizemos 3 ou 4 representações à Procuradoria-Geral da República, uma entre elas solicitando o cumprimento de um tratado internacional anticorrupção, pedindo ao Procurador-Geral da República que solicitasse a íntegra desse processo, para que viesse ao Brasil. Eu não tenho conhecimento do andamento dessa solicitação ou desse pedido. Mas, se os senhores quiserem, eu tenho a cópia aqui das 4 representações ou 3 que foram encaminhadas à Procuradoria-Geral da República, solicitando que trouxesse para o Brasil a cópia desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pediria então a V.Sa., se fosse possível, que deixasse para que a Comissão pudesse registrar esses documentos. Poderá ser entregue pelos seus advogados, oportunamente.



Uma outra pergunta que me cabe fazer a V.Sa., nessas indagações iniciais: a quem, então, portanto, o senhor atribui o fato de o senhor ser réu hoje de quantas ações criminais?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu sou réu de 3 ações criminais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor pode declinar que ações são essas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Uma delas é a ação da Kroll. Na ação da Kroll, a acusação é de que, ao contratar a Kroll, eu a contratei, embora não tenha contratado, porque sabia que a Kroll faria atos ilegais a nosso benefício. Há uma segunda investigação, uma segunda ação criminal, no qual já foi até concedido *habeas corpus* trancando parte da ação, no qual eles acusam que eu teria mandado uma pessoa contratar um investigador para fazer grampos telefônicos. Essa pessoa, que é o Carlos Rodemburgo, que a acusação diz que foi mandado por mim contratar o investigador, já obteve um *habeas corpus* porque a testemunha não reconheceu ou reconheceu que a fotografia não era dele. E o meu *habeas corpus* já foi pedido, a ação está trancada e passível de um julgamento, que deverá ser breve. E a terceira, é essa investigação da Operação Satiagraha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Sa. está afirmando que é réu numa ação, onde lhe atribuem a contratação da Kroll para execução de serviços de investigação, onde, inclusive, se alega ter havido interceptação telefônica. É isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não alegam ter havido interceptação telefônica. Alegam que a Kroll cometeu irregularidades. Não tem na ação... Eu posso até te perguntar.

O SR. NELIO ROBERTO MACHADO - Na verdade, se eu puder esclarecer. No caso da Kroll, o que se alega é que essa empresa, contratada pela Brasil Telecom teria se excedido e, eventualmente, obtido dados pessoais de algumas personalidades que estavam, a rigor, a serviço dos interesses da Telecom Italia. Mas não há, efetivamente, nenhuma acusação. E contra essa acusação pende de julgamento um *habeas corpus* impetrado pelo advogado, por eu próprio, onde nós sustentamos absoluta impropriedade do procedimento criminal. Não foi julgado ainda, será em breve.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, questão de ordem. O advogado não pode responder. Ele pode se comunicar com o seu cliente, mas ele não pode responder à Comissão, não. Ele pode dar informação a seu cliente e ele responder à Comissão. Ao advogado não é lícito se manifestar nesta Comissão. Regimentalmente, eu gostaria que V.Exa. tomasse as providências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Arnaldo. Penso que o esclarecimento serviu à Comissão. De qualquer maneira, peço, portanto, ao advogado que instrua o seu cliente, para que ele possa repetir à CPI o que V.Sa. havia dito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos continuar.

Vou passar a palavra agora ao Relator para formulação dos seus questionamentos e, depois, aos demais inscritos, lembrando que nós estamos investigando escutas ilegais e essas escutas foram atribuídas ao Sr. Daniel Dantas.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Sr. Daniel Dantas, Dr. Nelio, senhores e senhoras, Sr. Presidente, V.Exa. já formulou algumas das perguntas que eu teria formulado, mas eu ainda tenho algumas complementações.

A primeira. Pelo que entendi do depoimento do Sr. Daniel Dantas, estabeleceu-se uma disputa societária entre o grupo dele e o grupo da Telefônica de Itália pelo controle da Brasil Telecom. Isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E nessa disputa societária alguns lances de ataques e contra-ataques... E nessa disputa societária, a Telefônica de Itália teria acusado o grupo de V.Sa. de contratar empresas para fazer escutas ilegais contra a Telefônica de Itália. É verídico que a TIM teria acusado o grupo de V.Sa. de fazer escutas ilegais contra executivos da Telefônica de Itália?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não tenho conhecimento de nenhuma acusação formal que a TIM tenha feito, de que nós tenhamos feito escutas ilegais contra seus executivos. Onde surgiu esse assunto de escutas ilegais foi na imprensa. E surgiram os assuntos das escutas ilegais em cima das acusações que cercaram o trabalho da Kroll, mas eu não tenho nenhuma lembrança de uma acusação direta feita pela TIM nesse sentido.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Kroll foi contratada pelo Grupo Opportunity ou pela Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A Kroll foi contratada pela Brasil Telecom e não pelo Opportunity.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para prestar serviço a quem?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Para prestar serviço à Brasil Telecom.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu queria que V.Sa., por favor, especificasse quais serviços a Kroll foi contratada para realizar?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A Brasil Telecom, em 1999, participou da aquisição da Companhia Riograndense de Telecomunicações, a CRT. Na época da privatização, existia um regulamento de que as empresas tinham que ter áreas contíguas. A CRT tinha sido adquirida 1 ano antes pela Telefónica de España. A Brasil Telecom foi adquirida pelo nosso consórcio — nós, Telecom Italia. A ANATEL...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Opportunity, Citibank, fundos de pensão e Telecom Italia.

(Não identificado) - Quais os fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - PREVI, PETROS, FUNCEF... Não me lembro, tinha uma série de outros menores. A ANATEL entendeu que a Telefónica não poderia possuir, simultaneamente, a concessão da TELESP e o controle da Companhia Riograndense de Telecomunicações porque feria o plano de outorga e deu à Telefónica de España 18 meses para vender a Companhia Riograndense de Telecomunicações. Neste momento, apenas 3 companhias tinham o direito de comprar: a Brasil Telecom e mais 2 companhias pequenas que não tinham porte. Então, na prática, era a Telefónica de España, tendo que vender, e a Brasil



Telecom, sendo a única compradora do sistema que estava credenciado à aquisição. Na época da aquisição, a Brasil Telecom formulou uma proposta de 750 milhões de dólares e, algum tempo depois, a Telefónica de España deu — acho que era até uma quinta-feira para que a proposta fosse entregue e na sexta-feira ela publicou um balanço mostrando que a Companhia Riograndense de Telecomunicações havia perdido 20% do patrimônio no ano. A Brasil Telecom considerou que tinha havido má-fé, em termos das informações que lhes tinham sido fornecidas, e deixou cair a proposta para reformular uma proposta a preços menores, quando foi surpreendida com um contrato feito à sua revelia pelo sócio que não tinha credenciais nem estava qualificado, que era a Telecom Italia, que tinha acertado com a Telefónica que pagaria 850 milhões de dólares pela aquisição da CRT. Nós nos insurgimos contra isso. A Brasil Telecom não concordou e demorou uns 6 meses numa disputa infernal, na qual, no fim, por pressão do Governo, a Brasil Telecom acabou sendo obrigada a pagar 800 milhões de dólares para adquirir a CRT. Diminuiu um pouco, uns 50 milhões de dólares a mais, mas pagou mais do que era necessário e depois verificou que a empresa ainda tinha mais imperfeições do que aquilo que lhe tinha sido mostrado inicialmente. Havia rumores e uma forte desconfiança de que essa diferença de preço, em parte, seria distribuída com pessoas envolvidas em política e no Governo. A Brasil Telecom decidiu que ia entrar com uma ação contra a Telecom Italia, por ter forçado o pagamento sobre preço da CRT. Por sugestão e solicitação dos advogados internacionais que assistiam a Brasil Telecom, resolveu contratar a Kroll para colher provas e achar evidências de que esse dinheiro teria sido usado para fins indevidos, na medida em que essa prova facilitaria muito à Brasil Telecom conseguir obter o ressarcimento dessa indenização. Esse foi o foco original da contratação da Kroll.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, o foco original foi para... Sim, a partir desse foco original, o contrato passou a ter outros desdobramentos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. O contrato é o seguinte: em alguma... Tem até uma carta aí que posso pedir para lhe entregar. Não é esta aqui não. Isso é nota de esclarecimento. Em algum momento, o Citibank pediu para ter uma reunião com a Kroll, em Nova Iorque. O Citibank solicitou à Brasil Telecom que



agendasse uma reunião porque gostaria de receber uma apresentação da Kroll em relação às circunstâncias e mostrar as suas impressões e o que ela tinha encontrado. Nessa reunião, o Citibank, através do seu Vice-Presidente Michael Carpenter, pediu à Kroll para saber se essas irregularidades se resumiam a atos do passado ou se a atual administração da Telecom Italia também estava envolvida em procedimentos da mesma natureza. Aí vale uma ressalva: nesse período, a Telecom Italia que, como disse anteriormente, tinha sido adquirida pela Olivetti, nesse período, a Olivetti vendeu a Telecom Italia, o controle da Telecom Italia ou a sua maior participação, para a Pirelli. Então, o controlador da Telecom Italia, ou o maior acionista — porque, no caso da Telecom Italia, não chegava a ser controlador, mas um acionista de referência —, deixou de ser o Sr. Roberto Colaninno para virar a Pirelli. A dúvida que foi suscitada nessa reunião, na sede do Citi, em Nova Iorque, era se as irregularidades se resumiam ao passado da Telecom Italia, encerrado pela venda da participação para a Pirelli, ou se as práticas continuavam. A partir desse momento, por solicitação do Citibank, que era o maior acionista naquele momento da Brasil Telecom, a Kroll passou a averiguar se existia indícios de irregularidades no presente, porque o Citibank tinha se oferecido à Brasil Telecom para atuar como um mediador, um negociador e tentar resolver as distensões societárias que existiam naquele momento. Tem uma correspondência da Kroll que está aqui e a autorização... Tem uma correspondência da Kroll que vou deixar aqui e a autorização que a Brasil Telecom deu para que a Kroll tivesse essa reunião e entregasse ao Citibank as informações que tinha obtido no curso dessa análise.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, eu só queria entender melhor: qual exatamente eram os termos da contratação da Kroll? Ela fazia análise de mercado? Ela fazia análise de práticas? Como essas práticas eram investigadas pela Kroll?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, o contrato da Kroll, eu não me lembro do contrato original. Eu lembro que o espírito do contrato original era achar para onde havia ido o dinheiro que foi desviado da Brasil Telecom. A especialidade internacional da Kroll, a mesma que o Congresso contratou, era seguir o dinheiro. Dizer: “Vamos achar esse dinheiro”. Saíram 800 milhões de dólares dos cofres da Brasil Telecom e foram para os cofres da Telefónica de Espanha e daí podem ter tido



destinos distintos. A função da Kroll era identificar se esses recursos teriam parado em destinos ilícitos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a Kroll conseguiu descobrir?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Até o momento em que a investigação foi suspensa, a Kroll não tinha, ao que tenho conhecimento, provas, e sim apenas uma sucessão de suspeitas de para onde teria ido, quem teria recebido, se teria recebido parte desse dinheiro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Daniel Dantas, a que V.Sa. atribui, não só as notícias da imprensa, como também, pelo que conheço pouco do inquérito da Operação Satiagraha, o que foi dito aqui pelo Delegado Elzio Vicente, que executivos da Brasil Telecom teriam sido denunciados em função dessa operação?

O Grupo Opportunity era um dos proprietários da Brasil Telecom. V.Sa. atribui o fato de que é atribuída a contratação da Kroll por V.Sa. o fato de que o Grupo Opportunity é um dos proprietários da Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu ia pedir para repetir a pergunta. Não sei se eu entendi corretamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, o Grupo Opportunity é um dos proprietários da Brasil Telecom. Como tal, a Brasil Telecom contratou a empresa Kroll. Então, seria por isso também atribuída a V.Sa. a contratação da Brasil Telecom? A Brasil Telecom não, a Kroll?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Quer dizer, não sei se é esse o fato. A participação dos fundos Opportunity na Brasil Telecom, como de todos os outros acionistas, é pequena, participação de 2%, 3%. Esse conjunto de acionistas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - ...tinha a prerrogativa de indicar a administração da companhia. Quer dizer... Deixa só eu fazer uma consulta aqui: Nélio, essa é uma matéria de opinião, e não de fato, mas eu não sei...

O SR. NÉLIO MACHADO - Como responder?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, ao que eu atribuo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não tenho nada contra atribuir não. Quer dizer, no meu entendimento, esse... O senhor está me perguntado a minha opinião. Na minha opinião, essa operação da Kroll foi montada, articulada e encomendada para sustar a investigação da Kroll. Porque, concomitante a isso, depois, saiu na investigação da Itália que a Telecom Italia havia distribuído 25 milhões de euros de propina no Brasil. Vinte e cinco milhões de euros naquela época, e o câmbio do euro para o real era na faixa de 3 a 4. A minha interpretação é que, e a interpretação da própria Kroll, a Kroll acha que estava próxima de achar para onde estavam indo esses recursos e que essa celeuma que foi criada em cima disso teve por objetivo o seu efeito, que foi suspender, parar e acabar com a investigação da Kroll.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para entender direito o que V.Sa. acaba de afirmar: V.Sa. está declarando que a operação, parece-me que policial, no caso a Operação Satiagraha, foi desencadeada para impedir que a empresa Kroll descobrisse para onde foram desviados os 800 milhões da Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu estou dizendo mais do que isso. Vamos ser precisos aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O senhor está me perguntando a que eu atribuo. A que eu atribuo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, é isso.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Atribuo... E eu não estou testemunhando, eu estou dizendo a que eu atribuo. A Kroll, em reuniões em que eu estive... Depois do problema com a Polícia, eu tive algumas reuniões com a Kroll, inclusive com o fundador da Kroll, que é o Sr. Jules Kroll, e várias discussões ocorreram em relação a esse tema, e o consenso — e é a minha opinião — é que a Telecom Italia articulou essa operação para que a investigação da Kroll não pudesse prosseguir.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Operação Satiagraha?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não. A Operação Chacal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Chacal. Perdão.



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, por conta de obter o destino dos 800 milhões, que não eram dos 800, era da parte dos 800, que era indevida. Mas, sim, porque, na medida em que o Citi tinha solicitado que a Kroll investigasse as atividades presentes da Telecom Italia, ficou-se com as suspeitas de que desvios de conduta que posteriormente foram detectadas e investigadas pelo Tribunal de Milão fossem captadas pela investigação da Kroll.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a Operação Chacal teria o poder de paralisar as atividades da Kroll de que maneira?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A Operação Chacal criou um enorme constrangimento a todas as pessoas, acabou sendo... Vários dos integrantes se sentiram ameaçados. A Brasil Telecom manteve, ainda durante algum tempo, o contrato da Kroll, mas, tendo em vista toda a campanha de imprensa que foi feita em volta, a Kroll ficou muito desacreditada no Brasil. E aí eu não sei por que razão, não me lembro por que razão a Brasil Telecom... Aliás, eu me lembro sim: depois dessa operação... Aliás, eu vou... Eu até tenho uma, eu tenho uma recapitulação a fazer. Durante o tempo das negociações com a Telecom Italia... Até vou pedir aqui uma... Eu vou pedir um documento aqui que eu gostaria que fosse lido... Me dá aquela, aquela... Do Mauro Sales. O negociador da Telecom Italia, naquele momento... A Telecom Italia tinha nomeado o Sr. Naji Nahas para ser o seu agente e negociador no Brasil. Eu fui procurado pelo Sr. Naji Nahas, que me disse que falava em nome do Sr. Marco Tronchetti Provera, que, naquele momento, era, e é até hoje, o Presidente do Grupo Pirelli, e que estava autorizado, em nome dele, a negociar os interesses da Telecom Italia. Eu tinha voltado de uma reunião em Roma, na sede da Pirelli, onde foi combinado um armistício no conflito societário, e a Pirelli tinha solicitado que as conversações se dessem de forma direta e que não mais houvesse vazamento de informações, por qualquer que fosse a parte, a respeito das questões societárias. Eu me lembro que o Sr. Mauro Sales, da Interamericana, era consultor da Brasil Telecom, encontrou no meu escritório em São Paulo, eram 6h da tarde, e me disse que o Sr. Naji Nahas o tinha procurado, pedindo um encontro comigo para tratar de assuntos referentes à Telecom Italia. Eu disse que não podia encontrar com o Sr. Naji Nahas, por conta do compromisso que tinha sido firmado na sede da Pirelli, em Milão, que as tratativas seriam feitas de forma direta. Até o Mauro me



disse: *“Não, mas ele é amigo íntimo do Dr. Tronchetti Provera. Eu até, no domingo, o vi pela televisão, sentado ao lado do Sr. Marco Tronchetti Provera, no Torneio de Tênis de Roland-Garros, pela televisão”*. Eu disse: *“Dr. Mauro, o fato de ser alguém ser amigo íntimo ou ter assistido um torneio de tênis junto não o qualifica. Eu preciso de ter alguma oficialidade da Telecom Italia para poder estabelecer um diálogo com quem quer que seja”*. Ele fez: *“Se você receber um telefonema do Sr. Tronchetti Provera, isso o atenderia?”* Eu disse: *“Claro”*. Não demorou 10 minutos, eu recebi um telefonema do Marco Tronchetti Provera, que deve ter ligado de casa, devia ser 11h da noite na Itália, me dizendo para tratar com o Sr. Naji Nahas, que o Naji Nahas representaria os interesses dele nesta questão. A partir daí, começamos a negociar com o Sr. Naji Nahas. O Sr. Mauro Sales continuou nos prestando consultoria e nos ajudando nessa negociação, e me trouxe um relatório, que eu acho que seria pertinente, no dia 07/10/2003, que no item — eu vou deixar a cópia do relatório —, mas no item 4 tem assim: *“Naji lembrou que há tempos vinha advertindo o Daniel sobre a campanha que os fundos, a PREVI vinham montando, e a oposição Gushiken anti-Daniel, a decisão de tirar os poderes de Daniel, e rememorou: o episódio de agora é só o começo. Vem mais. Eles vão fundo. Legalidade não é freio para quem está no poder. Naji Nahas recordou o episódio de sua prisão domiciliar, no caso das bolsas. Ela foi decretada para garantir o depoimento. Só que ele não deixaria de comparecer a uma meia dúzia de depoimentos. Não sairia de São Paulo, do seu apartamento, onde vivia. Atendeu a todas as convocações. A prisão preventiva foi decretada, pelo prazo de lei de 30 dias, ou 60, no máximo, com prorrogação limite. Os prazos se esgotaram. Ficou 6 meses, até a revogação da ordem do juiz. Tudo ilegal”*. Quando o Dr. Mauro Sales me trouxe isso, eu fiquei atento. Fiquei atento. Eu não sabia se era um aviso ou uma ameaça. Na parte subsequente, ele diz: *“Considera, no entanto, a hipótese de mudar o limão em limonada. Seria a hora de, segundo Naji Nahas, juntar Daniel com a Telecom Italia. O acordo entre ambos constituiria uma blindagem pró-Daniel, que não deveria retardar conversas decisivas. Ele insistiria que o Marco Tronchetti Provera poderia me encontrar e sugeria que fizéssemos um acordo”*. Isso ficou na minha memória. Depois, a Operação Chacal saiu, e eu li também no jornal um editorial de *O Estado de S. Paulo* e um artigo também do Deputado Paulo Delgado, onde atribuía que a



Polícia teria tomado partido na disputa societária, resolvendo favorecer um dos lados. São só informações, indícios, rumores, mas, como empresário, nem sempre se tem prova para poder agir. Na medida em que nós sentimos essas pressões, e essas dificuldades foram... Eu tinha uma arbitragem em que decidiria definitivamente se a Telecom Italia tinha ou não o direito de permanecer na Brasil Telecom, e recebi uma informação de que a Polícia iria me prender para que eu não pudesse estar presente na arbitragem. Eu saí do País com antecedência, estive na arbitragem, voltei. Foram feitos 5 pedidos de prisão, acho que 3 a mim e 2 a Carla, mas nós conseguimos ir até à arbitragem. E, logo depois, eu tomei conhecimento de que o Governo teria pressionado o Citibank para desfazer a sociedade que tinha comigo. E o Citibank desfez a sociedade que tinha comigo. Então, na medida em que eu passei a ter uma quantidade de forças contra, numa proporção que as forças que nós tínhamos não eram capazes de enfrentar, nós decidimos então fazer um acordo com a Telecom Italia, nos termos próximos do que a Telecom Italia queria, que era vender o controle da Brasil Telecom para a Telecom Italia, e, nesse momento, as investigações que se faziam a respeito da Telecom Italia cessaram. Cessaram por decisão da administração da Brasil Telecom, que, no meu entender, a minha interpretação é que ficou intimidada com tudo que teria acontecido em volta, e decidiu não mais continuar aquele esforço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A que Governo V.Sa. se refere que teria pressionado o Citibank, para ficar claro? Em que período se deu isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ao que o Citibank me informou, a pressão do Citibank foi desta administração. A pressão foi feita pelo então Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o senhor afirma que, após esse acordo com a Brasil Telecom, as investigações cessaram?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Após o acordo da Brasil Telecom com a Telecom Italia, era parte do acordo da Brasil Telecom com a Telecom Italia cancelar os serviços da Kroll, e os serviços da Kroll foram cancelados. No acordo envolvia...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, aí, nesse caso, a disputa societária teria sido encerrada?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A disputa societária com a Telecom Italia tinha sido encerrada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E, portanto, não teria mais razão de ser investigar o desvio do dinheiro e todas as condutas do grupo da Telecom...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. E aí eu acho que é interessante também ressaltar para os senhores o seguinte: o objetivo da Brasil Telecom de investigar, e o objetivo empresarial, era apenas um objetivo material, era o objetivo de encontrar o desvio de conduta para poder entrar com uma ação e obter um ressarcimento indenizatório. A Brasil Telecom não faz parte do Congresso, não é Ministério Público, não é Polícia. A Brasil Telecom não tinha como missão, objetivo, dever ou função investigar ilícitos penais de qualquer natureza. Na medida em que a questão societária tinha sido equacionada, quer dizer, quer de forma desejada ou não, mas tinha sido resolvida, a partir dali não tinha mais sentido a empresa despende esforços para tentar encontrar a solução ou encontrar a resposta para alguns questionamentos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. participou de alguma reunião com a Kroll?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Participei de várias reuniões com a Kroll. Eu participei de uma primeira reunião com a Kroll, a pedido da Brasil Telecom, em Londres. Logo depois que a Brasil Telecom contratou a Kroll, me tinha sido solicitada uma série de vezes que eu fosse... que na primeira oportunidade que eu fosse a Londres ter uma entrevista com a Kroll. E, na primeira oportunidade que eu estive em Londres, deve ter sido uns 6 a 8 meses depois da contratação, eu estive nos escritórios da Kroll e tive uma entrevista com o Sr. Tommy Helsby, que era o então Presidente Internacional da Kroll. Depois, eu tive 1 ou 2 entrevistas com investigadores ou analistas da Kroll que estiveram no Brasil. E eu estive presente em 2 reuniões de apresentação que a Kroll fez na sede do Citibank, em Nova Iorque.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E essa participação foi a título de quê? O fato de ser acionista? V.Sa. era o executivo responsável por essa ligação com a Kroll?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, as entrevistas foram a título de dizer para a Kroll o que eu sabia, o que eu tinha escutado, o que poderia achar e rumores que eu, porventura, tivesse ouvido. Esse foi o objetivo da entrevista. Foi de colaborar com a Brasil Telecom no sentido de que, se tivesse alguma informação ou alguma visão, que eles pudessem tomar conhecimento e pudessem fazer dela o uso que achasse mais apropriado. Na sede do Citibank, participei da apresentação que a Kroll fez, e, na reunião com o Sr. Tommy Helsby, foi uma pequena entrevista. E ele também me apresentou basicamente como é que eles trabalhavam e o que eles gostariam de que eu informasse. Foi uma introdução e uma entrevista.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem era o executivo responsável por manter relação com a Kroll, pela Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Olha, eu não sei diretamente quem. Quem me reportava, quem tratava comigo quando tratava alguma coisa da Kroll, era diretamente com a Presidente da Brasil Telecom, a Sra. Carla Cicco. Mas eu não sei se ela tinha algum outro executivo, possivelmente teria, que cuidava diretamente da relação. Disso eu não me lembro, eu não sei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Daniel Dantas, V.Sa. teria afirmado aí que, num desses contatos com a empresa Kroll, teria mantido contato com investigadores da Kroll. Quais eram as atividades que esses investigadores exerciam?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Os investigadores que eu mantive contato foi numa entrevista em Nova Iorque. E esses investigadores eram analistas financeiros que tinham o objetivo de tentar rastrear o... Como é que se diz? Eles chamam de traquear. É seguir o fluxo do dinheiro para verificar se esse sobrepreço da CRT teria tido um destino indevido. E eu gostaria apenas de complementar a minha resposta. É que, depois da chamada Operação Chacal, eu aí tive umas 3 reuniões em Nova Iorque, com o então Presidente do Grupo Mars, que era o dono da Kroll, que era o Sr. Jules Kroll. E essas reuniões foram basicamente para tentar entender ou tentar entender porque tudo aquilo tinha acontecido e administrar a comunicação com a imprensa. Mas já não era mais a respeito de nada ou qualquer entrevista sobre fatos, e, sim, sobre as razões, a Operação Chacal em si e uns comunicados que a Kroll iria fazer para a imprensa internacional.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. poderia declinar para esta Comissão Parlamentar de Inquérito quem são os denunciados no inquérito da Operação Chacal ?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu nem sei. É... Carla Cicco, da Brasil Telecom, eu e os outros todos são funcionários da Kroll. Mas eu não sei o nome dos outros assim de cabeça.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E essa denúncia versa sobre... Qual é a acusação que...? Da denúncia, a acusação, qual seria?

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Bom, o Dr. Nélio Machado está me dizendo o seguinte: ele tem uma cópia da denúncia, mas essa operação, essa... Eles têm segredo de justiça. Então, não podem dar a cópia da denúncia. Mas dizendo que se os senhores...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas V.Sa. pode estar à vontade para responder. Quero saber se, no caso da Operação Satiagraha, da denúncia formulada pelo Ministério Público consta alguma acusação de participação de ter ordenado interceptações ilegais telefônicas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não versa sobre essa matéria?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Escuta ambiental?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma coisa que não ficou muito clara para mim, Sr. Daniel Dantas, é a seguinte: pelo que tem saído na mídia, em informações que teriam sido prestadas por V.Sa., V.Sa. não é banqueiro, por não ser dono do Opportunity; o senhor não tem participação executiva, ou não tinha, ao que parece, na Brasil Telecom e V.Sa. participa de todos os atos relativos a questões administrativas em que o Banco Opportunity teria participação e numa empresa em que V.Sa. também não era, pelo menos ao que me parece, membro do *board* ou executivo. V.Sa. poderia explicar a razão pela qual V.Sa. se dedicou a essas questões?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Bom, são 2 assuntos. Em relação ao Banco Opportunity, não participo de nenhuma atividade do Banco Opportunity. O Banco Opportunity nos presta serviços. Em relação à empresa Opportunity, a empresa de investimentos, o meu papel basicamente é decidir onde investir, quando investir, o quanto investir, como desinvestir, quando desinvestir. Normalmente, eu não participo de atividade administrativa alguma. No caso da Brasil Telecom, não era membro do Conselho e não fazia parte da administração da companhia. Eu sempre estive à disposição da companhia para socorrer em momentos que a companhia me solicitou por precisar. Vou dar um exemplo: quando a Telecom Italia fechou um acordo de pagar 800 milhões de dólares na compra da CRT, por conta e ordem da Brasil Telecom, sem o conhecimento, autoridade ou autorização da Brasil Telecom, ela chamou o Presidente da Brasil Telecom para assinar esse documento na presença do Ministro e do Presidente da ANATEL. O Presidente da Brasil Telecom foi até lá. Disse que não ia assinar. E, a partir daí, uma pressão enorme recaiu sobre ele e que, de longe, excedeu a capacidade da empresa de lidar com a circunstância, na medida em que ficou a percepção de que existia um interesse de governo no assunto. A partir daí eles me ligaram e pediram ajuda. E eu passei uns 6 meses ajudando. Em relação ao assunto da Kroll, é diferente. A Kroll entrevistou não só a mim; entrevistou várias pessoas que entendia que podiam ter alguma informação que fosse relevante. E eu fui uma das pessoas que foi entrevistada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A empresa Opportunity fez alguma contratação da Kroll, diretamente?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não lembro se a empresa Opportunity fez alguma contratação da Kroll. Eu lembro de 3 contratações que foram feitas, da Kroll. Na época da privatização, a Telecom Italia estava muito preocupada com o vazamento de informações, porque, na compra da CRT, a que me referi antes, que a Telefónica de España teria comprado a CRT, havia 3 consórcios disputando a CRT: um consórcio formado por nós e a France Telecom, a Telecom Italia disputava a compra da CRT, não me lembro se com a Globo ou sozinha, e a Telefónica de España era independente, sozinha, não tinha um consórcio. No leilão da CRT, a Telefónica de España ganhou da Telecom Italia com uma margem de 0,3% de diferença, a margem mínima entre o preço oferecido pela proposta da



Telecom Italia e o preço oferecido pela proposta da Telefónica, o que levou a Telecom Italia a suspeitar de que ela tinha sido violada e que a sua proposta era de conhecimento da Telefónica. E, só por conta disso, seria plausível uma vitória com uma diferença tão pequena e, de alguma forma, a Telefónica de Espanha tomou conhecimento de que o nosso consórcio não iria apresentar uma proposta. Então, ela sabia que ganharia. E essa situação ficou um pouco mais patente, na medida em que a comemoração começou antes da abertura do terceiro envelope. A partir daí, a Telecom Italia passou a desconfiar de que a sua correspondência ou as suas informações tinham sido invadidas. E contratou a Kroll para botar segurança no consórcio e estabelecer normas e tentar monitorar contra a presença de grampos telefônicos. A Kroll trabalhou durante 3 meses. Parte do tempo na sede do nosso escritório, parte do tempo na sede dos escritórios da Telecom Italia e parte do tempo nas salas de reuniões que foram alugadas para discussão de preços. E, ainda assim, com todas as medidas de segurança que afirmou terem adotadas, ainda assim, não conseguiu impedir os grampos telefônicos, que acabaram virando aqueles grampos da privatização do BNDES. Parte desses grampos telefônicos eram em linhas telefônicas nossas. E a Kroll tinha vendido o serviço de que monitoraria com segurança, mas, aparentemente, os grampos se viabilizaram independentemente disso. Depois, a Brasil Telecom contratou a primeira vez a empresa Kroll no Brasil para tentar obter informações a respeito desse desvio de recursos na compra da CRT. E a terceira vez foi essa contratação que a Brasil Telecom fez da Kroll, e aí, sim, da Kroll internacional. Essa contratação foi feita em Londres, na medida em que a Sra. Carla Cicco achou que o trabalho feito pela Kroll no Brasil não tinha sido bom e imaginou que, na medida em que os recursos decorrentes da aquisição da CRT tinham sido todos transferidos para o exterior, achou que a contratação de uma unidade internacional poderia trazer melhores frutos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Daniel Dantas, a Kroll só desenvolve atividades defensivas ou também desenvolve atividades ofensivas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei. Eu não usei a Kroll. Uma coisa que depois ficou, que me veio aos olhos, em 2007... Porque o curioso é o seguinte: embora a Kroll tenha feito esse trabalho para a Brasil Telecom, eu nunca



tive acesso ao relatório da Kroll. Não que eu não pudesse ter tido acesso. Mas eu não tive o acesso por 2 razões, e a principal delas é: como nós tínhamos vários processos internacionais, os advogados americanos nos aconselharam, como até hoje aconselham, que o conhecimento fosse dado apenas aos advogados, na medida em que os advogados não podem ser chamados como testemunhas. E assim eu evitava a manobra de alguém nos chamar como testemunha para tentar obter as informações que eram propriedade da companhia e que ela não gostaria que fosse antecipada pelo seu adversário. Depois do problema da Kroll, nós recebemos uma cópia desse relatório pela imprensa. E já tinha vazado bastante na imprensa. E por tudo que olhei, ela não conjuga um verbo no futuro; são todos os verbos no passado. Quer dizer, a imprensa distorceu colocando que a Kroll estava fazendo espionagem. A espionagem é para tentar adivinhar o que ocorrerá. E no relatório da Kroll só diz o que ela imagina que tenha ocorrido. Quer dizer, eu não tenho conhecimento se a Kroll presta esse serviço. Eu sei que esse não foi o serviço que a Brasil Telecom contratou da Kroll.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. tem conhecimento de que a Kroll contrataria empresas terceiras para realizar serviços para ela, que não fosse da especialidade dela?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Quando eu estive em Londres e conversei com esse Tommy Helsby, que era o Presidente da Kroll, ele me disse que a maioria do trabalho dele, ele trocava informação com a imprensa. Que eles eram uma grande fonte e que ele obtinha muita informação de jornalistas, que eles tinham um quadro de contadores e de especialistas em contabilidade muito grande, e que a grande especialidade deles era seguir a rota do dinheiro. Eles chamam em inglês *follow the money*, seguir a trilha do dinheiro. Não me disse como fazia as investigações, apenas me deixou entender que, pelo fato de ser uma empresa internacional de grande porte, ela é contratada por muitas empresas. E até o curioso em toda essa celeuma que é feita, a Kroll continua a operar no Brasil. Várias empresas grandes são clientes da Kroll. A Kroll me disse, por exemplo, que a PETROBRAS tinha contratado a Kroll para uma questão em cima de uma plataforma que aparentemente tinha sido entregue, eu acho que com defeito, e uma seguradora não queria pagar, e a Kroll estava examinando para mostrar que não tinha havido



nenhuma irregularidade do ponto de vista da PETROBRAS e que por conta disso era merecedora do pagamento, ou foi a seguradora que contratou, mas eu sei que a PETROBRAS contratou a seguradora, contratou... Havia muitas pessoas que contrataram a Kroll aqui no Brasil. O que ele me disseram era que o fato de serem, na época, a maior empresa internacional no ramo dava uma grande vantagem. Quando conversou conosco a respeito desse assunto da CRT, ela disse já tinha informações a respeito de um advogado, se não me engano iraniano, que era advogado do Sr. Juan Villalonga, que, na época, era o presidente da Telefônica, no qual ela sabia que tinha sido receptor de dinheiro, mas isso veio por conta de outro trabalho. Então, o fato de ter mais de um contratante fazia com que a informação que era obtida no curso de uma iniciativa pudesse beneficiar outra, mas nunca me comentou como ela fazia. Aliás, nunca quis ser, talvez até para não contar os segredos do negócio, ela não dizia como é que ela funcionava.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. tem conhecimento de que a Kroll teria contratado a empresa de Avner Shemesh?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não tenho nenhum conhecimento. Aliás, eu lembro vagamente que o Kroll teria me dito que não o conhecia e nunca tinha contratado. Essa é o que me sobra na memória, mas sem absoluta certeza. Mas eu acho que a Kroll me disse que nunca teria contratado, porque houve uma acusação de que esse Avner Shemesh seria sido contrato por nós, e eu perguntei à Kroll se ela, em algum momento, teria usado o serviço desse senhor, e ela me disse que não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. conhece Avner Shemesh?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não conheço Avner Shemesh.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Teve algum contato com ele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nunca tive nenhum contato com ele.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Alguma vez ele ofereceu serviços a V.Sa. ou à empresa de V.Sa.?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nunca tive nenhum contato. Nunca tive contato com ele nem nunca tivesse contato com ninguém que tenha me dito que tenha tido um contato com ele.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E, em relação a outras pessoas que exercem essa atividade de investigação, de escutas clandestinas, teria contato com alguém?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, nunca tive contato com nenhum investigador no Brasil, a não ser com os analistas da Kroll.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. teria feito uma referência aí aos grampos na época da privatização da TELEBRÁS. A Kroll foi contratada para investigar quem fez esses grampos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, ela não foi contratada para investigar quem fez esse grampo, ela foi contratada para tentar impedir o grampo. A preocupação da Telecom Italia naquele momento era que o preço decidido no nosso consórcio não fosse antecipado pelos concorrentes e que fizesse ela perder a licitação, como aconteceu na CRT, em cima de uma margem muito pequena. E, de fato, a Kroll prestou esse serviço, a Telecom Italia foi a contratante, não foi nem o consórcio, mas eu... E depois, quando surgiu o problema dos grampos, o problema dos grampos não dizia respeito mais à Telecom Italia, não tinha nenhuma materialidade sobre a questão Telecom Italia em si, e aí não houve nenhum esforço, nenhum contrato nesse sentido.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa., na época, foi vítima desses grampos também?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu pessoalmente não. Na época, o meu sócio Pérsio Arida foi, mas eu pessoalmente não fui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o grupo pediu para que fosse investigada a origem desses grampos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não pediu para que fosse investigada a origem desse grampo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas chegou ao conhecimento de quem teria ordenado esse grampo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, chegou... Quer dizer, ao conhecimento não. Rumores aconteceram vários, mas nada que eu possa ter uma segurança necessária para dizer: *“Olha, eu tenho fundadas razões para suspeitar que...”* Havia boatos e rumores de todos os lados. O que se dizia ou que dizem, na



época, é de que esse grampo foram 51 fitas que foram feitas e 2 fitas foram divulgadas e que tinham uma série de outras que ficaram, e que por conta dessas outras fitas havia pressões em cima de autoridades etc. e tal, porque só as conversas referentes ao consórcio da Telecom Italia conosco e o BNDES tinham sido divulgadas e aparentemente tinha grampos locais dentro do BNDES. Então, na verdade, os outros consórcios tiveram também as suas conversas gravadas, mas não foram divulgadas. E obviamente que, pelo menos em princípio, a parte atingida é a menos suspeita, a parte que não foi... As partes não atingidas sempre geram questionamentos a respeito se podem ter sido ou não. Mas eu não tenho nenhuma razão, ou nenhum motivo, ou nenhuma coisa assim mais sólida para fazer qualquer suposição a respeito disso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E quem não teria sido atingido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Quem?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E quem não teria sido atingido por esses grampos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Quem?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual a parte que não foi atingida?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Quais as partes quê?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quais as partes que não foram atingidas por esse grampo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, veja o seguinte: disputaram esse leilão a Telecom Italia, a Globo disputou o leilão, a Andrade Gutierrez disputou, o Grupo La Fonte, a Sprint, a MCA, eu acho que até a ATT estava presente, a Telefônica. É muita a quantidade de... A TIW. Eu não tenho aqui de memória todos os participantes, mas foram vários participantes. E essa circunstância foi curiosa, quer dizer, ela parece dirigida pelo seguinte: o consórcio que nós tínhamos formado tinha o objetivo de disputar a compra da TELEMAR e não da Tele Centro Sul, que virou Brasil Telecom. E, por um acidente ou uma circunstância até hoje mal explicada no leilão, acabou adquirindo a Brasil Telecom. Se os senhores tiverem interesse eu posso falar um pouco sobre isso, mas desvia um pouco do tema. Passado uns 4 ou 5 meses, a Telecom Italia decidiu que ia fazer uma proposta ao



BNDES, porque na época o BNDES aportou 25% do valor da aquisição para o consórcio que tinha adquirido a TELEMAR, porque foi até o BNDES dizendo que, embora tinha adquirido, não tinha o dinheiro para pagar, que ele tinha entrado basicamente para fazer uma figuração e tentar induzir os outros consórcios a pagar um pouco mais caro. E o BNDES então colocou esses recursos, adquiriu essa participação de 25% e anunciou que poria essa participação à venda num prazo de tempo muito breve. A Telecom Italia, então, dentro de mais ou menos 1 ou 2 meses mandou uma proposta para o BNDES se oferecendo a comprar essa participação, pagando um prêmio de 25% do mínimo sobre o preço que o BNDES teria pago nessa participação para viabilizar o pagamento do consórcio. E aí, em sincronia com essa proposta, as fitas apareceram levantando uma nuvem de suspeitas sobre a privatização e, a partir daí, nada mais aconteceu, o BNDES nunca mais vendeu essa participação, nunca mais tratou dessa participação, e o assunto simplesmente desapareceu de pauta. Os fatos são esses. As interpretações ficam por conta de...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. foi vítima de algum tipo de escuta ilegal?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É o seguinte: na investigação italiana, o que consta lá é que a Telecom Italia, usando aqui pessoas ligadas à Polícia Federal e à ABIN, teria invadido a nossa correspondência e não tenho certeza se telefone. Tenho certeza que correspondência. Mas eu li isso pela imprensa internacional. Quer dizer, eu não tive acesso... Quer dizer, quando eu fui prestar depoimento em Milão — depois eu explico aqui a circunstância —, eu não tive acesso à totalidade das informações, uma vez que eu fui como testemunha. Agora, recentemente, nos últimos 2 anos, na disputa societária remanescente, que acabou continuando com o Citi e os fundos de pensão, nós tivemos uma nítida sensação de que várias das nossas iniciativas estavam sendo antecipadas pela outra parte. Quer dizer, eu não tenho a menor dúvida de que o nosso telefone foi grampeado. Se o telefone... Se foi vazamento dos grampos feitos pela Polícia Federal, que acabaram motivando a Operação Satiagraha, ou se existe uma outra estrutura de grampo, eu não sei. Que vazaram, vazaram. E até foi... Chegou a um ponto até em que nós fizemos um boletim de ocorrência para a Polícia Estadual do Rio de Janeiro, na esperança de que pudesse ser tomada alguma providência para que pudesse conter uma prova



adicional de que nós tínhamos esse sentimento, essa visão. Isso já foi dito pela imprensa. É o volume de códigos, de codinomes etc. e tal, no qual as comunicações se davam. Nós tínhamos a clara sensação de que a informação estava sendo obtida pelos nossos adversários. Então existia a tentativa de mitigar isso, quer por informações que não eram verdadeiras... Quer dizer, muitas vezes eu tratava com advogado o assunto em um telefone e, depois, pessoalmente ou por outro telefone, tratava do assunto de uma forma diferente, na esperança de obter ou alguma pista ou pelo menos despistar, porque, realmente, você numa disputa societária em que a outra parte tem acesso a toda sua interlocução com os seus advogados, a disputa já era difícil, a desproporção de forças já era grande, ainda mais... com essa circunstância se tornava ainda mais dramática. Mas eu não tenho a menor dúvida. Quer dizer, no caso italiano existem confissões a esse respeito. No caso subsequente é uma continuidade de impressões que nos levavam a tomar uma série de providências.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para entender, Sr. Daniel Dantas. V.Sa. afirmou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que a Telefônica de Itália teria instrumentalizado a Polícia Federal e a ABIN contra o grupo de V.Sa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, o que está dito pela imprensa e em parte dos relatórios é que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Relatórios...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - ...dos relatórios de investigação da Procuradoria de Milão é que a Telecom Italia teria instrumentalizado pessoas ligadas... Deixe-me fazer uma consulta (*Pausa.*) Pessoas ligadas à Polícia Federal e à ABIN, que teriam, vamos dizer, sido usadas pela Telecom Italia nessa iniciativa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Usadas em que sentido? A Telefônica Itália teria plantado notícias, teria feito denúncias...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...ou essas autoridades estariam a serviço desse grupo econômico?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É o seguinte: eu...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quais são os termos que estão no relatório de Milão?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não tenho o relatório de Milão aqui na minha mão. Posso dizer o seguinte: foram feitos três ou quatro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, para a Procuradoria. Foram feitos 3 pedidos à Procuradoria-Geral da República para que solicitasse a cópia desse material. Mas na operação... Isso foi publicado em italiano. Foi publicado nos jornais em italiano. E, no caso da Kroll, a Sra. Carla Cicco anexou uma tradução em português, oficial. Porque o que foi publicado foi publicado parte. Quer dizer, vazou... Isso está em segredo de justiça na Itália. Vazou uma parte. Quando eu digo “vazou uma parte”, na medida em que foi publicado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Lá vaza também, não é?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É, mas acontece o seguinte: eu não posso fazer um testemunho de que essa parte que vazou é verdadeira, porque não tem nenhuma chancela. Quer dizer, saiu na imprensa, foi publicado na imprensa. É verdadeira? E também não está completa. Depois, a Sra. Carla Cicco anexou uma petição, onde ela anexa uma parte da conclusão da Procuradoria de Milão com uma tradução. Mas isso está como segredo de justiça. E o Tribunal de São Paulo, também através da Desembargadora Cecília Mello, também requisitou. Mas, ao que tudo indica, essa requisição ainda não foi despachada. Agora, eu não li... Os meus assessores me disseram mais ou menos o que está lá. Eu não li diretamente. Eu posso até consultar aqui, porque eu acho que o Dr. Nelio Machado leu.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Quer dizer, o que ele está me informando é o seguinte: que nós solicitamos que esse material viesse na íntegra da Itália. Que viesse na íntegra e oficialmente. O Tribunal de São Paulo determinou que assim fosse. Encaminhou para o Ministério Público. Mas o Ministério Público até hoje não solicitou da Itália que a documentação viesse. Mas a Carla Cicco colocou nos autos... colocou nos autos uma cópia parcial da conclusão dos inquéritos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nós gostaríamos, depois, que V.Sa. fornecesse os elementos — quem, do Ministério Público, está responsável pela requisição dessa documentação — para que possamos também requisitá-la para a Comissão Parlamentar de Inquérito.



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu posso lhe dar agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou suspender a reunião por 5 minutos para que os Deputados possam exercer o seu direito de votar — votação nominal em plenário. Recomeçaremos em 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos recomeçar os trabalhos.

Peço ao Sr. Daniel Dantas que tome assento, e ao seu advogado também.

A palavra estava com o Relator para os seus questionamentos. Devolvo a palavra ao Relator para que faça suas perguntas.

Peço silêncio ao Plenário para que nós possamos ouvir o depoimento. É um plenário grande, é um plenário que está cheio. Se nós não colaborarmos, não iremos ouvir o depoimento. Então, peço a todos, principalmente ao pessoal que está à minha esquerda, junto à porta, que... Por favor, se quiserem conversar, conversem do lado de fora, porque estão atrapalhando os trabalhos.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Daniel Dantas, pergunto a V.Sa. se V.Sa. conhece uma pessoa de nacionalidade portuguesa chamada Tiago Verdial.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não o conheço pessoalmente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele não teria sido contratado pela Kroll para desenvolver serviços para a Kroll?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não o conheço. No assunto da Kroll, a primeira acusação é de que ele teria sido contratado pela Kroll. Depois, lendo publicações e escutando o que tinha saído na Itália, tomamos conhecimento de que ele trabalhava e era pago pela Telecom Italia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu queria ler um trecho aqui, de uma entrevista. Queria que V.Sa. pudesse fazer um comentário em relação a isso.

Este texto diz o seguinte: *Em março e julho de 2004, a Polícia Federal grampeou funcionários da Kroll. O monitoramento foi interrompido depois que o*



escândalo de espionagem veio à tona em reportagem do jornal Folha de S.Paulo. A Kroll desmantelou a equipe. Trezes meses depois, em outubro, a Operação Chacal apreendeu documento nas casas de Daniel Dantas e Carla Cicco, na sede do Opportunity, em escritório da Kroll no Rio de Janeiro e em São Paulo e na residência do espião Tiago Verdial. Papéis e e-mails apreendidos pela Chacal reforçam as conclusões do relatório parcial sobre a participação direta do banqueiro na manipulação de dados sigilosos de desafetos, adversários e concorrentes.

Teria, nessa apreensão que a Operação Chacal... Nessa documentação apreendida na casa de V.Sa. ou na casa de Carla Cicco, teria ligações com o Sr. Tiago Verdial?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu nunca tive ligações com o Tiago Verdial. Depois, tomei conhecimento de que o Tiago Verdial teria sido pago pela Telecom Italia. Então, a sensação que eu tenho, o sentimento é de que, na verdade, produziram essa testemunha a soldo. Ao que consta, nos depoimentos na Procuradoria de Milão, dizem que ele estava pago pela Telecom Italia. Eu não sei se não foi um fato plantado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. conhece ou conheceu um cidadão de nacionalidade inglesa chamado William Peter Goodall?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - William Peter...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Peter Goodall.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não lembro. Eu não lembro. Eu não posso...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele seria um agente aposentado do serviço secreto inglês e estaria a serviço da Kroll.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não lembro. A Kroll...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ele teria... A mesma reportagem disse que ele teria se deslocado de Londres para atender o Opportunity, depois das gafes dos arapongas brasileiros no escritório aqui da Kroll.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu não me lembro dele. Eu me lembro de algumas pessoas da Kroll com quem me encontrei. Eu não me lembro dessa pessoa.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. não teve nenhum contato com essas pessoas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu não posso... Com o Tiago Verdial, eu tenho certeza que não tive. Com essa pessoa que o senhor me disse há pouco tempo, eu não tenho lembrança. Quando eu fui entrevistado e quando eu estive presente nessa apresentação que a Kroll fez no escritório do Citibank, havia outras pessoas. De algumas delas eu poderia recordar o nome. Desse nome eu não me lembro, mas eu não tenho como dizer, afirmar que eu não o encontrei. Eu digo: não me lembro de tê-lo encontrado. Havia analistas que me foram apresentados, cujos nomes eu não lembro. Eu não sei se ele estava entre essas pessoas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa., então, afirma categoricamente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que não contratou nenhuma atividade de escuta ilegal em nosso País?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Isso categoricamente. Nem da Kroll nem de ninguém.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, por ora eu fico por aqui. Vou dar oportunidade aos demais Deputados para poderem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu ainda queria, antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, entender uma coisa que, para mim, pelo menos, não ficou muito clara.

V.Sa. diz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que não é gestor e que não é sócio do banco nem da empresa Brasil Telecom. Mas, ao mesmo tempo, o senhor pratica, de alguma forma, atos, relaciona-se com pessoas, mantém contato com membros de governo, mantém contatos com empresas de investigação. E o senhor faz isso tudo com um mandato de quem, já que o senhor não é essa pessoa que tem esse tipo de atividade profissional?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É uma boa pergunta. Eu tenho como responsabilidade a administração de um fundo. Esse fundo detinha ações da Brasil Telecom. Eu participava da administração do investimento, não da administração da companhia. Muitas vezes, contatos pelo Governo foram solicitados. Dois exemplos: na época da compra da CRT pela Brasil Telecom, eu recebi um telefonema do Ministro Pimenta da Veiga — Ministro das Comunicações na época —, solicitando a



minha presença, porque queria ter um diálogo comigo a respeito do assunto. Solicitação essa que foi atendida. Depois, o resultado da reunião eu reportei aos conselheiros e à administração da companhia para que tomassem as providências que fossem cabidas. Ainda neste Governo, no primeiro mandato, eu fui solicitado a uma reunião com o então Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Mas aí sobre a questão do investimento, não sobre a questão da companhia. O Ministro... o então Ministro José Dirceu dizia, na época, que o Governo tinha planos diferentes, em relação aos nossos, sobre o controle da Brasil Telecom. Não era sobre nenhum assunto específico da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. pode ser mais específico em relação a essa conversa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A companhia cuida de instalar telefone, ligar telefone, atender solicitações da ANATEL e de todas as atribuições que são da empresa. A nossa companhia cuidava de todas as atribuições que são referentes à participação societária: valorização, desvalorização. Quando o Ministro manifestou que existia um problema, porque o Governo gostaria que os fundos de pensão assumissem o controle da Brasil Telecom, que naquele momento não era o seu direito, era uma questão societária, não era uma questão corporativa. Essa questão dizia respeito à minha atribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o Sr. José Dirceu falava pelos fundos de pensão? É isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, ele apenas disse que tinha que ser resolvido um problema, porque a participação societária, o controle da Brasil Telecom detida por nós não era, naquele momento... não era desejada. Eu não me lembro exatamente do diálogo. Depois, eu voltei, tive uma segunda reunião, explicamos exatamente o que fazíamos, como fazíamos etc. e tal, e ele entendeu e passou a achar que era um assunto privado, que nada tinha a ver e que não tinha razões de ter interferência do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor poderia me explicar melhor, porque ainda não entendi direito, que tipo de interesse ele defendia, quando dizia que o senhor não poderia... quer dizer, o grupo que o senhor representava não poderia estar na gestão? É isso?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Talvez seja melhor... Deixe-me pedir aqui uma... Você tem a carta do Cássio? (*Pausa.*) Talvez seja melhor, para refrescar a memória... Na seqüência da reunião que eu tive com o Ministro da Casa Civil, ele me pediu para resolver o problema com o Sr. Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil. E eu até me lembro de ter perguntado: “*Que problema?*” Ele disse: “*O problema do controle da Brasil Telecom*”. E eu percebi que... Eu não tinha certeza absoluta se ele estava absolutamente claro de qual era o problema. A sensação que eu tinha era a de que alguém reportou que havia um problema, e ele estava tentando resolver um problema que até... Eu não sei se ele tinha entendido exatamente qual era. E eu disse que não entendia que havia problema algum. A empresa era rentável, a empresa prestava serviços por um preço menor do que o da concorrência, a empresa estava distribuindo dividendos a mais do que os concorrentes, nós tínhamos trazido para o Brasil a *Internet* grátis, que não cobrava nada, enquanto a concorrência, na verdade, cobrava pelos serviços. Então, estávamos cobrando menos e ganhando mais. Então, alguém que está cobrando menos e ganhando mais... Eu não estou vendo qual é o problema. Ele disse: “*Não, mas de qualquer forma trate desse assunto com o Cássio Casseb*”. Aí, eu até chamei a atenção para o fato de que o Cássio Casseb, até pouco tempo atrás, era conselheiro da Brasil Telecom por indicação da Telecom Italia. E aquilo me deixava com a preocupação de que as condições de isenção, ao tentar mediar uma solução para o conflito societário, pudessem não estar presentes. E aí mandei um... Eu mandei um *e-mail*, na época, ao meu sócio, que era o Citibank — no dia 5 de maio de 2003. Eu tenho a cópia aqui desse *e-mail*. Esse *e-mail* — se o senhor quiser, eu leio ou, se quiser, eu deixo uma cópia — reporta-se à síntese da reunião com mais precisão do que eu talvez consiga ter na memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que é importante que V.Sa. leia para que todos tomem conhecimento. Se pudesse falar mais alto, há um pedido, porque as pessoas não estão ouvindo.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não é isso, não. É ajeitar o microfone, pedir à assessoria para aumentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já está ajeitado o microfone.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Se eu estou pedindo, Sr. Presidente, o senhor poderia atender...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu estou dizendo a V.Exa. que eu já solicitei e estou pedindo a ele que fale mais alto para que V.Exa. possa ouvir.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Obrigado.

O SR DANIEL VALENTE DANTAS - Os senhores me desculpem, eu tenho o hábito normalmente de falar baixo. Eu não vou conseguir trocar um hábito durante um período de depoimento, com o tempo talvez consiga. Mas toda vez que porventura eu estiver falando num nível baixo, os senhores puderem me chamar a atenção, eu agradeço. Esse *e-mail* foi mandado em inglês. Eu tenho aqui uma tradução. Eu vou ler a tradução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, leia a tradução.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - *"Eu tive um encontro ontem com o Ministro José Dirceu; ele é o braço direito do Presidente..."* Equivalente ao Chief of Staff nos Estados Unidos, não é exatamente à Casa Civil, por isso que eu digo que é o equivalente, mas a tradução está aqui Casa Civil. *"O encontro foi extremamente polido, nunca nos havíamos encontrado antes. Ele estava preocupado com a possibilidade de que os fundos de pensão pudessem terminar, em face das nossas iniciativas, em situação similar à aquisição da TIW. Sugeriu que o Sr. Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil, deveria ser a pessoa responsável por solucionar o problema. Eu disse que não tínhamos nenhum motivo em particular para não termos uma boa relação com os fundos. A relação havia se deteriorado, quando nos opusemos à contratação da CRT a um preço superfaturado. Ele concordou. Eu informei que havia uma possibilidade, embora não uma probabilidade, de um conflito com o Sr. Cássio Casseb, já que ele era sócio do Sr. Andrea Calabi e foi membro da Diretoria da Brasil Telecom indicado pela Telecom Italia e envolvido diretamente com a aquisição da CRT. Ele me disse para manter uma linha direta com ele, se houvesse algum problema. Calabi foi a cabeça por trás das tentativas da Telecom Italia de realizar a tomada de controle hostil da Brasil Telecom. O Gustavo Marinho me perguntou se o retorno dos fundos de pensão como investidores conjuntos. É importante deixar claro que não eram co-*



investidores; eles investiram por conta própria nas mesmas empresas e conseguiram sua participação de forma independente. Frequentemente, seus gerentes atuam com interesses diferentes dos interesses dos fundos. Não somos responsáveis por suas decisões nem conseqüentemente pelos seus resultados. Como investidores em nosso fundo, o retorno será idêntico ao nosso com a vantagem adicional significativa de não ter que deduzir a desvalorização cambial, que naquele momento era expressiva. Não acredito que a real preocupação dos fundos de pensão nessa questão seja o retorno do investimento. Os fundos de pensão têm investimentos problemáticos, como o TELEMAR em sua associação com Iberdrola, na Espanha, e todos os seus investimentos no setor elétrico. Eles parecem não se preocupar com maus investimentos e maus retornos. Eu acredito que o Ministro Dirceu tenha sido informado e que estava tentando resolver o problema da forma que foi mal descrita. Vejo o interesse de TELEMAR e da Telecom Italia por trás disso. Prevejo algumas pressões por parte de Casseb. É importante esclarecer que o valor adicional que podemos conceder aos fundos de pensão terá que ser retirado da sua participação. De todo modo, agi como se pudesse haver alguma possibilidade, ainda não explorada, de tentar uma solução conveniente para os dois. Não é o caso; como sempre, o único resultado fácil é perder. Tanto a TELEMAR quanto a Telecom Italia investiram na operação do telefone celular e os resultados neste momento não têm sido bons, a menos que encontrem sinergia, as operações de celulares ainda não chegaram ao equilíbrio. No encontro que tivemos com o Sr. Carpenter e o Sr. Sucupira me disse que havia conversações entre Telecom Italia e TELEMAR. A Telecom Italia estava planejando trocar a sua participação da Brasil Telecom pela operação de telefones celulares da TELEMAR. Se a Telecom Italia pudesse assumir o controle da Brasil Telecom e transferi-la com ajuda de seus aliados do Governo para a TELEMAR, ela poderia esperar que a TELEMAR ajudasse a salvar o setor problemático...” A tradução está malfeita. “...ajudar a salvar o setor problemático do celular da Telecom Italia. Essa transmutação poderia ser de grande valor. O Dr. Naji Nahas me chamou para dizer que estava na Itália com o (ininteligível) e me disse que a Telecom Italia poderia nos proteger se concordássemos com um contrato, desde que não entrássemos no mercado de telefonia celular. Não pretendemos investir muito no mercado de



celulares, no entanto essa condição contratual deprecia substancialmente o valor do investimento na Brasil Telecom para um comprador estratégico. Deixo claro que eles estavam em contato com a TELEMAR, embora a minha conversa com o Ministro José Dirceu tenha sido discreta. Naji me surpreendeu por saber que o Governo havia delegado ao Sr. Casseb a posição de homem de ponta nessa questão. Ele me disse que o Sr. Calabi poderia ajudar, desde que concordássemos com o objetivo da Telecom Italia de obter o controle da Brasil Telecom. Em minha opinião, os Srs. Casseb e Calabi tentaram nos obrigar a fortalecer a posição dos fundos, forma esta que a Telecom Italia pudesse por sua vez transferir o controle da Brasil Telecom para a Telecom Italia ou alguma outra beneficiária de generosidades do Governo. Você e nós poderíamos ser as principais vítimas dessa operação ilegítima, uma segunda tentativa do que haviam tentado antes. O Sr. Casseb havia informado ao Sr. Palocci que a carta que você teria enviado tinha sido desautorizada, e não simplesmente de que a carta havia sido aprovada pelos principais executivos do Citibank. Seria enormemente útil para o Citibank deixar clara a sua posição nestas questões. No entanto, poderia haver alguma retaliação por parte do outro lado, através da imprensa, particularmente de um veículo de segunda categoria. Tal resultado seria mais provável, se houvesse a percepção de que o banco não se sente à vontade com isso. Muito provavelmente, eles tentarão pressionar assim mesmo. Soubemos que os fundos estão tentando obter uma ordem na Ilhas Cayman para nos negar a habilidade de fazer um desinvestimento. Gostaria de discutir a estratégia da reestruturação de um fundo no Estado de Delaware. Acredito que deveríamos nos encontrar o mais brevemente possível para conversarmos sobre a questão e decidirmos um plano de ação, para julgar que concessões deveriam ser feitas, se deveriam, e até que ponto, bem como analisar os riscos.” Essa foi a síntese da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa carta é de quem para quem?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Essa carta é minha para o Citibank.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sua para o Citibank.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Aí, depois, tem uma segunda carta minha para o Citibank reportando a reunião com o Sr. Cássio Casseb, onde nessa



reunião ele, de uma forma mais assim incisiva nos exige a transferência do controle da Brasil Telecom. Então, conforme eu estava citando originalmente, as questões que diziam respeito à questão societária eram lidadas por mim diretamente; as questões que eram referentes à questão administrativa da companhia eram tratadas pelos executivos da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, podemos assumir de alguma certa forma que o estrategista do negócio e de alguma forma quem dava as diretrizes de como deveriam ser operadas essas negociações seria V.Sa.?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Depende de quais. Vamos dizer o seguinte: o que eu fazia em relação à companhia eram basicamente as decisões em relação a risco, era quanto de endividamento, basicamente quanto de endividamento, qual a taxa de expansão que era prudente. Era basicamente essa... Quer dizer, eu não sou especialista no mercado de telecomunicações. Como empresa de investimentos, nós participávamos de diversos setores que iam de metrô, telefonia, saneamento, etc. e tal. É impossível alguém ter proficiência específica em ramos muito diversos. A questão que basicamente nós tínhamos como objetivo de balancear era basicamente o seguinte: tem épocas em que o mercado e o Brasil acham que todos os problemas do Brasil foram solucionados e que adiante se apresenta um mar-de-almirante de dimensão infinita e tem outros momentos em que há uma percepção de que há uma crise insolúvel. A nossa decisão básica, ou talvez a minha, era a margem de segurança com que nós deveríamos conduzir as iniciativas, o que significa em síntese o nível de endividamento que era prudente a empresa tolerar. Então, na expansão da companhia, há normalmente essa conversa, se fosse uma expansão de grandes dimensões, como seria, por exemplo, a aquisição da licença de telefonia celular e um enorme investimento nessa área, ela podia pôr em risco a sobrevivência da companhia. Isso vinha. Mas questões menores, aquisições pequenas, contratações, demissões, isso normalmente era feito pelos executivos da companhia, que era selecionado um conjunto de pessoas que estavam aparelhadas e habilitadas para tomar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Parece-me que o senhor foi ser entrevistado pela Kroll e, na verdade, pelas informações que o senhor nos



passou, parece-me muito mais que o senhor entrevistou a Kroll do que foi entrevistado por ela. Isso seria em função dessa questão estratégica?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Então, o senhor me desculpe. Talvez tenha me expressado errado. O que disse foi o seguinte: no primeiro encontro que tive com o Sr. Tommy Helsby, no escritório da Kroll, em Londres, o Sr. Tommy Helsby me explicou como é que eles funcionavam basicamente numa introdução. Em qualquer negócio novo que alguém chega, apresenta, mostra o tamanho do escritório, diz mais ou menos como é que funciona e tal, sentou e começou a me perguntar o que é que eu sabia e o que é que eu achava a respeito das circunstâncias que cercaram a questão da CRT. O caso do encontro do Sr. Helsby foi exclusivamente em cima do assunto CRT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí lhe pergunto, isso não era um *briefing* para a contratação? Ou seja, eles...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não, eles já estavam contratados há 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está ótimo. Não vou insistir nesse ponto, mas fica só...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Foi até...Carla Cicco já tinha me pedido, eu não fui, porque estava ocupado; depois, ela me pediu a segunda vez, aí o Presidente do Conselho da Brasil Telecom, que era o Dr. Luiz Octávio da Mota Veiga, veio e insistiu, olha, estão querendo falar com você, eles estão querendo falar com você. Então, da próxima vez que você for a Londres... não fui a Londres por esse motivo, mas na primeira vez que fui a Londres liguei, fui até lá, eles na verdade me fizeram essa entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Gustavo Fruet, mas antes só uma coisa que me veio à mente, que me parece oportuno. Pelo que V.Sa. narrou ou pelo que pude entender da sua narrativa, existiam pressões para que o controle fosse passado para outra empresa. Pelo que vejo, o objetivo foi alcançado, porque foi feita uma negociação ao arrepio da lei hoje, no País, permitindo, ao que parece, uma fusão da Brasil Telecom com a Oi, ou seja, aquilo que o senhor narra, que teria em tese uma pressão para que isso fosse passado, parece que se concretizou ou está em vias de se concretizar?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Naquele momento que senti da Hei, eram pressões para que o controle fosse passado para a Telecom Italia. O fato é que existiam pressões do Governo, interferência do Governo em cima de uma iniciativa que deveria ou seria privada e foi esse o motivo da minha segunda reunião; voltei a conversar com o Ministro José Dirceu a esse respeito, que entendeu e compreendeu esse assunto, até me disse: Olha, não vejo por que o Governo tem que estar metido nisso. Mas a pressão era para que o controle fosse transferido aos fundos de pensão, que estavam ali em sincronia com a Telecom Italia. A participação da TELEMAR apareceu depois. Quando nós fizemos o acordo com a Telecom Italia, que naquele momento imaginei que aquele acordo fosse uma pacificação geral, é que nós percebemos que havia um outro candidato disputando na mesma raia. Mas até aquele momento a percepção que nós tínhamos é que era a Telecom Italia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É, mas V.Sa., na sua carta, se não estiver enganado, menciona já ali, naquele momento, pressões ou colocações da empresa TELEMAR ou entendi errado a tradução?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, menciono ali que a Telecom Italia iria, tinha recebido informações que ela iria trocar a Brasil Telecom com a TELEMAR em troca de algum outro benefício. Havia rumores nessa direção, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que parece que se estão concretizando.

Com a palavra o Deputado Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Daniel Dantas, boa tarde, Dr. Machado, equipe.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Presidente, 2 preliminares. A primeira, ao contrário da expectativa, o Sr. Daniel Dantas está se manifestando e, de certa forma, até fatos que já foram muito discutidos na época da CPMI dos Correios. É até importante que se relembre isso no decorrer da inquirição. Estabelece um roteiro, faz sua manifestação, e lamento, e até em razão do sigilo, não pudemos ter tido mais informação com antecedência tanto da Polícia Federal quanto da Justiça Federal.



Até em razão disso é que defendemos, Presidente, para que não haja nenhuma dúvida, a aprovação de todos os requerimentos, inclusive os referentes ao período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entendemos que é necessário, e o risco de uma CPI ou sua amplitude perder completamente a conexão ou, de alguma maneira sinalizar qualquer tipo de composição ou acordo. Não há. Ninguém manifestou, em momento algum, qualquer possibilidade. Então, defendemos que todos os requerimentos sejam votados, nem que sejam rejeitados, vez que V.Exa. os pautou.

A segunda preliminar é que tendo em vista o *habeas corpus* concedido, e entendemos compreensível, e não há que se discutir neste momento a questão, mas assume-se a condição de investigado. Na época da votação do requerimento, houve uma discussão, se o Sr. Daniel Dantas seria convocado como testemunha ou como investigado. Parece, então, que está na posição de investigado.

Nesse sentido, vamos proceder a alguns questionamentos com relação a questões pontuais, com relação à Operação Brasil Telecom e Oi e com relação a algumas questões decorrentes da investigação da Operação Chacal e da CPMI dos Correios. Desde já, peço a compreensão pela objetividade nas perguntas e também, se possível, nas respostas.

A primeira, Humberto Braz foi solto hoje, com *habeas corpus*. Ele foi preso por uma tentativa de suborno ao Delegado Victor Hugo, da Polícia Federal. Foi o senhor que mandou ele fazer essa proposta ao Delegado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A origem do recurso era do Grupo Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Qual sua relação com Humberto Braz?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Posso responder? Humberto Braz foi Diretor e Presidente da Brasil Telecom. Ele foi contratado no mercado, era Diretor da Andrade Gutierrez, foi contratado pela Brasil Telecom e durante todo o tempo em que a administração da Brasil Telecom foi...Quer dizer, durante todo o tempo não, durante uma parte do tempo que a administração da Brasil Telecom teve em parte



executivos indicados por nós, o Sr. Humberto Braz se manteve na Presidência. Depois, os fundos de pensão, em conjunto com o Citibank, assumiram a indicação dos administradores da Brasil Telecom, demitiram a administração, o Sr. Humberto Braz foi demitido, e não me lembro quanto tempo depois o Sr. Humberto Braz passou a nos prestar consultoria, em algumas áreas. Tinha uma empresa, e ele nos prestava consultoria. Nós tínhamos algumas iniciativas; ele negociou para nós a venda da Brasil Telecom para a TELEMAR, tinham operações imobiliárias que ele tomava conta; ele coordenava parte do nosso esforço jurídico; ele nos prestava uma série de serviços.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Atualmente, qual sua relação com ele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Atualmente, é a mesma; quer dizer, ele continua nos prestando serviços, ele foi instrumental na negociação da venda da participação dos nossos fundos na Brasil Telecom para a TELEMAR.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E com relação a essa prisão, o senhor desconhece os fatos que a motivaram?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu desconheço os fatos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação ao ex-Ministro Gushiken, quer dizer, de forma objetiva, ele interferiu nos fundos de pensão para que os mesmos o pressionassem a sair da sociedade da Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O senhor poderia repetir, por favor?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação ao ex-Ministro Luiz Gushiken, ele pressionou ou interferiu junto a fundos de pensão para que houvesse um trabalho referente a sua saída do controle da Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu recebi informações nesse sentido. Não é um fato que eu possa testemunhar. Eu recebi informações nesse sentido. Agora, não tenho como informar.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Informações objetivas de fonte confiável, procedente? O senhor poderia citar qual a origem dessa informação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não lembro das informações; eram muitas. Saiu na imprensa, pessoas que chegaram até mim, amigos, etc. e tal; eram várias, mas eu não posso aqui testemunhar que tenha sido. O que sei é que os



fundos de pensão fizeram pressão para que nós saíssemos da administração da Brasil Telecom. Agora, quem, por trás dos fundos de pensão, instruiu nesse direção não posso testemunhar.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quais fundos eram na época que defenderam sua saída?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - PREVI, FUNCEF, PETROS, basicamente a liderança era a PREVI.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalg, advogado, teve divulgada gravação de uma conversa dele com o Gilberto Carvalho com relação à operação da Polícia Federal. Eu lhe pergunto: foi Greenhalg que avisou o senhor ou sua irmã de que a Polícia Federal iria apresentar um pedido de prisão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu até apurei esse fato depois; eu não conhecia o fato naquele momento. Em novembro do ano passado, fui informado de que existia uma operação encomendada na Polícia Federal contra mim. Não dei muita credibilidade, não dei muita importância. O senhor há de convir o seguinte, são muitas informações que chegam todos os dias e, na medida em que é uma informação talvez vinda por um jornalista, não lembro quem foi que me deu essa informação, mas lembro que obtive a informação de que existia uma operação que tinha sido encomendada contra mim, e o que diziam era que isso tinha sido pedido pelo Diretor da ABIN, Dr. Paulo Lacerda, e que isso ocorria como uma represália, uma retaliação ao fato de o Dr. Paulo Lacerda me atribuir a responsabilidade de ter entregue a uma revista de grande prestígio e circulação um relatório que constavam contas no exterior, que lhe foi atribuído. Na época que foi feita essa publicação, fiz vários desmentidos à imprensa — vou deixar aqui anexo —; inclusive, mandei uma carta ao Dr. Paulo Lacerda, negando que eu teria sido o responsável pelo entregue desse material, inclusive a credibilidade dessas informações que teriam sido publicadas. As informações vieram nessa linha e basicamente eu lembro do termo que dizia que ele iria me botar um par de algemas. Eu fiquei...ouvi, mas é tanta história! Depois que fechamos a... começou depois, próximo da transação da Brasil Telecom com a TELEMAR, começaram a sair na imprensa, em um *site* ou outro, insinuações de que eu seria preso. Eu passei a ficar mais atento. Daí, a *Folha de*



S. Paulo publicou uma matéria, no dia 26 de abril, e coincidentemente essa matéria, no dia seguinte à assinatura do contrato da venda da nossa participação na Brasil Telecom com a TELEMAR, e uma matéria muito completa, dizendo que vinte e poucas pessoas...havia um pedido de prisão dessas pessoas, etc. e tal. É difícil que a *Folha de S. Paulo*, um jornal desse porte, iria permitir a publicação dessa matéria sem nenhum fundamento, de uma forma meramente, totalmente especulativa. A partir daí, fiquei preocupado. Disse, olha, pode ter alguma coisa aí montada. E tinha 3 explicações que me chegavam a respeito desse motivo. Uma delas, a mais presente, era a dessa, como é que se diz... instrução ou desse pedido, que teria sido feito pelo Dr. Paulo Lacerda, em represália ao ato que me tinha sido atribuído. Outros achavam que essa tinha sido uma operação que tinha sido articulada pelos mesmos participantes que trabalharam para a Telecom Italia, para tentar impedir o acordo de venda da Brasil Telecom com a TELEMAR. E ficavam essas 2 versões circulando. Eu então me apressei em tentar procurar alguém ou pessoas que pudessem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou pedir a V.Sa. que interrompa por um momento. Vou dar uma interrupção de 5 minutos, uma nova votação nominal, e aí V.Sa. continua a resposta, ok? (*Pausa.*)

Vamos continuar com os questionamentos e as respostas do Sr. Daniel Dantas. Eu peço ao Sr. Daniel Dantas que procure ser o mais objetivo possível, para que nós possamos andar com os questionamentos, porque existem vários Deputados inscritos, para que possamos ter mais celeridade nas perguntas e nas respostas.

Com a palavra V.Sa, que se encontrava respondendo ao Deputado Fruet.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS — Continuando a minha explicação. Bom, depois que saiu essa matéria da *Folha*, pedi a algumas pessoas que pudessem encontrar alguém que tivesse a confiança do Dr. Paulo Lacerda e que pudesse levar a ele uma reafirmação de que eu não tinha sido responsável por aquela informação a seu respeito e, por conta disso, se porventura partisse dali algum tipo de orientação para que me produzisse algum constrangimento, que não era merecedora; eu de fato fiz esse esforço e não encontrei ninguém que me dissesse que tinha a confiança mútua, que pudesse entender que de fato da minha



parte levar um testemunho ou um atestado disso. Passado algum tempo, eu estive com o Senador Heráclito Fortes, que me disse que tinha estado como o Dr. Paulo Lacerda, e que o Dr. Paulo Lacerda teria dito a ele que de fato tinha pedido uma investigação a meu respeito, mas que, na verdade, acha que nada tinha sido encontrado, então que não achava que estava saindo nada dali; isso me deixou mais tranquilo. Eu até viajei porque tinha alguns assuntos comerciais para tratar no exterior e também tinha uma cirurgia que eu tinha que fazer no olho, e eu viajei. Depois, fui informado que o Sr. Humberto Braz tinha detectado que estava sendo seguido. Ele foi seguido, voltou para casa e ficou preocupado, achando até que podia ser alguma coisa de assalto, seqüestro, alguma coisa... o Rio de Janeiro tem sempre um risco, e acho que fez um, eu não estava no Brasil, mas ele fez uma... não sei qual é o termo técnico, um boletim, ele fez uma ocorrência na Polícia, e a Polícia foi até o carro suspeito, abordou o carro suspeito, e o carro suspeito era de um Delegado de Minas Gerais, que mostrou uma carteira de que estava a serviço da Secretaria da Presidência da República, da ABIN. Aí, nós passamos a achar muito estranho, por que uma pessoa estava sendo... o Nélcio, parece que esteve com ele na época, e aí o Deputado Greenhalgh me disse depois que teria ligado para saber qual era o motivo disso. Eu tinha alertado que tinha escutado rumores de que poderia vir alguma operação que pudesse ter o objetivo de dificultar a viabilização da operação da Brasil Telecom com a TELEMAR. Isso basicamente porque o Deputado Greenhalgh, ele trabalhou para nós uns 6 meses, ou mais; ele me foi apresentado pelo Guilherme Sodré, e ele disse que poderia ser útil numa negociação com os fundos de pensão. Nós tínhamos uma relação muito distendida com a PREVI, ele tinha uma relação boa e tentou fazer uma negociação para tentar acabar o conflito societário existente entre nós e a PREVI com a possível compra da PREVI, da nossa participação. A partir daquele momento, que eu já tinha feito um acordo com a Telecom Italia, nós já tínhamos percebido que era melhor jogar a toalha e sair do setor. Essa tentativa não surtiu efeito, porque, pelo meio do caminho, começaram a surgir nos jornais as notícias de que havia um desejo do Governo de que essa supertele fosse formada e que a Brasil Telecom fosse vendida para a TELEMAR para tentar criar uma empresa nacional forte, que pudesse ser do porte de outras empresas da região.. até na época ele me disse: *"Bom, eu acho melhor você seguir*



nesta direção. Acho que a tentativa de vender para os fundos não vai ser viável; vamos tentar fazer então... segue nessa correnteza aí e vende a participação da Brasil Telecom para a TELEMAR.” Nós começamos a negociar isso; em princípio, até pretendi.. disse: *“Olha eu prefiro ficar.”* Nós tínhamos participação na TELEMAR; o que era noticiado era de que o Governo queria que a TELEMAR fosse uma empresa com controle nacional, eu era nacional, mas me foi sinalizado que não era possível. Então, que eu teria que vender a participação, com o quê eu acabei concordando. Terminado a assinatura do contrato, tivemos algumas conversas, na medida em que o objeto do contrato dele, que era a venda para os fundos de pensão, não se materializou, mas se materializou alguma coisa próxima, que era a venda para um outro; para mim, não fazia muita diferença se estava vendendo para “a” ou para “b”; não era exatamente aquilo que tínhamos combinado, então iríamos acertar alguma forma de ver o que era justo, mas primeiro era necessário que a transação se realizasse, não apenas a assinatura do contrato. Ele me disse depois, voltei, que o Humberto teria ligado para ele, preocupado como cliente, disse: *“Olha, o que a ABIN está fazendo nisso? Tem muitos rumores de que tem aí alguma tentativa de produzir algum tipo de constrangimento a essa operação... eu estou envolvido nisso”*, e que ele de fato ligou para saber se existia, por que a ABIN, o que tinha a respeito disso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Vou ter que contar muito com a tolerância do Presidente. E até vou pedir ao Sr. Daniel Dantas, sem prejuízo da sua defesa e da argumentação, e claro, consultar quando necessário seu advogado, mais objetividade na resposta para que eu possa, dentro do meu tempo, apresentar outros questionamentos, até porque o senhor abre outras questões que merecem até esclarecimento.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ah, desculpe.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só para esgotar essa questão da ABIN também, eu iria lhe perguntar na seqüência, o senhor negou que seja o responsável pelo dossiê. E o delegado confirmou que houve a participação de agentes da ABIN na operação que resultou na Satiagraha. Na sua avaliação, há alguma relação com relação a esse suposto dossiê e a participação da ABIN nessa investigação?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não ouvi. Alguma relação entre...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Entre o suposto dossiê de sua autoria com relação às contas no exterior, que o senhor nega, e esta operação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não sei. Eu escutei isso; agora, entre eu ter escutado... eu escutei de mais de uma fonte. Agora, eu não posso dizer que haja uma relação. Eu agi com essa pressuposição, mas eu não tenho evidência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Voltando só na questão do delegado. No dia 7 de agosto, na 6ª Vara da Justiça Federal, Hugo Sérgio Chicaroni e Maria Fernanda Carboneli afirmaram que o objetivo de Protógenes, quando preparou o flagrante, era deflagrar uma ação contra Daniel Dantas. Procede a acusação de que o Delegado, Dr. Protógenes, originalmente responsável pelas investigações teria pedido dinheiro, a propina, a Chicaroni ao invés de Humberto Braz ter feito a proposta?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei. Eu não tive contato sobre este assunto com o Sr. Humberto Braz.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação ainda ao ex-Deputado Greenhalgh, o senhor explicou já da relação dele com relação aos fundos de pensão. A gravação que saiu envolvendo o chefe de gabinete Gilberto Carvalho diz respeito a uma suposta operação, ou da ABIN ou de órgãos do Governo. Ele foi contratado para a advocacia administrativa, ou para contenciosos ou consultorias por parte da empresa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, ele foi contratado como negociador com os fundos de pensão. E quando a correnteza mudou e a transação que era viável era a venda para a Brasil Telecom... o que ocorreu foi o seguinte: na época mais ou menos do Carnaval — o senhor me desculpe, mas esses assuntos são um pouco amplo, eu não tenho como...—, na época mais ou menos do Carnaval, o Citibank nos chamou para fazer uma negociação e acabar com disputa judicial que tínhamos entre nós. E começaram a surgir na imprensa rumores de que nós éramos o elemento que estávamos impedindo a transação da venda da Brasil Telecom para a TELEMAR. Na prática, eles ficavam me fornecendo condições inviáveis, eu rejeitava as condições, e aquilo era descrito e interpretado como um ato contrário ao interesse desta transação, ou quase um interesse público, que naquele



momento era visto como primos. E havia uma seqüência de matérias querendo criar esta impressão de que nós estávamos nessa negociação com o deliberado intento de sabotar a possibilidade da venda da Brasil Telecom para a TELEMAR. O Sr. Greenhalgh, então, veio e fez um extenso estudo de todas as circunstâncias, de todas as propostas, e nos fez uma sugestão que funcionou muito bem. Ele percebeu... aí, entendeu que nós estávamos falando a verdade, que estavam distorcendo os fatos e colocando em nossa responsabilidade fatos que não eram cabidos. Então, ele nos sugeriu fazer uma proposta com a seguinte característica. As negociações que ocorriam com o Citibank e os fundos de pensão tinham acordo de confidencialidade; então, elas não podiam ser divulgadas. E a imprensa ficava divulgando interpretações e nós não podíamos desmentir a interpretação com o fato porque tinha acordo de confidencialidade. Aí, nós fizemos uma proposta, e nessa proposta autorizamos os fundos de pensão e o Citibank a mostrar a proposta aos Ministros do Governo. Quer dizer, nós fizemos uma proposta confidencial, mas demos o direito de a outra parte de mostrar a proposta, e avisamos que a proposta tinha a nossa concordância de ser mostrada à ANATEL, ao BNDES, todas as autoridades que fossem pertinentes. E, a partir daí, desmascarou o fato de que não éramos nós que estávamos impedindo a operação. Essa basicamente foi a grande contribuição intelectual — a idéia de fato foi dele —, e conseguiu resolver este problema e, a partir daí, as negociações começaram a andar. Eu tenho até a cópia dessa proposta; se o senhor quiser eu deixo aqui.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Uma última pergunta em relação a esse caso, em respeito à trajetória até do Deputado Greenhalgh, reconhecida a competência profissional. Mas eu lhe pergunto: ele foi contratado pela experiência com fundos de pensão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Não foi pela experiência com fundo de pensão. Ele foi contratado porque ele tinha... nosso relacionamento tinha acabado, não tínhamos nenhum relacionamento, não tínhamos comunicação com os fundos de pensão. Por força de anos de conflito, é difícil você manter um conflito, ser adversário sem que o ato de ser adversário acabe provocando alguma adversalidade. Então, nós não tínhamos mais comunicação; foi tanto conflito que não tinha comunicação; ele tinha. Então, ele atuou meio como um negociador e



meio como um mediador, na tentativa de obter um acordo, acordo esse que não conseguimos. Nós os alertávamos que era difícil; ele, em princípio, achou que nós estávamos — logo no início, não conhecia —, imaginando que talvez estivéssemos dizendo uma coisa e fazendo outra, e depois verificou que não, que o que nós estávamos dizendo era exatamente o que estávamos fazendo. Mas a transação com os fundos de pensão não ficou viável. E apareceu a transação com a TELEMAR, e aí ele me aconselhou... eu até disse: *“Será que não é possível, então, eu ficar ao invés de vender?”* Ficar simplesmente, entrar e comprar uma participação e ficar na TELEMAR também. Ele disse: *“Olha, isso vai ser muito complicado, isso vai ser difícil, a relação com o Governo é uma relação desgastada; então, a melhor coisa a fazer é vender, vai cuidar da sua vida, fazer outra coisa.”* Eu acabei concordando. Mas ele não foi o negociador com a TELEMAR.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu vou entrar na questão da Brasil Telecom, mas antes, só para tentar esgotar, eu vou lembrar aqui 2 depoimentos da CPI dos Correios. A impressão que passa às vezes — às vezes não — que há uma relação de ódio e amor nos setores do Governo da sua parte. Durante o depoimento lá na CPI, a Líder do PT no Senado, na época, Senadora Ideli Salvatti, afirmou aspas: *“que o senhor é diabólico, é o maior corruptor da história do Brasil. E que se 10% do que dizem a seu respeito for verdade, o senhor já deveria estar preso.”* Nesse mesmo depoimento, a Senadora Heloísa Helena afirmou: *“Durante toda minha militância no PT, sempre ouvi falar sobre V.Sa. V.Sa. era meio como Lúcifer, o gênio do mau, alguém preparado para todas as coisas piores, ardilosas, para tudo que aqui, na minha opinião, é da essência do capitalismo: chantagem, o suborno, a espionagem, a corrupção.”*

Passado esse período, tudo que o senhor passou, também nesse processo agora, que o senhor afirma que houve pressão para que o senhor saísse da Brasil Telecom, quer dizer, o senhor não é esse criminoso? Afinal de contas, quem são seus aliados e por que tanto ódio de setores do Governo com relação ao senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não acredito nesse ódio. O senhor colocou aí que tem uma relação de amor e ódio. Eu, na minha visão, é que não tem nenhum sentimento em relação a isso. Tinha, sim, o objetivo de controle da Brasil telecom. Era simplesmente uma questão estratégica ou empresarial. E quando eu



digo estratégica, é porque, quer dizer, por exemplo a Telecom Italia é meramente empresarial. Para setores políticos do Governo, o que eu tenho a impressão e tenho a informação é que teria interesse estratégico nas empresas de telecomunicação, pela sua capacidade de induzir a opinião. O senhor há de convir o seguinte: a Brasil Telecom hoje é detentora do *site* IG, que, talvez, tenha mais leitores por dia do que qualquer jornal de grande circulação nacional. Então, no meu entendimento, era uma questão objetiva, era uma questão de uma disputa. Infelizmente, o que acabou acontecendo é que tinham objetivos políticos e ficou-se em cima de uma iniciativa que, do nosso lado, era eminentemente empresarial. E isso sempre camuflado em cima de sentimentos, amores, ódios, rancores, etc. e tal. A própria Senadora, depois, na CCJ — e eu fui convidado a participar da Comissão de Constituição e Justiça —, ela voltou a repetir essas observações e até ficou ofendida porque eu perguntei: “Bom, então, se eu sou corrompedor, quem foi corrompido?”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa é uma boa pergunta que o senhor poderia responder agora inclusive.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - “Quem foi corrompido no Governo?” E aí ela achou que, na verdade, eu não tinha o direito de lhe fazer perguntas e se ofendeu com o assunto. O fato é o seguinte: eu não sou o corrompedor, eu não tive a vantagem, eu só tive desvantagem. Eu sou vendedor da participação, eu não sou o comprador da participação. Todos os benefícios que aconteceram na época da disputa com a Telecom Italia foram para a Telecom Italia. Nós, na verdade, só tivemos... nós só tivemos hostilidades. Se nós fôssemos o aliado, o tratamento não poderia ser esse, não é coerente. Isso não é tratamento de aliado; isso é tratamento de adversário ou até de inimigo, mas não de aliado. Então, é muito simples: acusa o adversário de corrompedor. E se, porventura, alguém tivesse abastecendo, não podia ser o que está sendo hostilizado. Isso não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta aqui, só para eu entender. Já que não era uma relação de amor e ódio, então, pelo que eu posso entender, parece até aquelas máximas da máfia: se trata apenas de negócios. Se são de negócios e se o senhor perguntou quem eram, então, naquela oportunidade, os corruptos, já que o chamavam de agente corruptor, o senhor tem



hoje a oportunidade nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, se sabe ou se os conhece, de poder declinar.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não os conheço. Eu posso dizer o seguinte: o que eu sei a respeito na disputa com a Telecom Italia é a respeito de leitura, de autos, de jornais, que eles dizem que distribuíram 25 milhões de euros. Para quem eu não sei. O fato é que isso está lá. Quem recebeu eu não sei. E se era o meu adversário, não era para me favorecer. Todas as decisões administrativas foram a favor da Telecom Italia.

Nós chegamos a ter uma situação, a seguinte: a Telecom Italia estava tentando impedir a Brasil Telecom de ter a telefonia móvel. Nós recorremos ao CADE, e o CADE votou, por 5 a 0, que a Telecom Italia não podia participar da Brasil Telecom e ser, ao mesmo tempo, concorrente e controladora. Um mês depois, o CADE voltou atrás e votou para 0 a 5. Mudou tudo! Trocou os votos todos! Então, tá, o que houve? Eu até perguntei depois. Se eu fiz o acordo com a Telecom Italia, a própria Telecom Italia disse: “Não, nós fomos ao Governo e pedimos, etc. e tal”. O fato é que fizeram. O fato é o seguinte: se você for olhar um dos motivos — e tem até um artigo que foi publicado por um Deputado do próprio PT, Sr. Paulo Delgado, criticando, no fundo, o fato dos agentes da Polícia Federal, na Operação Chacal, terem, na verdade, favorecido a Telecom Italia —, nós vendemos a participação para a Telecom Italia, que não era o nosso objetivo, no momento em que chegamos à conclusão que não tínhamos força para continuar no conflito. Quer dizer, o Estado, na verdade... quer dizer, não sei se por orientação, por distorção, por qualquer que fosse o motivo, mas agiu contra nós — e não a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Gustavo Fruet, eu vou pedir a V.Exa. que conclua com mais uma pergunta para que eu possa passar ao próximo orador.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, infelizmente eu teria mais uma série.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. poderá se reinscrever para...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Se V.Exa, permitir, eu deixo as perguntas — com maior brevidade e objetividade, em 2 ou 3 minutos — e, no



decorrer, alguém reafirma ou, ao final, pergunta. É a continuidade. Desculpe, mas é só para não perder a continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que, de certa forma, eu já fui bastante parcimonioso com o tempo, senão nós vamos inviabilizar os demais de participar. Peço a V.Exa. que se reinscreva ou que, num determinado momento, a gente possa ouvi-lo novamente, senão nós não poderemos ouvir os demais colegas.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Um último apelo, então. Se V.Exa. me permitir, só com relação ao controle da Brasil Telecom e a Oi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu lhe disse, faça uma última pergunta, e eu vou passar a palavra ao próximo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas só para situar, então, eu serei bem objetivo na leitura dos depoimentos. Já na CPI dos Correios — claro, vou deixar de reler porque não haverá tempo — já houve afirmação com relação ao controle acionário, à questão dos Fundos de Pensão, à crítica ou à denúncia hoje reiterada do então Presidente do Banco do Brasil. Mas eu destaco aqui uma pergunta feita na época pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá — parece-me que ele está aqui — com relação à transferência do controle da Brasil Telecom para a TELEMAR. *“Isso foi noticiado. Nós tivemos informações da Telecom Italia. E o Citi conversou de forma tal que me permitia concluir isso. Não posso considerar que tenha sido uma notícia agradável achar que poderia haver uma articulação empresarial e política que pudesse terminar numa mudança de legislação para favorecer”*. Daí o Deputado perguntou: *“Que articulação política é essa?”* E o Sr. Daniel Dantas: *“Eu não sei, eu não fazia parte dela. O que eu fui informado apenas é que o Presidente Lula, ao tomar conhecimento da intenção de que tinham o objetivo de fazê-lo assinar um decreto aqui de alteração do Plano Geral de Outorgas, mudando a lei para permitir essa fusão, que teria ficado aborrecido e pedido ao Ministro das Comunicações que fosse a público dizer, em nome dele, que a lei não iria mudar”*. *“Que Ministro?”*. *“O atual, Hélio Costa. O Sr. Hélio Costa, atual Ministro das Comunicações”*. Na sequência vêm as respostas com relação à Kroll, tanto do senhor quanto da Carla Cico. Eu também vou deixar de destacar esses pontos. E as perguntas que deixo, diante desses fatos, a primeira delas: quem mudou de posição, o senhor ou o



Governo, ao alterar o Plano Geral de Outorgas? Na seqüência: a Oi adquiriu a Brasil Telecom numa operação em que saíram do controle da empresa *Opportunity* e o Citi, encerrando-se uma grande disputa societária. Para permitir o negócio, todas as pendências envolvendo os sócios foram resolvidas. Isso significa, segundo informado, que o Citi retirou uma ação de cobrança de 300 milhões de dólares que havia aberto em Nova York. Ou seja, até para sair a nova supertele, o senhor acabou lucrando, o que despertou suspeitas de novos elos com o Governo.

Por outro lado, no relatório do Delegado Protógenes, que foi divulgado na Internet, que resultou na sua prisão, afirma-se que um dos focos da investigação foi a criação dessa supertele. E ele afirma: *“Por outro lado, durante o monitoramento das ligações telefônicas, identificamos um escalão especial ligado diretamente a Daniel Dantas de real importância para a organização, devido a contatos importantes e participação em acordos espúrios, em especial, a unificação para a criação da supertele, com intervenção a favor do grupo na própria ANATEL”*. Então, são as seguintes perguntas: com relação à Kroll, ela chegou a fazer varreduras para identificar eventuais interceptações de que o senhor tenha sido vítima? Que pendências foram superadas dessa fusão entre a Oi e a Brasil Telecom? Quais os processos encerrados nos Estados Unidos? E, em especial, quanto aos óbices indicados em seu depoimento e no de Carla Cico, qual a sua avaliação sobre a solução encontrada pelo Governo em criar essa supertele? Qual era a sua posição ou é a sua posição sobre essa fusão? A sua presença nessa empresa inviabilizaria de algum modo essa fusão? E, na sua experiência no mercado, qual é o montante envolvido numa operação de fusão com a processada entre a Oi e a Brasil Telecom e qual a taxa de intermediação? Eu quero registrar isso, Presidente, até por lealdade ao Relator e ao Presidente, nas perguntas que, se for possível, farei na reinscrição: Qual a taxa de intermediação na corretagem usualmente praticada em negócios como este? Lembrando que, na época, se discutia telefonia celular, mas hoje acrescenta-se a banda larga e o potencial de crescimento de tecnologias no setor. E, por fim, uma pergunta com relação ao Naji Narras. Ele é aliado, ele é sócio, ele participa de intermediação da Telecom Italia, conforme inclusive foi denunciado na imprensa italiana, ou ele participa de intermediações a negócios seus junto ao Governo brasileiro? Desculpe, Presidente, obrigado.



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Bom, eu vou começar pela última e, depois, o senhor vai me pedir uma a uma, porque eu não me lembro. Você fez demais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho, Sr. Daniel, que o senhor poderia objetivamente responder a questão colocada relativa à essa fusão e à participação do Sr. Naji Narras nesse negócio e a taxa de intermediação, que seria uma coisa simples de se colocar. E eu tenho que passar a palavra para os outros Deputados. E depois, na reinscrição, o senhor...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A taxa de intermediação de quem?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - De uma operação dessa natureza.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Mas do banco de investimento ou de quem seja?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Também do banco de investimento ou das...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ah, isso varia. Eu não sei quanto foi a taxa de administração... eu não sei quanto é que eles pagaram de taxa de intermediação. Isso eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos dar só um exemplo aqui, para socorrer o Sr. Daniel Dantas e o Sr. Fruet. Por exemplo, no contrato com o Sr. Greenhalgh, caso ele conseguisse, junto aos fundos de pensão, qual seria a taxa que ele perceberia se ele tivesse conseguido obter esse sucesso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Aí era uma tabela de... dependendo de em que condições nós... se resolviam as pendências judiciais. Porque o que acontecia era o seguinte: como o senhor falou da pendência judicial com o Citi, o Citi tinha uma ação contra nós que era uma ação que não tinha sentido nenhum. E o Citi sabia que eu tinha uma ação contra ele enorme, por um motivo simples: na verdade, o Citi e os fundos de pensão agiram em conjunto, e nós fomos muito prejudicados nessa disputa, e a lei brasileira estabelece a solidariedade. Então, eu poderia cobrar só do Citi, não precisava cobrar dos outros. Então, na prática, esse fim do litígio tinha as ações que já tinham sido propostas por eles, mas não tinham as ações que nós iríamos propor. Nós, de propósito, esperamos para propor as nossas ações depois. Então, eu até mandei uma proposta que eu posso deixar aqui de que eu



estava disposto a resolver essa transação, ou até preferia, sem solução de nenhum litígio judicial. E depois deixasse que a Justiça decidisse quem merecia o que, quem tinha direito ao que. Mas eles não concordaram. Eles exigiram o fim do litígio. O fim do litígio para nós era um custo. O preço pelo qual a Brasil Telecom foi adquirida pela TELEMAR não era o melhor preço possível. Se a Brasil Telecom pudesse ser leiloada a qualquer que fosse possível o comprador, nós possivelmente teríamos um preço melhor. A discrepância também não era enorme. Já não compensava um volume de conflito que existia. O pessoal que já trabalhava conosco, anos e anos de conflito societário, traz-se uma solução que é razoável... Tudo bem, não era a solução do nosso desejo. O senhor me perguntou o que mudou. Eu não sei. Eu não sei o que é que mudou e nunca acompanhei essa transação. Nunca fiz parte do acompanhamento da transação da aquisição da Brasil Telecom pela TELEMAR. Eu não vejo nessa transação nenhum prejuízo para o sistema de telecomunicações como um todo — esta certo. Não tem lá grande problema. Já tinha defendido no passado, em outras exposições, que quando foi feito o Plano de Outorga se criou 24 companhias de telefone no Brasil. E que tinha havido uma confusão ali no momento da privatização entre escala e concorrência. Se você administra uma telefônica no Rio Grande do Sul e a outra no Piauí, não tem concorrência. Ninguém se muda do Piauí para o Rio Grande do Sul porque o telefone subiu 30%. Não existe. Mas são duas questões. Uma questão a nível de telecomunicação não tem. A segunda questão é se a lei poderia mudar para uns e não poderia mudar para outros, esse é outro assunto. A minha sensação é que, se eu permanecesse, não seria bem-vindo. Era minha sensação. E eram informações que eu tinha. Eu não tinha nenhuma informação oficial a esse respeito. Eu trabalhei admitindo, ou com essa hipótese em mente. Quanto ao Sr. Naji Narras, o Sr. Naji Narras, conforme eu já disse aqui, ele representava os interesses da Telecom Italia. O Sr. Naji Narras era o meu adversário enquanto a situação com a Telecom Italia era adversarial. Quando nós fechamos o acordo e apertamos a mão, a partir daí não tinha mais adversariedade. Tanto eu tenho uma relação com ele como eu tenho uma relação com o Sr. Tronchetti Provera, que foi o meu adversário por vários anos. Isso aqui não é difícil para os senhores concluírem, que, às vezes, vocês têm um adversário político que, por algum motivo qualquer, a adversariedade acabou e não necessariamente a



adversariedade tem que levar à inimizade. Em alguns casos leva. Sempre tivemos o cuidado de tentar minimizar isso, porque a inimizade é improdutiva, é para sempre, é um problema. Com Naji nunca tivemos inimizade. Ele representava um interesse que era contrário ao meu. Ele representava o interesse da Telecom Italia de tomar o controle da Brasil Telecom. Tentou por vários caminhos. No fim, acabou fazendo um acordo. Não era o melhor acordo que eu poderia ter feito, foi o acordo que eu consegui fazer nas circunstâncias a que eu me encontrei. E, uma vez feito esse acordo, a partir daí, não tínhamos nenhuma relação, quer de negócios... mas também não tinha nenhuma relação de inimizade. E nessas negociações ele sempre se portou de uma forma cordial, não tinha motivo nenhum para ser hostilizado. Mas nunca tivemos negócios. Não temos nenhum negócio com o Sr. Naji Narras. Até depois ele tentou nos oferecer algumas oportunidades. Nós temos uma área imobiliária. e ele tentou me oferecer alguns terrenos que ele tinha, e nenhuma dessas transações acabou se concretizando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou passar... antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Willian, estou sendo informado que há uma outra nominal. Então, vamos interromper por 5 minutos para fazermos a votação. Agora, só para constar, antes de interromper, o seguinte: o objetivo do Sr. Naji Nahas, então, foi alcançado nessa disputa, né, com V.Sa., ou seja, ele conseguiu o desiderato que ele almejava, que era tomar a sua parte na...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ele acabou não conseguindo, pelo seguinte: ele tinha que tomar a minha parte e passar para a Telecom Italia. Na verdade, a minha parte foi tomada, mas não acabou na mão da Telecom Italia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas todos ganharam nesse processo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ele não ganhou, imagino eu. Ele tinha uma taxa de sucesso, se porventura a Telecom Italia ficasse. E, na verdade, nós, na verdade, não ganhamos. Nós vendemos a participação por um valor menor do que eu poderia ter vendido, se não fosse essa circunstância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está suspensa por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, é necessário suspender?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Carlos Willian, para fazer os seus questionamentos e para que todos possam ter a oportunidade de fazer as suas perguntas. O Deputado Carlos Willian está com a palavra.

Peço silêncio ao plenário porque o Deputado Carlos Willian irá fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, só queria solicitar da Presidência da Mesa o rigor no tempo, haja vista que ontem, na audiência com o Dr. Fausto, nós saímos daqui quase 11 horas da noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Então, V.Exa. já está atendido. Vamos ter o rigor solicitado no tempo.

Deputado Carlos Willian, com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, Sr. Daniel Dantas, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o nobre colega, Dr. Nélcio Machado, que orientou V.Exa. muito bem, pois a expectativa de todos era a de que o senhor viesse aqui nesta CPI e se silenciasse, e o que ocorreu foi o oposto. Mesmo mediante uma decisão judicial, V.Exa. está ajudando esta Casa, esta CPI e os representantes do povo do Brasil a decifrar os assuntos referentes aos grampos telefônicos. E, dessa forma, eu acho que o desempenho desta CPI vai ser bem mais favorável, ao contrário do que todos nós imaginávamos. Eu estou assistindo aqui e confesso ao senhor que estou um pouco perplexo, porque, como diz o meu colega Gustavo Fruet, falaram horrores de V.Exa., inclusive na CPMI dos Correios, da qual eu tive também a honra e o prazer de ser membro junto como Gustavo Fruet, inclusive como Sub-Relator do IRB. Portanto, o que nós estamos vendo aqui, o que eu estou sentindo, é que existe uma intriga nacional pelo controle de uma companhia de comunicações muito grande e que ali tudo aconteceu. E eu acho que isso, se fizer um livro, vai dar mais lucro do que a venda da empresa, porque é uma história fascinante. Eu até sugeriria, se o senhor fosse fazer um livro, que o título fosse “O Favorito”, porque só no final nós vamos saber quem está com a razão, quem foi



preso errado e quem está solto e deveria estar preso. Veja só: o CADE volta atrás em decisões já tomadas, legislações são mudadas no percurso das transações comerciais, amigos que eram inimigos se abraçam... Então, sinceramente eu estou perdido. Eu vou mudar a minha tática, principalmente porque o Presidente é muito rigoroso, e eu vou fazer a V.Sa. as minhas perguntas e depois eu deixo o tempo para que V.Sa. respondesse. É óbvio que o contrato que o senhor tem com a empresa Kroll é contrato para investigação. Eu tenho a certeza também que não tem, dentro desse contrato, alguma cláusula que era deveria grampear terceiros. Obviamente, isso não tem. Então, se no percurso das investigações ela grampeou, no meu entendimento como advogado, o senhor não tem responsabilidade pelos grampos. Deveria responsabilizar a Kroll, e não V.Sa., apesar de que os resultados possam ter lhe favorecido.

Pois bem, a minha pergunta, a primeira, é a seguinte: os fundos de pensão estavam do seu lado, da Brasil Telecom, ou seja, eles abandonaram o barco da Brasil Telecom e depois se acomodaram no barco da Telecom Italia. Por que eles fizeram isso e quem ganhou com isso? Primeira pergunta.

Segundo: o senhor tem ciência de que existiam 2 grupos na Telecom Italia, um a favor do acordo entre a Telecom Italia e o Grupo Opportunity, liderado pelo investidor Naji Nahas, outro contra o acordo entre Telecom Italia e o Grupo Opportunity, liderado pelo Sr. Paulo Marinho?

Depois: em sua opinião, qual o objetivo final desses 2 grupos dentro da Telecom Italia? Em sua opinião, qual dos 2 grupos mencionados anteriormente seria mais benéfico à empresa e ao País?

Depois, nessa operação onde inclusive ontem esteve presente o juiz que preside o inquérito, Dr. Fausto de Sanctis, que inclusive eu fiz uma pergunta sobre a revista *Veja* e ele descaracterizou a revista, que eu considero um dos órgãos de informação mais importantes do País, um dos órgãos mais importantes deste País, e ele disse que faltavam dados técnicos para a revista, o que eu discordo prontamente, porque a matéria realmente esclareceu muita coisa... Nela diz que o Ministro Gilmar Mendes... Comenta-se, em algum momento, que a decretação da prisão de V.Sa., ela falta um pouco, ela tem fragilidade jurídica, a sua prisão. Se o senhor entende que existe fragilidade jurídica na sua prisão.



A outra: o senhor acha que a ABIN estava por trás, ou está — estava, porque agora já está no Judiciário —, estava por trás dessas investigações policiais? Se a ABIN estiver por trás, o senhor acredita que o Diretor da ABIN, o Dr. Paulo Lacerda, o Presidente da ABIN, está por trás? O senhor acha que este Governo, no decorrer desta transação, prejudicou V.Sa.? Se ele prejudicou, foi intencionalmente? Ou seja, de tudo o que nós assistimos até hoje, o senhor é vítima nesse processo, ou realmente o senhor acha que cabem os crimes que estão imputando a V.Sa., que são os crimes de evasão de divisas, gestão fraudulenta, concessão de empréstimos vedados e corrupção ativa?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Sr. Daniel Dantas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Bom, eu anotei aqui as perguntas do senhor e vou tentar ser rápido em uma a uma, tá? Sobre a Kroll, a Brasil Telecom — estou repetindo — contratou a Kroll. Nem o Ministério Público, na ação, acrescentou nenhum grampo, nem acusa de que a Kroll tenha feito grampo telefônico, tá? Na minha impressão, a Kroll não faz grampo telefônico, e eu vou explicar por que. É uma empresa multinacional. Ninguém iria querer correr um risco criminal individual a benefício de um cliente. Ela não faz. Não estou dizendo que ela... No nosso caso não fez. Eu vou além: eu acho que não faz. Eu acho. Eu não vejo uma empresa multinacional daquele porte... É inviável uma empresa multinacional daquele porte funcionar com práticas ilegais. Ela vai ficar sujeita a chantagens, subornos, riscos de todos os lados. Na prática, o que aconteceu? A Brasil Telecom contratou a Kroll para obter provas em relação a desvio do dinheiro da compra da CRT. O fato é que não obteve. O fato é que não obteve. O relatório da Kroll que eu recebi depois — eu recebi mais ou menos em 2007 e recebi de 2 jornalistas —, o relatório é um conjunto enorme de suposições, que possivelmente até podem ser verdadeiras ou não, mas não tem prova, prova nenhuma. Tanto que a Brasil Telecom não conseguiu, através desse esforço, ter os elementos a levar a Telecom Italia à corte internacional em relação aos prejuízos que foram provocados pela CRT. Os fundos de pensão, não é que eles estiveram ao nosso lado. Os fundos de pensão tiveram... Nós fomos os primeiros que trouxemos para os fundos de pensão a oportunidade de participar de



investimentos diretos. Trouxemos esse conceito do *private equity* para o Brasil, e eles fizeram um investimento pequeno em relação ao tamanho dos fundos. Quando o consórcio que atualmente possui a TELEMAR entrou em campo, já havia uma nítida predileção dos fundos de pensão por eles, que já tinham relações mais antigas, e conosco não tinham. E a nossa relação com os fundos de pensão se esgarçou no momento em que nós recusamos o sobrepreço da CRT. A nossa sensação ali é que havia algum interesse em relação a que esse sobrepreço fosse pago. Houve muita pressão dos fundos de pensão para que a Brasil Telecom cedesse e pagasse o preço que não era devido. Em relação ao assunto da Telecom Italia, o senhor tem toda a razão. Existiam 2 grupos: um era do Naji, e outro era comandado pelo Sr. Dal Pino, no qual participava o Sr. Paulo Marinho. Na verdade, era o seguinte: o Naji tinha relações diretas com o Presidente da Pirelli, que era controlador da Telecom Italia e era presidente do conselho, e o Sr. Dal Pino era o administrador da companhia. A minha sensação era que tinha uma disputa entre os 2 para saber quem traria a solução, tanto que, quando o negócio com a Telecom Italia começou a ficar difícil, eu fui chamado pelo Sr. Dal Pino e o Sr. Paulo Marinho, para ter uma conversa com os 2. Tivemos uma conversa, e eles disseram: “*Se o Naji Nahas sair, a operação sai*”. Então era uma questão de disputa interna. Quer dizer, a Telecom Italia tinha o interesse e, como em empresa, como em qualquer organização, tem disputas internas. Eu acho que existia uma disputa interna entre o grupo da Telecom Italia em si e o Naji Nahas, porque tinha um acesso que eu não sei como, mas ele tinha um acesso direto com o principal homem que era o controlador da Telecom Italia, que era o Marco Tronchetti Provera. Na verdade, o que o time da Telecom Italia queria era a mesma coisa que o Naji Nahas queria, só que um queria que fosse pela mão dele, e o outro queria que fosse pela mão do outro. Possivelmente, deviam ter taxas de sucesso diferentes, e eu imagino que tinha disputas em relação a isso. Quanto ao fato de ter havido fragilidades jurídicas, eu não acompanhei. Quer dizer, quem andou me assessorando aí na parte jurídica foi o Dr. Nélcio Machado, que diz que, de fato, está tudo em cima de bases... ilícitas. Eu ia dizer indefensáveis, e ele foi mais forte, me disse para dizer ilícitas. Quanto ao fato de a ABIN estar por trás, eu escutei as informações que eu passei para esta Comissão e observei o fato de que o Sr. Humberto Braz foi seguido por um agente



da ABIN. Quer dizer, se ela está por trás ou se ela não está por trás, eu não posso dizer se estava ou não estava. Eu posso dizer que eu tenho uma informação, e o Sr. Humberto Braz na época não esteve comigo, mas esteve com o Dr. Nélcio Machado, que diz que um agente da ABIN estava em campana, seguindo o Sr. Humberto Braz. Então a minha observação é que certamente a participação da ABIN é inquestionável. Eu fui informado disso por várias pessoas. Agora, entre ser informado e ter condições de atestar tem uma diferença. Em relação a esse assunto, quer dizer, eu não posso dizer que... Com o tempo eu vim destilando essa questão do Governo e cheguei à conclusão de que não é o Governo, é uma facção do Governo. Mas eu, em 2002, eu fui avisado, em 2002, que seria hostilizado pelo Governo e que o Governo iria tomar o controle das empresas de telecomunicações que nós tínhamos por direito contratual. Na época, eu, até por força de...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em 2002?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - E dois, 2002. Na época fiz o seguinte: preocupado com esse... Antes do primeiro mandato.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, em 2002 me foi avisado que o novo Governo já tinha um compromisso contra mim. Eu, na época, conversei com o Mauro Salles, que era meu... prestava assessoria tanto à Brasil Telecom quanto ao Opportunity, etc. e tal, e me deu uma sugestão. Disse: meu filho, olha, minha primeira aula na publicidade — ele era um grande publicitário — foi o seguinte, antes de usar a imaginação, use a memória. E eu me lembrei de um caso, que eu não sei nem se é verdade ou não, porque eu era muito jovem, mas que tinha sido atribuído que na época que o Banco da Bahia estava para ser vendido, que o Governador Antonio Carlos Magalhães teria restrições a que o Banco da Bahia fosse vendido para fora da Bahia. E o Dr. Clemente Mariani vendeu o Banco da Bahia para o BRADESCO. Na época o Antonio Carlos Magalhães desapropriou a casa do Clemente Mariani, que é uma casa extraordinária, como... e ele interpretou aquilo que era uma represália em relação ao fato de ele não ter cumprido o seu desejo. E eu tinha sido informado que o Dr. Clemente Mariani tinha registrado no cartório essa circunstância e usou depois esse registro para desfazer a desapropriação, desapropriação essa que foi desfeita. Essa história, eu estou contando uma história



que eu escutei, eu não sei se ela é verdadeira. Acredito que sim, mas estou... E aí, na época, me passou na cabeça a idéia de tentar copiar e iniciar. Disse: olha, pode ser que isso aconteça, eu escutei essa versão. Podia ser verdade ou podia não ser. E aí nós publicamos nos classificados do *Estado de Minas*, de forma criptografada, várias das informações que foram dadas, para um posterior uso judicial, se assim fosse necessário. Isso foi feito, quer dizer, isso atesta no fundo que eu conhecia essa hipótese antes de o Governo ter começado. E depois eu passei a observar que era uma facção, não era o Governo, era uma facção que tinha um interesse específico em relação a esse assunto das telecomunicações. E em várias dessas correspondências o senhor vai encontrar conclusões. Porque o que ocorre na atividade empresarial, como em qualquer outra? Você age de acordo com o seu entendimento, com a sua crença naquele momento, ou até com uma convicção. A certeza não é humana, você não tem como ter certeza sobre fatos. Você tem fortes impressões, acredita que é dessa forma, e tal. E aí eu fui vendo que vários dos que tinham sido... Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Seu Daniel, eu não quero lhe interromper. Mas já interrompendo, se o senhor pudesse ser objetivo... Por exemplo, eu acho que uma informação que é necessária... A história já está contada. Qual é a facção dentro do Governo que iria lhe prejudicar? Eu acho que essa é a resposta que o Deputado Carlos Willian deseja.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu não acho que queria me prejudicar, não. Eu acho que queria a Brasil Telecom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem é essa facção?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Quais os personagens?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Olha, que eu identifico de forma mais constante, são o ex-Ministro Gushiken e alguns dos seus colaboradores. Mas muito constantes focado ali. Outros foram passados. Por exemplo, foi passada informação no passado que o Ministro Dirceu, que o Ministro Palocci e, depois, com o tempo eu não fui observando... Inclusive tem um documento aqui, que saiu até na... Porque no processo em Nova York existe um negócio chamado *discovery*, quer dizer, o Citibank tem que me mandar toda correspondência dele, e eu mandar a minha para



ele. Mas esse processo é sob sigilo, então eu não posso comentar sobre esse assunto. Uma correspondência foi publicada, não sei por que, mas foi publicada, onde dizia que o Presidente Lula ia entrar em guerra contra mim. Eu até fiquei muito preocupado em relação a isso. Mas depois eu não fiquei com a sensação de que era uma coisa dirigida, que era um interesse específico do Presidente. Com o tempo, eu fui notando o relevo desse interesse. E uma coisa curiosa é que, no momento em que a Brasil Telecom comprou o iG, o iG era dividido entre a Brasil Telecom e a TELEMAR, e a TELEMAR tentou uma manobra para comprar o iG. Nós percebemos e agimos mais rápido e compramos o iG. A partir daquele momento, a intensidade da iniciativa aumentou enormemente. Eu até, se soubesse, não teria comprado. Era preferível não ter que enfrentar aquele esforço adicional por um negócio que não era essencial. Era importante, mas não era essencial. Então a percepção que eu fiquei é que existe um interesse político estratégico na Brasil Telecom. E esse interesse continua, existe em volta... Olha, quando eu estive com o Delegado Protógenes, o Delegado me fez algumas recomendações. Primeiro que não falasse com a imprensa. Eu falar com a imprensa me era prejudicial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Está se referindo ao depoimento recente, ou antes?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Agora, nesse agora, quando ele me prendeu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ah, durante a investigação.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Durante um dos depoimentos, o Nélcio Machado estava comigo presente, me recomendou que não respondesse, mas ele ficou conversando. Primeiro, achando que conversas com a imprensa tinham me sido muito prejudiciais. Eu até tentei mostrar que eu conversei com a imprensa para me defender, eu tentando esclarecer fatos que eram distorcidos publicados a meu respeito. Segundo, ele me disse que não tentasse trazer o material da Itália, porque aquele material já tinha sido apurado e não era verdadeiro. E, em terceiro lugar, disse que iria investigar essa operação da Brasil Telecom com a TELEMAR, que na verdade é uma operação privada. Eu não entendo por que isso é motivo de investigação policial. Ela talvez não esteja dentro dos padrões de um ambiente completamente... onde houvesse uma separação...



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então o senhor acha que o delegado trabalhou a seu desfavor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu acho que o delegado trabalhou a meu desfavor e até depus nesse sentido. Eu acho isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor se refere ao material da Itália, às investigações sobre o grampo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não, a tudo. Quer dizer, é muito estranho, essa situação toda é muita estranha, gente. Reparem o seguinte: é dito que há uma investigação criminal. Nessa investigação criminal tem Presidente da República, Presidente do Supremo, Ministro da Justiça, Diretor da Polícia Federal, Diretor da ABIN. Me digam uma coisa: se estivesse a Cúria do Vaticano, junto com o Papa, 2 meses discutindo um caso de preguiça crônica, que é pecado capital, haveria de se achar que era um caso de pecado, ou tinha algum outro problema aí dentro? Tem alguma coisa outra aí. Não é possível. Se dissessem o seguinte: olha, alguém tem 150 *holdings* e por conta disso cometeu um crime... Não é possível uma celeuma desse tamanho. Tem algo a mais aí dentro que não é... Há uma total desproporção.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - E o que o senhor acha que é essa coisa a mais?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não sei. É muito interesse envolvido. A minha sensação... Ele me disse claramente ali que iria em cima, e eu fiquei... Até tinha comentando com o Ministro Greenhalgh o tempo todo que achava que ainda viria alguma coisa para tentar criar um constrangimento para impedir a venda da Brasil Telecom para a TELEMAR. Ele também citou que iria investigar os filhos do Presidente Lula. E é uma das preocupações que eu tinha manifestado, dizendo o seguinte: olha, como envolve uma mudança de legislação, que eu acho que teria acontecido na primeira tentativa, mas que, na verdade, o mensalão deixou o Governo acuado; eu nutro suspeitas de que haja a intenção de acuar de novo, para que a mudança de legislação não seja possível e que a Brasil Telecom não seja adquirida pela TELEMAR, por interesse de manter a Brasil Telecom sob o controle de uma das facções que está lá. Aliás, isso está na...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Daniel, o Delegado Protógenes, quando interrogou V.Sa., ele teria feito menção de que investigaria os filhos do Presidente Lula em que circunstância?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ele disse que estava... Como é que ele disse? Que ele ia apurar Telecom e Oi, envolvendo o filho do Presidente também, e que ia até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra para o Deputado Pompeo de Mattos, que é o próximo a inquirir, em seguida aos demais Deputados. Vai começar às 18h17min, 10 minutos para as perguntas e respostas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Daniel Dantas, na verdade... Aqui, Sr. Daniel. Na verdade, nós aqui na Câmara dos Deputados, via de regra, os Parlamentares, nós sabemos de tudo um pouco, mas de um pouco nós não sabemos tudo. E desse pouco quem sabe tudo, nessa tarefa aí, nesse negócio, é exatamente o senhor. E nós — eu quero confessar pelo que eu vi aqui, pelo que eu tenho visto — sabemos muito pouco ou quase nada. Por isso que eu interpreto que o senhor foi ao Supremo, não para falar o que quer, mas para não falar o que sabe. O senhor sabe muito mais do que todos nós. O senhor é o *expertise* nesses negócios todos aí. Até nós entendermos isso daí, nós vamos longe. E eu não vejo outra razão. Porque o senhor chega na frente da Polícia Federal e não diz nada. Vai dizer o quê? O que o senhor disser vai ser senha para a Polícia Federal seguir o caminho daquilo que o senhor disse, porque acho que até a Polícia Federal sabe pouco diante do emaranhado que são esses negócios todos aí. Tanto é que, quando a gente faz a pergunta, via de regra, quem pergunta sabe a resposta. E, no seu caso, a maioria das perguntas quem sabe a resposta é o senhor, e não quem pergunta. Então, é difícil de ficar perguntando. E como o senhor não tem interesse em responder as coisas como são, as coisas vão indo desse jeito. E eu vejo que muitas vezes o senhor já foi investigado, enfim... Não sei quantas vezes o senhor esteve em CPI.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Em CPI, uma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Uma?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Uma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na CPI...?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Mista.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dos Correios. E o senhor sabe quem é que apresentou o requerimento de convocação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não lembro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Fui eu. Fui eu que apresentei. Está aqui cópia do requerimento. E naquela vez, já, eu vi que, como a gente diz no ditado, desse mato não sai coelho, até por conta daquilo que a CPI não sabia e daquilo que o senhor sabia. E até porque o senhor sabia que a CPI não sabia. Então, se deu ao luxo de... Até me lembro, na ocasião, parecia vítima de todo aquele processo.

Mas a verdade é que tem muitos problemas. Por exemplo, na questão da PREVI. Aí eu sei um pouco, até porque eu sou da PREVI, eu sou funcionário do Banco do Brasil. E a PREVI se meteu num negócio com o senhor e tomou um tombo feio. E o senhor sabe que a PREVI tomou um prejuízo muito grande no negócio da Brasil Telecom. Tomou um prejuízo. Quem ganhou? Tanto que a PREVI investiu uma grande soma, era quem mais tinha investido e quem menos mandava lá dentro. Ela não tinha poder de mando.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - São 2 assuntos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Oi?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - São 2 assuntos: ganhar dinheiro ou mandar. É como você entrar num avião, tiver comprado metade das passagens e decidir que vai decidir como é que vai dirigir o avião ou qual é o destino do avião. Provavelmente o piloto não vai deixar. Agora, ele tem que levar com segurança para o destino. O que nós contratamos com a PREVI era que nós administraríamos, tínhamos outros investidores, e que eles não iam administrar. Esse era o contrato.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas normalmente quem manda na companhia é que traça os destinos do avião, por conta das rotas que ele contrata.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Esse não era o contrato que o PREVI tinha conosco. O contrato que o PREVI tinha conosco é que era um investidor passivo.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas não é isso que a PREVI dizia. Tanto é que o senhor e a PREVI se desentenderam. A PREVI tomou um prego bem grande...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ele não tomou prego.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ... e saiu para o outro lado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ela saiu para o outro lado por um outro motivo, mas não tomou prejuízo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Porque ela não mandava. Ela botou dinheiro e não mandava no dinheiro que ela botou.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ela, de fato, não mandava. É como o senhor aplicar, por exemplo, um dinheiro no fundo do Itaú. Você não manda no fundo, você recebe a rentabilidade do fundo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, sim. Mas o dinheiro é teu e tu podes ter o entendimento com o teu recurso. No caso da PREVI, a PREVI aplicou dinheiro e ficou a ver navios. A PREVI era, na Brasil Telecom, a rainha da Inglaterra: era toda-poderosa, com poder nenhum.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A PREVI aplicou o dinheiro, e nós sempre demos alternativa à PREVI de desaplicar e receber o que ela aplicou, o dinheiro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Com prejuízo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, com lucro, e bastante. E ela não queria, ela queria o comando e o controle da companhia. O que nós vendemos não foi isso. Nenhum dos nossos investidores interfere na gestão dos negócios.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O negócio que a PREVI investiu era um grande negócio. E ela perdeu o controle do negócio, e deixou de ser um negócio. Dinheiro que ela podia ter aplicado num banco, então, e não num negócio.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ela nunca teve o controle, ela nunca contratou o controle. Agora, o que aconteceu foi o seguinte...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, ela buscou sempre o controle. Ela não conseguiu, mas buscou. Buscou na Justiça, inclusive.



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, depois. O contrato não foi feito por esta administração. A administração trocou. O contrato foi feito por outra administração.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu sei. Eu sei.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nós vendemos o produto que qualquer banco vende. Nós administramos, você fica com o resultado. Ela entendeu que queria ficar com a administração e não com o resultado, independente do fato de a administração produzir mais ou menos resultado, porque tinha outro interesse.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu sei. Acontece que quem contratou, quem fez o negócio da PREVI com a Brasil Telecom fez o negócio no interesse, que não era o interesse da PREVI. Quer dizer, ela aportou recursos para ficar com o comando. Depois, quando a nova direção da PREVI viu o tufo que tomou, eles tomaram atitudes e entraram na Justiça, todo aquele processo que o senhor sabe, todo aquele enfrentamento que houve.

Bom, eu estou colocando isso só para dizer que de um pouco a gente sabe também. Não tudo como o senhor sabe, mas alguma coisa a gente sabe. Até porque o assunto aqui é grampo. Mas a verdade é que a PREVI pagou caro o negócio que fez. E me surpreende — e eu fico preocupado — a questão do Greenhalgh, porque o Greenhalgh era referência para nós na PREVI e nos outros fundos ativos e participativos. E, na verdade, passa a impressão aqui — eu também não quero aqui, porque eu tenho um respeito muito grande pelo Greenhalgh, sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ele foi Presidente, ele é uma figura proeminente da República, tenho respeito por ele —, mas fica uma ponte de dúvida sobre o posicionamento dele.

Eu quero avançar nessa questão da PREVI, porque eu quero tratar de grampo, porque, se eu vou entrar nos seus negócios, eu não entendo dos seus negócios. Embora todo mundo diga horrores. Eu não posso discordar nem concordar. Eu fico admirado de tudo isso, de tanta coisa que dizem. Mas o que eu vou dizer? Entendeu? Então, a gente tem que entrar naquilo que sabe pelo menos um pouco, a questão do grampo.

Por exemplo, a CRT, Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações. Eu sou gaúcho. Sou do Rio Grande do Sul. Briguei muito na questão da CRT quando



privatizaram a CRT à moda louco. Entregaram, assim, a preço de banana, e alguns se avançaram. Aí um logrou o outro, que logrou o outro, que foi logrando o outro, e que daí um contratou uma empresa para ver quem é que tinha logrado por último. Foi isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A Telefônica de Espanha comprou no leilão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A CRT?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nesse leilão, há suspeitas da Telecom Italia de que a Telefônica de Espanha tenha obtido o seu preço e, por conta disso, tenha conseguido vencer por uma margem pequena. Isso foi um tempo do jogo.

A ANATEL, depois da privatização, entendeu...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Entrou grampo nesse negócio, informações privilegiadas, grampo, enfim?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Olha, eu não era sócio da Telecom Italia naquele momento. O sócio da Telecom Italia naquele momento era o BRADESCO e a Globo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O que eu posso dizer é que, quando nós fizemos o consórcio com a Telecom Italia, a Telecom Italia achou que as informações a respeito do preço tinham vazado para a Telefônica. Não falou comigo como tinha sido vazado, se foi infidelidade de algum funcionário, se foi alguma gravação, o que é que foi.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Porque o negócio lá foi grande. Na minha concepção, o Estado do Rio Grande do Sul tomou um prejuízo naquele negócio. E foi um negócio feito assim...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu também acho. E a outra...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Um prejuízo muito grande.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - E a outra situação — e o que pode ser coerente com a suspeita de grampo — é que a Telecom Italia decidiu contratar a Kroll para colocar procedimentos, antes vazamentos de informação, e parte dos equipamentos que a Kroll colocou em todos os estabelecimentos que estavam lidando com isso eram equipamentos antigrampo. Então, é possível que ela tenha



suspeitado de que foi grampo telefônico, muito embora nunca tenha conversado comigo a esse respeito.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Esse nosso debate, Sr. Presidente... Naquele tempo, em 92, aliás, 95, 96, já lá a própria Telefônica grampeava o telefone da Telefônica ou de Itália ou de Espanha. E aí um grampeava o outro e depois contrataram a Kroll para desgrampear o outro grampeando, para ver quem tinha grampeado. Quer dizer, é uma coisa que impressiona. E mostra que a coisa vem de longe. Eu não tenho dúvida. Ora, a Kroll vem fazer o quê? Vem detectar grampo. De que maneira? Grampeando quem tinha grampeado para ver onde é que estava o grampo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Nesse contrato que a Telecom Italia fez...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É o contrato, como a gente diz lá no interior, o papel aceita tudo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Mas é assim: eu fui adversário da Telecom Italia durante esse tempo todo, não tenho motivo nenhum para defender a Telecom Italia. O que eu estou colocando é o seguinte: a ação da Kroll no contrato da Telecom Italia que eu vi, e posso testemunhar, foi varredura e varredura de linhas telefônicas para garantir a segurança de que não existia grampo nas linhas telefônicas que estavam discutindo a transação. Garantiu que não tinha — e tinha. Tá?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tinha grampo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Foram grampeadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, porque me solicitaram os colegas que eu fosse o mais rigoroso possível com os companheiros. Estou cumprindo o que me foi solicitado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, é o seguinte: o senhor me deu 10 minutos. Eu falei quatro e ele falou seis. Então, eu preciso fazer as perguntas. Se o senhor me der 10 minutos para eu fazer as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, são dez incluídas as perguntas e as respostas. Essa é a norma. Vou reinscrever V.Exa.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor me dá 2 minutos e eu vou deixar algumas perguntas pelo menos no ar, aqui, porque, senão, eu me sinto prejudicado. Por exemplo, todos os que falaram antes de mim falaram muito mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que nós...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu não quero exigir do senhor. Sei que o senhor tem sido generoso e um Presidente sensato. Mas me dá 2 minutos, Sr. Presidente, porque eu acredito que eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixa eu só explicar para V.Exa., nós vamos perder tempo com isso. Quem me pediu rigor foram os próprios membros da Comissão. O único que eu dei um pouco mais de tempo foi para o autor do requerimento. Eu estou tentando manter com que todos falem. Então, peço a V.Exa. que se reinscreva.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dê-me 2 minutos que eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Senão os outros também vão me pedir 2 minutos. Então, é essa a questão. Eu peço a V.Exa. que encaminhe as perguntas e o Relator, com certeza, poderá fazê-lo.

Eu passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. Peço minhas escusas a V.Exa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Quando eu estava entrando exatamente, porque eu estou tratando só de grampo. Vi que outros trataram de outros assuntos. Quero tratar de grampo. Eu tenho uma série de perguntas, inclusive, da Operação Satiagraha, que era o final, para eu concluir. Mas eu estou reinscrito, Sr. Presidente, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu lhe agradeço a compreensão.

Deputado Vanderlei Macris. São 18h29.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Daniel Dantas, vou tentar ser bastante objetivo por conta do meu tempo.

Primeiro, agradecemos a sua contribuição para a investigação da nossa CPI. Sobre a operação da fusão Brasil Telecom e TELEMAR, Carla Cicco, em



depoimento à CPMI dos Correios, fez uma ligação muito clara entre a atuação da Kroll e as operações relativas à fusão.

E aí discorre ela sobre essas ligações entre a atuação da Kroll e as operações relativas a essa fusão. Pois bem, apesar desses obstáculos que foram indicados no depoimento dela por ocasião da CPI dos Correios, a Oi adquiriu a Brasil Telecom numa operação em que saíram do controle da empresa o Opportunity e o City, encerrando-se uma grande disputa societária. Para permitir o negócio, todas as pendências envolvendo sócios City Group e Opportunity foram resolvidas. Isso significa que o City retirou uma ação de cobrança de 300 milhões de dólares que havia aberto em Nova York. Ou seja, até para sair da nova supertele, o senhor acabou lucrando, o que despertou suspeita de novos elos com o Governo, depois da perda do seu principal aliado, como o senhor disse nas conversas feitas com o ex-Ministro José Dirceu. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Essa é uma questão.

Segundo, a Kroll, nesses movimentos todos, foi o braço brasileiro ou o braço internacional da Kroll que agiu nessa questão? Essa é a primeira colocação que gostaria que V.Sa. pudesse me responder.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A que questão o senhor está se referindo? Ao braço internacional em que questão?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nessa questão que D. Carla Cicco mostrou e todas as preocupações que existiram e as dificuldades nesse processo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Esse foi o braço internacional da Kroll, que tinha sido contratada para rastrear o fluxo de pagamento da operação da CRT, foi o braço internacional. A Brasil Telecom já havia contratado a Kroll no Brasil no passado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Foi o braço internacional nesse caso.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Foi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bom.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Agora, quanto à primeira resposta, é o seguinte: quando eu me referi aqui que nós, até por conselho do advogado e ex-



Deputado Greenhalgh, fizemos uma proposta ao City e aos fundos autorizando que essa proposta pudesse ser mostrada às autoridades brasileiras, que tinham alçada sobre a área de telecomunicações e que, com isso, desbarataram as versões que estavam sendo construídas na imprensa, e que nós estávamos impedindo o êxito das negociações com o objetivo de inviabilizar a transação, essa proposta foi enviada em duas, em dois tempos, em 2 pacotes. Uma primeira proposta foi de que a transação apenas se restringisse à compra e venda de participações, mantendo todas as pendências judiciais intactas. Então, a ação que o Citibank tinha contra mim em Nova York seria mantida, mas também eu teria liberdade de entrar com uma ação contra o Citibank no Brasil, em Nova York, onde quer que fosse. E as ações que existiam entre nós e os fundos de pensão também seriam mantidas. E nós oferecemos duas possibilidades: que esse assunto fosse resolvido por via judicial, ou que fosse tudo levado para uma grande arbitragem para decidir quem tinha direito a que e dar a César o que era de César.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou interromper por 5 minutos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Essa hipótese foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sr. Daniel Dantas, nós temos uma outra votação. São 18h33min. Portanto, o tempo suplementar será dado a V.Sa., que será de 6 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu gostaria, Sr. Presidente, se pudesse o Sr. Daniel Dantas ser bem objetivo na resposta por conta do tempo que nós temos para fazer as demais perguntas. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está suspensa por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Estamos retomando às 18h40min. E peço que o Sr. Daniel Dantas seja bem objetivo às perguntas do Deputado Macris.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu estava continuando na resposta do senhor. Nós mandamos duas propostas, uma proposta, que era a nossa preferência, era manter todas as questões para serem resolvidas quer na Justiça, quer num



tribunal mais qualificado, como uma arbitragem, onde seria avaliado se alguém devia alguma coisa, quanto, e isso seria liquidado. E nos foi passada a informação de que de forma alguma os fundos de pensão aceitariam fazer a transação sem o fim de todas as questões judiciais. E eu relutei em aceitar, porque nos julgávamos credores. Muito embora os adversários tivessem sido mais vocais no seu direito, não significa que, por ter alardeado mais ou por ter acionado antes, que o direito era melhor. O fato é que nós propusemos. E o fato é que não aceitaram. E eu tenho a cópia das propostas e vou deixar aqui.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Se puder deixar seria muito bom.

Dr. Daniel Dantas, que pendências foram superadas para a realização dessa fusão entre a Oi e a Brasil Telecom? E que processos existiam nos Estados Unidos que foram encerrados?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nos Estados Unidos existia um processo do Citibank contra nós alegando que desvalorizamos a participação que o Citibank tinha sob a nossa responsabilidade e tinha um processo nosso contra o Citibank, alegando que o Citibank tinha agido contra o interesse da sociedade para satisfazer interesses comerciais no Brasil por conta de objetivos políticos e pressões de Governo e outras. E essas duas ações foram suspensas. E tinha uma ação preparada no Brasil nossa contra o Citibank, pedindo indenizações por conta das quebras contratuais que tiveram conosco que também nós não entramos. Nós nos obrigamos a não entrar com nenhuma ação contra fundos de pensão, qualquer que seja a natureza, nem eles contra nós. Então, todo o passado do conflito societário foi encerrado. À semelhança do que ocorreu com a Telecom Italia. Quando fechamos um acordo com a Telecom Italia, a partir dali, resolveu-se uma situação do passado de forma definitiva, não necessariamente de forma justa, mas de forma definitiva.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Na sua experiência no mercado, qual o montante envolvido numa operação de fusão como essa processada entre a Oi e a Brasil Telecom? E qual a taxa de intermediação de corretagem usualmente praticada em negócio como esse?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Isso depende muito. No caso da Brasil Telecom...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nesse caso específico.



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É muito difícil, porque normalmente na taxa de corretagem envolve um pagamento para alguém achar a oportunidade. E a oportunidade estava achada. Quer dizer, eu não sei quanto é que a TELEMAR...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem foram?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Como?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem foram os beneficiários dessa oportunidade?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não sei qual foi a corretagem que a TELEMAR pagou. Eu não tenho noção.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não tem idéia. Pela sua experiência não é possível dizer? Por volta de...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não fomos nós que pagamos. Acho que o Banco Pactual pode ter recebido alguma coisa, mas acho que não foi nada expressivo não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor disse que houve um interesse de uma facção de Governo nessa questão a partir de 2002. Foi informado também que existia um movimento de governo contra os seus interesses, até publicou num jornal de Minas Gerais. Essa facção de Governo, o senhor me coloca que claramente tinha o interesse específico na área de telecomunicações. Essa facção de Governo...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Essa é a sensação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É a sensação. O senhor acha que essa facção de interesse era uma facção de interesse de negócios ou era uma facção de interesses políticos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu acho que é só político. Eu acho que não era negócio. Eu não sei nem se é de governo no presente momento. A minha sensação no momento continua sendo de que existe o interesse de produzir um constrangimento que venha a dificultar a mudança da legislação para permitir que a Brasil Telecom seja vendida para a TELEMAR. É a sensação que eu já tinha e que continuo tendo. Aliás, se o senhor me permitir, eu até vi isso outro dia na revista *Veja*, publicada aqui numa das colunas do Diogo Mainardi, que às vezes diz coisas que não são, mas obviamente alguma coisa deve ser, mas ele coloca aqui, estava



em negrito aqui: *“O plano da ala trotskista do PT, de Luiz Gushiken, era reestatizar a telefonia com o dinheiro dos fundos de pensão e do BNDES. Como sempre acontece com os trotskistas, eles bobearam e acabaram com um picador de gelo enterrado no cocuruto. A Oi está abocanhando a Brasil Telecom, mas seu comando será entregue a grandes financiadores de Lula e de seus filhos, em sociedade com Daniel Dantas.”* Eu não tenho sociedade nenhuma, mas de qualquer feita botou isso aqui. *“A ala trotskista do PT ainda pode tentar melar o jogo, usando aquilo que lhe resta: um pedacinho da PF, um pedacinho da ABIN, outro pedacinho do Ministério Público. Para quem está do lado de fora, é uma farra acompanhar a guerra entre os companheiros petistas. O Brasil está completamente rendido. Agora só o PT pode destruir o PT.”* Quer dizer, eu não sei se é verdade, mas, se porventura existe uma facção da Polícia Federal, um pedacinho da PF e um pedacinho da ABIN, de fato é complicado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor se considera vítima de tudo isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ah, sim. Disso não tenho a menor dúvida. Aliás...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Houve ao longo desse tempo contribuição de financiamento de campanhas eleitorais para partidos políticos nesse processo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, essa não. Nós não...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Houve alguma discussão nesse processo todo em relação a isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Houve, houve duas discussões. Quando... Antes do primeiro mandato do Governo, o meu sócio, Carlos Rodenburg, tinha recebido a visita de uma pessoa que deixou uma caixinha com um *kit* do PT. E ele devolveu essa caixa, ele não entendeu o que era, devolveu essa caixa. E era um pedido de contribuição que ele não tinha entendido o que era. E depois tiveram várias interpretações, que aquilo foi visto como uma atitude hostil. E na verdade não foi. Mas, antes do começo do Governo, eu já tinha ficado meio desconfiado porque o Ministro Gushiken disse que não aceitaria contribuição de campanha nossa. Eu achei estranho, porque normalmente esmola de missa, contribuição de campanha,



qualquer uma está boa, voto, não tem discriminação, qualquer voto está bom. Então, nós de fato não contribuimos com a campanha, embora naquele momento tivesse até uma dificuldade de ordem legal, porque, como concessionário de serviços públicos, não era claro que o controlador do concessionário poderia contribuir. Não era claro, também não era. Eu sei que a Pirelli contribuiu. E nós chegamos a estudar se era legal ou não. A companhia telefônica não podia contribuir porque era concessionária de serviço público.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Operação Oi Brasil Telecom, absolutamente encerrada ou é possível modificação do processo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu não acho que esteja absolutamente encerrada. Eu acho que... A minha sensação é de que ainda existem interesses camuflados tentando impedir a transação. Aliás, é o que está aqui nesse trecho aqui da coluna do Diogo Mainardi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quer dizer, o senhor acha que..., entende que há interesses ainda camuflados, na tentativa de evitar a realização dessa operação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Essa é a minha impressão. Eu estou só dando uma impressão. Eu não tenho como testemunhar a esse respeito. O senhor está perguntado o meu sentimento, o meu sentimento é esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos passar agora ao Deputado Marcio Junqueira, em função do tempo. Peço a V.Exa. que....

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem, Sr. Presidente, muito obrigado e agradeço ao Sr. Daniel Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É importante frisar também que existem aqueles que não concordam com essa fusão, não pelas razões alegadas por V.Sa. Existem aqueles que, por convicção de acharem que a lei não deve e não pode ser mudada, em função de ser feita em primeiro lugar uma negociação para depois se alterar o procedimento legislativo. Então, tem pessoas que não são trotskistas e não fazem parte nem de um grupo nem de outro, que entendem que é temerário se fazer um negócio para depois se mudar a lei, já que as outorgas foram dadas na forma que hoje estão estabelecidas. E dentre esses me coloco eu, que não faço parte de nenhum grupo nem de nenhuma facção, mas eu



tenho o entendimento de que essa fusão que ora se apresenta foi feita antes da mudança da legislação. Se ela foi feita antes da mudança da legislação, ela é ilegal, principalmente com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, que de alguma forma, através do BANDESPAR, vai influenciar essa situação.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Daniel Dantas, eu vou ser bem objetivo. O senhor pode só responder sim ou não, porque nós já vimos aqui... A nossa impressão é de que de fato existe aí todo um complô, muitos interesses envolvidos. E eu não vou entrar nesse mérito.

O senhor considera que havia uma obsessão do Sr. Gushiken para derrotá-lo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Isso é uma pergunta?

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Uma pergunta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Essa foi uma...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor pode se restringir a sim ou não.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Porque não é... Eu não considero...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor acha ou não.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu acho que o objetivo era a companhia telefônica e não a mim.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Não era nada pessoal com o senhor.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É a minha impressão, não é o que todos dizem.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O Sr. Gushiken conheceu o Sr. Demarco?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O que dizem é que o Sr. Gushiken é amigo do Sr. Demarco, o conhece.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor poderia detalhar uma reunião, se é que houve essa reunião, do Sr. Cássio Casseb com executivos da Telecom Italia em Lisboa? Houve essa reunião? O senhor tem informação sobre isso?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu tenho informação sobre essa reunião. Eu tenho informação não... Sobre o conteúdo da reunião eu não lembro. Eu lembro que a empresa Kroll estava investigando os executivos da Telecom Italia e encontraram uma evidência de uma reunião dos executivos da Telecom Italia numa suíte do Hotel Ritz em Lisboa.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Em Lisboa.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor... Nós temos informação de que, num determinado momento, o senhor teve acesso a certos *e-mails* do Sr. Luís Roberto Demarco com o Sr. Gushiken. E num desses *e-mails* o Sr. Gushiken teria se oferecido para ajudar o Sr. Demarco na obtenção de aliados dentro da CVM. Esses *e-mails* existem? O senhor...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu tenho informações disso. Eu não lembro...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Esse *e-mail* existe? O senhor não sabe, né?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei. Eu tenho essa informação. Eu não me lembro de onde, mas eu tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - É verdadeira a informação de que ocorreu um encontro? Antes eu queria saber do senhor: o senhor conhece o Sr. Delúbio Soares?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, nunca estive com o Sr. Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Então, não é verdadeira a informação de que ocorreu um encontro entre o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Carlos Rodenburg, um dos seus sócios, e o senhor no dia 22 de julho de 2003, às 16h, no Hotel Blue Tree Park, aqui em Brasília, e quem teria marcado esse encontro teria sido o Sr. Marcos Valério? Isso não é verdadeiro?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não é verdadeira a minha presença.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas houve essa reunião?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei se é essa reunião. Houve uma reunião do Sr. Carlos Rodenburg com o Sr. Delúbio Soares.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor tem essa informação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Essa informação eu tenho.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - E o senhor também tem a informação de que quem teria marcado essa reunião teria sido o Sr. Marcos Valério?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu tenho informação de que foi o Sr. Marcos Valério que marcou essa reunião.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor afirma. Perfeito.

O senhor disse aqui ainda há pouco que o delegado da Polícia Federal, em determinado momento, teria dito ao senhor que iria investigar o filho do Presidente do Brasil, Lula.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É a relação dele com a operação da TELEMAR, mais especificamente. Eu não me lembro exatamente os termos, mas estava o nome dele envolvido com a operação da TELEMAR ou coisa correlata.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor tem algum negócio com o filho do Presidente Lula?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não conheço o filho do Presidente Lula e não tenho nenhum negócio, independente do fato de a mídia ficar por aí circulando de que o filho do Presidente Lula é meu sócio em atividades pecuárias. Eu não o conheço e ele não é meu sócio em nada.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor falou também, ainda há pouco, que o Sr. Humberto Braz já não trabalha mais com o senhor.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu não falei que ele não trabalha conosco. Nós contratamos serviços de uma empresa que o Sr. Humberto Braz é proprietário.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Essa gravação que está no *site* do *Jornal Nacional*, que diz que o senhor teria dito: *"Quem tá responsável é esse Protógenes mesmo. Se a gente já sabe quem é o endereço, não podia entrar em contato?"* Aí Humberto Braz teria respondido: *"Mas o problema é que já se entrou e diz que não, né?"* Aí o senhor teria dito: *"Mas não entrou diretamente com... Não?"* E Humberto Braz responde: *"Entrou através de pessoas, mas se entrar diretamente também vai dizer que não. Mas nós estamos bolando um caminho aqui."* Isso se



referia a alguma tentativa de dissuadir o Delegado Protógenes de colocar o nome do senhor dentro da Operação Satiagraha?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não lembro dessa ligação.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Está aqui. Vou passar para o senhor.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu sei.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Está no portal G1. Está aqui.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não lembro, não sei se elas estão adulteradas.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pois é, mas, de fato, comprova que o senhor estava grampeado, se for a sua...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O que eu posso dizer é o seguinte: o que eu pedi, o que eu insisti com várias pessoas que tinham, que eram colaboradores fosse para procurar canais de comunicação que pudessem atestar para o Dr. Paulo Lacerda que eu não tinha sido responsável pela entrega do material que foi publicado a respeito dele, a respeito de contas no exterior, e que eu tinha sido informado que existia uma iniciativa que ocorria em represália a isso. Eu de fato tentei tomar esse esforço. E pedi a todos, pedi a ele, pedi a Guilherme Sodré, pedi a várias pessoas.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Daniel, eu quero dizer que é a primeira vez que conheço o senhor e acho que o senhor é vítima — não que o senhor é coitado — de toda um enredo político. Nós concordamos. Por isso que eu fiz essas perguntas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu queria, se o senhor puder, a *Folha de S. Paulo* hoje traz na coluna Painel que o Presidente do Senado Garibaldi Alves pediu, o ex-Presidente José Sarney também, o Líder da bancada do PSDB, Senador Arthur Virgílio ameaçou tirar a relatoria do correligionário Sérgio Guerra, do próprio PSDB se este não reproduzisse a toque de caixa um parecer favorável à indicação de Emília Ribeiro para ocupar uma vaga no Conselho Diretor da ANATEL, onde já é sabido que ela será o voto decisivo para mudar a legislação de modo a permitir a fusão da Brasil Telecom com a Oi, raro consenso entre Governo e



Oposição. Conforme o pedido do relatório de Guerra, o quarto item da pauta de hoje, que está sendo hoje.

O senhor acredita que existe essa movimentação? O senhor, que está nesse meio? E assim eu encerro, Sr. Presidente, as minhas perguntas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu parei... Quer dizer, a partir do momento em que nós fomos afastados da direção por nossa indicação, eu fui afastado da gestão das ações que tinha o controle da Brasil Telecom, eu passei a não ter mais nenhuma inserção no meio de comunicações E no contrato — isso é importante saber — que foi feito com os fundos de pensão e com o Citi, se porventura a transação com a Brasil Telecom não sair com a TELEMAR, a TELEMAR pagará uma multa bem vultuosa. Ela pagará quase 700 milhões de reais ...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - De multa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - de multa. E essas ações serão vendidas de qualquer forma.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Ou seja, os interesses nessa operação são mensuráveis?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Quer dizer, essa será vendida de qualquer forma. Provavelmente, ou possivelmente, outro parceiro ou os próprios fundos de pensão poderiam adquiri-las. E aí, obviamente, se adquirir a participação do Citi, adquire a nossa participação e ficam sozinhos com o controle da companhia, se esse for o destino. Então, eu não tenho nenhuma informação, nenhuma iniciativa, nenhuma ação, nada em relação à...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - A essa indicação.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A ANATEL ou essa... Eu apenas estou observando que continua havendo uma guerra. Ele é diferente da observação que o Deputado nos colocou aqui, que ele é contra os meios pelos quais essa transação poderá se materializar — mas é ostensivamente contra. A sensação que tenho é que debaixo da mesa tem iniciativas não ostensivamente, mas contra.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Ou seja, não é o Daniel Dantas...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Eu não tenho nada a ver com esse assunto.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Não tem não. Qualquer um que se coloque ou que se contraponha pode ser vítima...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Eu já saí. Eu já fui...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - E a confusão continua. *(Risos.)*

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu, na verdade já fui — vamos colocar dessa forma — expelido do setor de telecomunicações, independente do fato de não ter mérito nenhum. Olhe: quando nós estávamos indicando a administração da TELEMIG, a TELEMIG foi considerada a melhor companhia de telefonia celular do mundo — em algum momento recebeu esse prêmio. A Brasil Telecom recebeu o prêmio de companhia de telefonia celular mais bem administrada da América Latina. O Presidente da TELEMIG, que era indicado por nós, hoje é Presidente da CLARO, que é uma das maiores de telefonia, controladas pelo mexicano Carlos Slim, que contratou a administração da TELEMIG. Era a empresa mais rentável do setor, era o maior EBITDA do setor. A Brasil Telecom era bastante rentável. A Brasil Telecom foi quem criou aqui o plano de pagar em um mês e não pagar em outro. Era o Plano Pula-Pula que tinha aqui em Brasília. Quer dizer, a idéia da Brasil Telecom era vender por menos e ganhar mais. Como é que se faz isso? Trabalhando mais, sendo mais eficiente. O nosso objetivo de trabalho era a eficiência, não o relacionamento, só. Bom, tudo bem, não tem problema. Se não éramos nós que tínhamos que ficar no setor, saímos do setor. Vou tentar ser eficiente em outra área. Quer dizer, a minha atividade na vida sempre foi trabalhar. Eu não posso trabalhar nisso, trabalho naquilo e acabou. Agora, eu não estou mais, não tenho mais nenhuma informação nem atuação no setor de telecomunicações.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. E fui rigoroso no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quero parabenizar V.Exa. pela objetividade e qualidade das perguntas e, além do mais, pela precisão no tempo.

Passo a palavra, às 19h1min, ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, talvez eu não seja tão objetivo como o colega e já me reinscrevo. Primeiro, quero saudar V.Exa. e o



nosso Relator, assim como o Dr. Daniel Dantas, o Dr. Nélio e os demais advogados presentes.

Eu queria perguntar ao Dr. Daniel Dantas. O senhor foi à polícia e ficou calado, pelo que diz a imprensa; foi a Juízo e ficou calado, também como se refere a imprensa; foi ao Supremo para não falar ou falar aquilo que o senhor acha conveniente; mas o senhor aqui está bastante falante. Pergunto: o que ocorreu para que se mudasse a estratégia?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu, na verdade, não falei com a polícia por uma questão de prudência. A minha sensação ali era de que aquilo não era um inquérito, aquilo tinha um objetivo de condenar, porque não havia a menor condição... não havia a menor isenção. Essa sensação foi passada por todo o processo. Eu fiquei com a mesma preocupação em relação a esta Comissão. Achei, pensei: poxa, será que faz parte dessa engrenagem? Será que é mais um peça? Então, por uma questão de prudência, eu preferi ter o direito assegurado de que — se porventura eu sentisse que, na verdade, o objetivo da Comissão não era o de entender, e sim de procurar elementos que pudessem pendurar uma condenação — eu pudesse me respaldar nesse direito que a lei me faculta. Mas aqui, quando cheguei, não encontrei esse cenário. Encontrei um cenário de pessoas, a maioria dos que me perguntaram, que de fato estavam interessadas em entender esse assunto e, provavelmente, se deparar com a difícil condição de decidir o que fazer. Porque não é uma situação fácil. Eu já pensei na situação dos senhores. De uma certa forma, existe uma divergência sobre se o grampo deveria ser permitido de forma indiscriminada, ou se ele deveria ser contido. O problema de permitir de forma indiscriminada é o abuso; o problema de ser contido é reduzir a eficiência da investigação. Não é uma situação fácil de decidir. O que encontrei aqui nesta Comissão, eu não achei que tinha razão a preocupação que eu fiquei. Se me perguntar por que motivo eu estava com essa preocupação, eu direi que estava com essa preocupação porque eu passei por tantas situações que é natural que o gato escaldado tenha medo de água fria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Daniel Dantas, o senhor já falou que o Sr. Hugo Braz é um assessor seu...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Humberto Braz.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Humberto Braz, assessor do senhor...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não disse que ele era assessor. Ele tem uma empresa, e nós contratamos os serviços dele. E ele é uma pessoa que nos prestou vários serviços muito importantes. Eu não rejeitaria essa caracterização. Não foi o que eu disse.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o Sr. Hugo Chicaroni?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não conheço o Sr. Hugo Chicaroni. Para falar a verdade, eu posso dizer que eu vi o Sr. Hugo Chicaroni no depoimento que nós prestamos à Justiça de São Paulo. Ele passou por uma sala, e eu estava na outra. Eu não conheço o Sr. Hugo Chicaroni.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que o senhor tem a dizer sobre a prisão de ambos, acusados de tentativa de suborno ao Delegado Hugo Rodrigues. Você acha que aquela gravação e aquela filmagem são verdadeiras ou são montagens?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É, o que o Dr. Nélcio tem me dito aqui é que essas imagens até agora não foram produzidas para os advogados. Agora, eu não tenho conhecimento. Eu não tive nenhuma conversa com o Sr. Humberto Braz a esse respeito. Eu não posso testemunhar a esse respeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pelo que a imprensa fala, ele declarou em Juízo que esses recursos que foram apreendidos com ele são originários do banco de V.Exa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não é verdade. Isso não é verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele não declarou isso em Juízo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, ele... Eu não posso falar o que ele declarou em Juízo, porque está sob segredo de Justiça. O que posso declarar é que não é de nossa propriedade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Também não escutas legais há um diálogo entre o Sr. Hugo e o delegado. Vou ler a transcrição para o senhor, rapidamente: *"Hugo Chicaroni - Hoje ele é o braço direito do Daniel. Delegado - Ele é de confiança do mesmo?"* O Sr. Hugo: *"Pode ficar sossegado"*. E segue a



conversa. O Sr. Hugo: *“A história é só livrar três. Está bom, está ótimo...”* O Delegado: *“Isso é importante, porque quanto menos puder... precisa saber exatamente o que é. Não dá para fazer milagre”*. E o Sr. Hugo: *“São as pessoas que trabalham com ele, até onde eu sei: é o Daniel, a irmã e o filho”*. E continua o Sr. Hugo: *“Ele se preocupa com hoje. Lá para cima, o que vai acontecer lá. Ele não está nem aí, porque ele resolve”*. O Delegado: *“Está tudo controlado?”* O Sr. Hugo: *“Ele resolve STJ e STF. O cara tem trânsito político ferrado”*. Eu pergunto ao senhor: quais são seus amigos diletos nas instâncias superiores aqui da Justiça brasileira?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não tenho nenhum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso aqui é bravata do Sr. Hugo Chicaroni?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não sei. Eu não tenho nenhum amigo, eu não conheço nenhum dos membros dos Tribunais Superiores brasileiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor também informou ainda há pouco que estranhava o envolvimento do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal. O senhor deve ter acompanhado o conflito que se estabeleceu. Aventa-se mudar a Lei de Abuso de Autoridade em razão das algemas que foram colocados no pulso do senhor; houve um *habeas corpus* que apreciou e restringiu o uso de algemas. E eu tenho falado nas audiências seguintes que tudo isso foi em função do peso político e empresarial do senhor, que o senhor teria sido o preso, por 24 horas ou 48 horas, mais importante do que os 440 mil presos hoje. Mas o senhor hoje está dizendo aqui que está estranhando por que houve envolvimento de tantas personalidades. Eu gostaria que o senhor explicasse melhor essa afirmação.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, vou lhe dar um exemplo. Saiu na imprensa, para dizer a verdade, que houve uma briga dentro da Polícia Federal, entre o Diretor da Polícia Federal e outros, porque essa operação foi feita sem o conhecimento da Polícia Federal. É muita polêmica. Se fosse uma questão criminal simples, normal, haveria uma busca e apreensão, e o assunto seria examinado de forma técnica e pronto. O que acho é que tem mais coisa em volta. Eu suspeito — e é o que estou colocando aqui — que tem esse assunto da transação TELEMAR e outras coisas ali envolvidas que, na verdade, deram a essa operação uma dimensão de importância fora do normal. Inclusive, no caso de crime financeiro, é muito



curioso porque o normal, quer dizer, o comum é você ter essas situações em cima de bancos que deixaram de honrar os seus compromissos. Mas nós pagamos a todos os nossos investidores. Quer dizer, há uma acusação de gestão temerária, mas todos os nossos clientes são lucrativos, não houve ninguém que não recebeu seus recursos. Não teve nada. Então, como o Nélío disse aqui, foi uma série de acusações ilícitas, uma operação previamente antecipada, uma operação que já tinham me dito que iria acontecer. E tem até uma *revista chamada L'Uomo* ou coisa assim que manda um *e-mail* para a nossa assessoria de imprensa, mais ou menos em abril, dizendo que seriam implantados agentes para tentar motivar uma corrupção do *Opportunity* e, por conta disso, conseguir manter as pessoas presas por mais tempo. Então, há muitos sintomas de uma coisa engendrada. E foi por conta disso que eu fiquei com essas preocupações que eu manifestei. Eu não posso dizer que eu tenha essa segurança, eu tenha essa certeza, mas quando eu estava... eu tenho uma palavra muito feliz... quando eu estava na... nós fizemos duas representações à Procuradoria-Geral da República, solicitando trazer o material italiano, porque eu precisava disso para defender, no caso da Kroll, porque no material italiano eles dizem — e há depoimentos — que o material que foi fornecido no caso Kroll foi fraudado, foi feito, foi confeccionado, foi uma prova produzida. E o Nélío achou que era importante ter um documento para poder mostrar isso, para resolver o assunto do caso Kroll.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas eu queria...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Estou colocando aqui, porque é uma coisa importante. E aí eu fiz essas duas representações à Procuradoria-Geral da República. Não tivemos a sensação de que o assunto tinha andado. E daí o advogado que já advogou para nós, o ex-Ministro Rezek, descobriu que havia um tratado internacional Brasil/Itália e, por conta do tratado, o Ministério Público tinha obrigação de agir. Mas fizemos a representação aqui e na Itália. Como eu fiz na Itália, eu consegui jurisdição e fui chamado como testemunha. E ele usou um termo muito feliz, porque ele me perguntou se eu achava que tinha corrupção e tal, e eu disse: "*Olha, eu não sei. Eu não posso testemunhar que teve*". E ele disse: "Não, a nossa conclusão é que, pelo grau de anomalias..." Quer dizer, a quantidade de coisas fora do normal em volta sugeria que tinha alguma outra coisa acontecendo.



Então, a minha sensação é a de que esse procedimento serve a algum propósito complementar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Está terminando meu tempo, Dr. Presidente, e eu gostaria apenas de deixar uma pergunta para outra... O senhor tem sido bem enfático em dizer que o Governo atual, ou facção do Governo tem perseguido o senhor e as suas empresas. Eu gostaria de perguntar ao senhor... O senhor disse que o Governo atual é seu adversário. Eu perguntaria para o senhor se o Governo passado era seu aliado, o que o senhor lucrou no processo de privatizações, se houve alguma conversa sua com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, se algum Ministro ou Presidente do BNDES ajudou o senhor a formar o vasto patrimônio de que o senhor dispõe.

Eu volto à lista de inscrição.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Rapidamente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, nós não fomos favorecidos pelo Governo passado. Pelo contrário. Até li aqui uma carta demonstrando preocupações em relação a Calabi e Casseb. Eu já tive encontros com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nunca obtive crédito algum do BNDES. E, na verdade, quer dizer, o patrimônio que consegui formar eu formei com o meu trabalho. Nunca tive nenhuma vantagem ou desvantagem. Quer dizer, nenhuma vantagem do Governo, nem deste nem do passado. A questão da CRT, cujo peso do Governo atuou contra nós, foi no Governo passado, não foi neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo, vou passar a palavra a V.Exa. Antes gostaria que me fosse permitida uma pequena pergunta: o senhor mora no Rio de Janeiro, não é isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Moro no Rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor mora na Avenida Vieira Souto, não é isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Moro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tem uma parede falsa no seu apartamento?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu não tenho uma parede falsa no meu apartamento. Eu tenho um armário no meu apartamento, com portas de correr. São várias. Eu não tenho nenhuma parede falsa. Foi publicado em todos os jornais que eu tinha uma parede falsa. Aliás, se algum dos senhores quiserem ir até lá, eu convido para olharem o armário e verem que não tem parede falsa nenhuma. Se esta Comissão quiser designar um avaliador de paredes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, às 19h13min.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria que o Sr. Daniel Dantas declinasse quem são os seus advogados aqui presentes.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Dr. Nelio Machado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E os outros?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ilana. A equipe dele. E a Daniele Silbergleid.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em um total de quantos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Na verdade, 1. Os outros estão ali ajudando com a documentação, porque, se precisar de alguma carta ou outra coisa, temos ali uma série de pastas, na medida em que pudesse facilitar algum documento que a Comissão, por acaso, tivesse interesse, para que nós pudéssemos ter aqui à mão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - No seu depoimento na Polícia Federal e na Justiça Federal o senhor se calou. E aqui, que o senhor podia se calar porque tem um *habeas corpus*, o senhor está falando. Por que essa diferença de tom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu expliquei, mas eu posso repetir. Eu, na Polícia Federal, não tive o sentimento de que o inquérito tinha o objetivo de averiguar. Eu tinha um sentimento de que, por algum motivo, aquilo era uma situação para tentar provocar, produzir ou se aproveitar de alguma distorção com ímpeto condenatório. Eu pedi este *habeas corpus* — aliás, aconselhado pelo nosso advogado — porque também fiquei preocupado com essa convocação, achando: “O que é isso? Eu não sei...” Enfim, gato escaldado tem medo de água fria. Mas na medida em que o processo aqui foi transcorrendo, eu fui percebendo que, de fato,



existia uma intenção verdadeira de averiguar os fatos. E não percebi aqui ninguém com a intenção de tentar produzir algum erro, para que pudesse ser aproveitado de uma forma injusta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na Operação Chacal, os delegados disseram que o senhor mandou grampear. Quais foram essas pessoas que os delegados acusam que o senhor tenha mandado grampear?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não acusam ninguém. Não tem ninguém grampeado na Operação Chacal. Não tem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não tem ninguém grampeado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nem na acusação, nem grampo, nem vazou grampo nenhum. Não vazou grampo nenhum, não tem acusação do Ministério Público de que a Kroll teria feito grampo. Eu disse que não contratei a Kroll, não era administrador da Brasil Telecom. O fato não existe. Olhe, eu vou dar um exemplo aqui para o senhor que fica fácil de ver.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - À vontade.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Quando houve os grampos do BNDES, nós fomos acusados de ter recebido um crédito do BNDES para comprar a TELEMAR, em 1998, favorecidos com esse crédito. A imprensa passou 3 meses publicando, fazendo um carnaval em cima do assunto. Nós não compramos a TELEMAR, compramos a Tele Centro Sul e nós não recebemos o crédito do BNDES. O mero fato de que não tinha havido o fato não conseguiu conter a notícia. A notícia era: *"Opportunity foi favorecido com crédito do BNDES na compra da TELEMAR"*. O Opportunity não tinha comprado a TELEMAR, nem tinha recebido crédito do BNDES. Nesse caso Kroll é muito curioso, porque não tem grampo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A Kroll que o senhor fala é a Kroll internacional ou a Kroll do Brasil?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Nenhuma das duas. Não tem grampo nenhum. Não tem grampo telefônico.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas a Telecom Italia mandou grampear alguém que o senhor saiba?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, aí o que... Quer dizer, deixe eu dizer o seguinte, sendo muito preciso: eu vi na imprensa e li em pedaços de trechos que vazaram da investigação que foram feitos grampos telefônicos no Brasil por ordem da Telecom Italia. Agora, se o senhor perguntar se eu vi o grampo telefônico feito pela Telecom Italia... “Não”. Por isso estou tentando obter a cópia desse depoimento ou desse processo. E pelas perguntas que o procurador me fez, e a outros que participaram e com quem eu conversei, outras testemunhas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem fez as perguntas?...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O Procurador de Milão, o Procurador que me...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor pode lembrar algumas dessas perguntas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O procurador que me interrogou foi Nicola Piacenti. Não, ele... Foi um depoimento longo. Ele queria saber do envolvimento do Sr. Naji Nahas com a Telecom Italia. Eu não lembro direito. Eu não consigo lembrar especificamente de nenhuma delas. Ele não me mostrou nenhum grampo telefônico. Mas a um outro depoente, que era o Gianni Alberto D’ecclesia Faracci, eles mostraram os *e-mails*. E eram *e-mails* conosco. Quer dizer, tinham grampeado os *e-mails* ...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem grampeou? A Kroll?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A Telecom Italia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Atrás da Kroll?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. A Telecom Italia, através de um grupo de pessoas no Brasil e na Itália. O negócio da Telecom Italia foi enorme, porque eles pegaram que tinham grampeado primeiro-ministro, juiz, advogados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sem atrapalhar o seu raciocínio, na sua colocação, o senhor fala Telecom Italia e Naji Nahas. Qual a ligação que tem Naji Nahas e Telecom Italia?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Naji era o agente da Telecom Italia. Naji era uma pessoa que representava os interesses da Telecom Italia. A Telecom Italia era minha adversária.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E, nessa condição, ele teve tratativas consigo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Como?...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E, nessa condição, ele teve tratativas consigo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Teve tratativas comigo. Várias. Nós tínhamos... Ele negociava pela Telecom Italia, e nós negociávamos pelos nossos investidores. Ele era o meu oponente, o meu adversário. *(Pausa.)* Entendeu? Ele trabalhou para interesses contrários ao nosso durante todo esse período. A Telecom Italia era nossa adversária.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se ele trabalhou com interesses contrários, por que, nesse caso, há o envolvimento dele e de Daniel Dantas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei. Essa era uma pergunta que poderia ser cabida aos investigadores da operação e não a mim. Eu não sei. Ele era meu adversário. Quer dizer, eu não tenho nenhuma... eu nunca tive nenhuma ligação comercial. O que aconteceu foi o seguinte: depois que a transação foi feita, acabou a adversidade, apertou as mãos, acabou o assunto. Minha relação com ele passou a ser uma relação cordial. Como quem diz o seguinte: olha, pelo fato de você ter representado interesses contrários aos meus, eu não tenho que, a partir daí, achar que você é uma pessoa contra mim. Não era contra mim. Ele tinha interesses que ele representava. É como um advogado: eu tenho um meu advogado aqui, e há o advogado do outro, os dois estão disputando; acabou a causa, um não tem que brigar com o outro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse caso todo causou algum prejuízo para as operações do Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ah, sempre causa. Acaba com um prejuízo bastante grande. Tivemos perda de depósitos. Sempre causa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas essa perda já está estancada? Já está tranquilizada a situação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É sempre complicado. Você tem a presente e a perda futura. O que acontece é que, como esse processo já vem se



prolongando por muito tempo, quer dizer, eu já venho sofrendo essa perda não é de agora. Quer dizer, já venho sofrendo essa perda de outros tempos. Campanha contra e esse tipo de coisa toda dificulta. Quer ver uma coisa: pegaram a lista de investidores do Opportunity no Brasil e jogaram na imprensa, dizendo que eram investidores internacionais, que não eram. E depois botaram na imprensa que os investidores iriam sofrer uma devassa fiscal. Aí não ajuda. Quer dizer, se eu souber que qualquer investidor do seu banco sofrerá uma devassa fiscal, é difícil, complica a vida do banco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você acha que essa operação toda tem algum foco no sentido de tentar inviabilizar a fusão da Telecom com a Oi?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Se o senhor perguntou a minha opinião, eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você acha isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Porque eu já estava com esse sentimento antes. Acho que ela é excessiva. Não sei. Começou a aparecer, saiu na imprensa, sabe, vários... Eu não tenho nenhum fato que eu possa te dizer: "Olha, este fato aqui me leva a uma conclusão inequívoca". Eu acho que o conjunto de elementos para quem está dentro dá a sensação de que o objetivo é produzir um grau de constrangimento que dificulte a mudança legal necessária. Esse é o meu sentimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse conjunto de elementos você conhece, porque é do setor. Há alguma coisa que você possa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. É uma nota no jornal, um excesso aqui, uma matéria. Sabe quando você vai juntando as peças? Eu não tenho nada que eu diga: olha, vamos fazer uma investigação em cima da transação. A transação não tem motivo para investigar, é uma transação privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Última pergunta, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou passar, agora, a palavra à Deputada Iriny Lopes, para os seus questionamentos. Mas ficou só uma



dúvida no que V.Exa. perguntou e que me pareceu bastante pertinente: se ele teve perda no banco. Mas o banco... Segundo ele declarou a esta CPI, ele não tem participação no banco.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É, mas eu respondi uma pergunta mais ampla, porque eu respondi: perda de depósitos nos fundos. Quer dizer, não é depósito do banco. Então, eu posso...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Exato. A pergunta foi no sentido dos fundos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Foi muito bom o senhor ter chamado a atenção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É quanto aos fundos. A pergunta foi nesse sentido.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Os fundos são administrados pelo Opportunity. O banco os custodia. Então, não é depósito do banco. O banco nos presta serviços. Não é depósito do banco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A minha pergunta foi no sentido de fundos mesmo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Foi. Eu entendi e respondi assim. Mas eu, talvez, tivesse que ter sido mais...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não falei "banco Opportunity", falei do Opportunity.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É, mas acho que, talvez, essa observação dele foi (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Daniel, qual é a empresa do Sr. Humberto Braz? Ela presta que tipo de serviço?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ele tem um...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não. Pode responder.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ele tem uma empresa de consultoria empresarial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, essa empresa foi contratada pelo grupo?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É, essa empresa foi contratada por nós várias vezes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E é assim que é a relação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Essa é que é a relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Iriny, permita-me. Eu fiz uma confusão. Na verdade, o inscrito, em seguida, era o Deputado Laerte Bessa, depois V.Exa.

Com a palavra o Deputado Laerte Bessa.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Bem que eu havia percebido que, pela ordem, não era eu, Sr. Presidente. Mas tudo bem.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Daniel Dantas, V.Sa. surpreendeu não só os componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas surpreendeu todo o País com essas declarações que V.Sa. tem fornecido não só com respeito à telefonia irregular, às interceptações legais, como também a fatos ocorridos dentro da sua carreira supostamente delituosa dentro do contexto da nossa vida nacional.

O senhor foi inteligente. Realmente, o senhor soube explorar, passou algumas informações para o nosso trabalho, para a nossa investigação. Não foram muitas, mas soube aproveitar bastante para fazer a sua defesa. O senhor está de parabéns. V.Sa. foi inteligente, principalmente pelo fato de ter-se recusado, no Supremo, na Justiça Federal e ter agora esclarecido o que V.Sa. esclareceu aqui para todo o Brasil.

Mas eu queria fazer uma pergunta e gostaria que V.Sa. respondesse essa pergunta. Em 2004, o senhor e a Kroll foram acusados de espionagem tanto do Governo quanto de jornalistas e empresários. E o senhor teria contratado Antonio Carlos Castro, vulgo Cacai, por 8 milhões de reais para fazer a sua defesa. E, por incrível que pareça, esse Cacai era procurador informal do Sr. José Dirceu.

Eu queria que V.Sa. me respondesse por qual motivo — sendo que o senhor declarou aqui para nós que a Kroll não foi contratada para fazer escuta clandestina, não trabalhou nesse sentido — o senhor contratou um advogado por 8 milhões de reais para fazer a sua defesa nesse caso de espionagem do Governo, jornalistas e empresários. Eu queria que respondesse isso para nós.



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Perfeito. A contratação do Sr. Cacai foi feita pela Brasil Telecom. A contratação do Sr. Cacai foi feita por recomendação do Dr. Nelio Machado, que está aqui a meu lado. O Dr. Cacai prestou vários serviços à Brasil Telecom. Eu não sei o total do montante do pagamento dele.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Oito milhões.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O senhor está falando, eu vou tomar como verdadeiro, mas eu não sei. Ele prestava serviços à Brasil Telecom. O que me foi informado na época... Porque quando aconteceu o evento da Kroll, havia uma perplexidade muito grande e um medo grande da administração da Brasil Telecom. Ela ficou com medo. Tanto é que a Carla Cico, que era a Presidente da Brasil Telecom, uma executiva internacional de extraordinária qualificação, acabou preferindo deixar o Brasil. Ela hoje trabalha na China. Ela ficou com medo, achando estranha aquela desproporção e muitos sinais anteriores que tinham acontecido e tal. E as próprias discussões com a Kroll, eu estive presente nessas discussões, a Kroll nutria duas hipóteses. Uma era diretamente ligada a essa questão societária; e a outra o pessoal da Kroll, principalmente o Joseph Kroll, me disse pessoalmente que tinha obtido informações na Itália de que essa investigação tinha como objetivo intimidar a Kroll na investigação do caso Parmalat. Tinha sido um caso de corrupção imensa na Itália. Que metade desse caso se passou no Brasil. E curioso que pareça é que a Operação Chacal, que motivou a busca e a apreensão e vários pedidos de prisão a nós, é um braço da investigação da Parmalat. Eu nem leite bebo. Nada uma coisa tem a ver com a outra. E o curioso... E ele achava que tinha alguma coisa a ver, e tinha informações de advogados na Itália que isso se derivava deles, da Kroll ter um mandato do síndico de falência da Parmalat para investigar o destino dos bilhões de euros que foram desviados da Parmalat. A percepção, naquele momento, era de que era uma questão maior do que apenas uma questão de investigação criminal. O Dr. Nelio Machado achava que nós tínhamos que ter um advogado aqui em Brasília. A recomendação que foi feita foi de contratar o Sr. Cacai. Eu não participei da contratação e não participei da negociação com o Sr. Cacai.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Foi uma coincidência o Cacai, pelo fato de ele ser procurador do até então Ministro José Dirceu? Foi coincidência isso, Sr. Daniel Dantas?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei, pode ser ou não. Eu vou explicar por que pode ser ou pode não ser. Quando começou, lembra-se de que eu havia me referido que eu tinha sido avisado de que seria atacado no começo do primeiro mandato dessa administração? Essa informação foi discutida, divulgada e veio de várias fontes. Existiam várias hipóteses do porquê que isso ocorreria. Eu tinha uma hipótese mais objetiva e mais pragmática, achando que era apenas uma disputa societária por conta do objetivo de outros de deterem o controle de uma companhia que pertencia aos nossos investidores. Mas outros achavam diferente. Havia muita distorção na imprensa criando a imagem de que eu tinha alguma coisa contra o PT, que eu era antagônico ao PT, que eu tinha ligações com o PSDB — que nunca tive. Na época do Governo Fernando Henrique, diziam que eu tinha ligações com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Então, a cada período, criavam uma imagem de que eu tinha ligações e de que eu tinha sido favorecido pela gestão anterior. E alguns dos executivos das companhias que nós indicamos acharam que era conveniente trabalhar com pessoas que pudessem ter a confiança da administração, para que pudessem passar o testemunho de que nós só tínhamos objetivos empresariais, e ponto. Não tínhamos nenhum, como continuo não tendo nenhum objetivo político. Era apenas empresarial. Então, não sei se na contratação original do Dr. Antonio Castro pela Brasil Telecom pode ter tido a intenção de ter um advogado que podia gozar da confiança da administração, do Governo, que pudesse, ao longo do tempo, verificar e atestar que não existia, de parte da Brasil Telecom, nenhum objetivo contrário à corrente política que governava o País, como continua não tendo. Então, eu não sei. Agora, eu não pedi para ser contratado, não participei da negociação, e o Dr. Nelio Machado, que está aqui, foi quem, na época, assumiu essa coordenação e sugeriu à Brasil Telecom contratar o Sr. Antonio Carlos Castro. Agora, eu tenho, às vezes, reclamado aqui com o Sr. Nelio Machado, que ele, às vezes, coloca honorários que podem ser excessivos. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Daniel Dantas, depois da publicação desse dossiê da Kroll, informações da revista *Veja* dão conta de que V.Sa. teria encontrado com o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos. O senhor se encontrou com o Ministro Thomaz Bastos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Encontrei.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - E qual foi o teor dessa conversa que vocês tiveram lá no gabinete dele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não o encontrei no gabinete dele.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Foi onde?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu tive um jantar com ele na casa do Senador Heráclito Fortes. E basicamente eu comuniquei ao Ministro que não tinha sido eu o autor ou quem tinha dado instruções para entregar à revista *Veja* relatórios contendo suposições ou informações a respeito de contas no exterior, que poderiam ser detidas por ele. Basicamente, foi essa a conversa que nós tivemos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O.k. Meu prazo está esgotado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - E eu tinha mandado uma carta a ele também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra à próxima inscrita, Deputada Iriny Lopes, às 19h34min.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Obrigada, Sr. Presidente.

Estamos aqui a tarde toda ouvindo uma pessoa que procurou o Judiciário brasileiro para ter o direito de não falar. E eu estou aqui a tarde toda ouvindo atentamente aquele que veio aqui para não falar. E estava aqui fazendo um retrospecto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E se V.Exa. me permitir, vou pedir àqueles que aqui se encontram e queiram ouvir, que permaneçam, por favor, em silêncio. Aqueles que não quiserem ouvir, poderão aguardar do lado de fora.

Com a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Eu estava aqui, Sr. Presidente, ao ouvir as respostas do Sr. Daniel Dantas, fazendo um retrospecto das histórias que envolvem o Sr. Daniel Dantas nos últimos anos e que o Brasil inteiro acompanha com muito interesse. Em 2005, o Citibank acusou o Grupo Opportunity de fazer negócios em interesse próprio sem preocupação com os investidores. E estabeleceu-se, a partir daí, uma disputa que acabou com a destituição do Opportunity da gestão dos seus ativos. Ainda em 2005, a revista *Veja* trouxe uma matéria lançando diversas acusações contra o Ministro Edson Vidigal, então



Presidente do Superior Tribunal de Justiça. E o Ministro respondeu em carta aberta à população. Coisa bastante anormal um membro do Judiciário vir a público, através de carta, fazer informações e se colocar perante a população.

Eu vou ler pequeno trecho dessa carta, onde o Presidente Edson Vidigal diz:

“Tão logo, há alguns meses, decidindo em favor dos fundos de pensão, cassei uma liminar cujos efeitos incomodaram, e ainda incomodam, interesses poderosíssimos no setor de telecomunicações, fui avisado de que ações de trabalho sujo se desencadeariam contra mim. Seria “grampeado”, seguido, filmado. Meus amigos, familiares, auxiliares e pessoas mais próximas passariam a estar, eles também, sob intensa vigilância. (...)

Quando, após a decisão favorável aos fundos de pensão e avisado de que preparavam, na mídia, chumbo grosso contra mim, não me surpreendi quando soube da pauta que, afinal, não prosperou na primeira tentativa e que só agora, requentada com requintes, assume generosos espaços” na revista.

Essa liminar cassada pelo Ministro Vidigal foi contra os interesses do Opportunity.

O Sr. Daniel Dantas disse aqui, agora há pouco, que na Operação Chacal não tem grampo, não tem vazamento de informação. No entanto, ele solicitou sigilo de justiça para essa operação que ficou conhecida como Operação Chacal.

Causa-nos estranheza que aqui estão sendo feitas diversas perguntas e dadas diversas respostas que pouco têm ou quase nada têm a ver com os objetivos desta CPMI, que trata de grampos e busca informações no sentido de tentar propor ao País uma nova legislação. Mas do passado vêm algumas coisas que têm muito a ver com o presente, embora as perguntas raramente se dão em torno das questões de grampo. Mas observamos aqui que acusações feitas em diversos momentos dos últimos anos da história do País ao Sr. Daniel Dantas e a algumas pessoas ligadas a ele, não só são recorrentes, como também continuam acontecendo.



A carta do Ministro Edson Vidigal nos lembra muito os grampos ilegais no Supremo Tribunal brasileiro. Então, esses dados me chamam bastante atenção, me chamam muito a atenção. Grampeamento, monitoramento, pessoas seguidas, como o delegado que participou da Operação Satiagraha. Eu acho, assim, que para uma pessoa que tem um conjunto de ações contra ele na Justiça, que não é pequeno... Sr. Daniel Dantas, não é pequeno. O número de ações contra o senhor não é pequeno. Há um inquérito aberto que envolve o espião israelense, há as ações das Ilhas Cayman, há o processo na Inglaterra, cujo juiz afirmou que o senhor e a sua irmã Verônica seriam pessoas que não falavam a verdade. O juiz de Nova Iorque diz, nada mais, nada menos, que suas atividades cheiravam a roubo. Há ações na Comissão de Valores Imobiliários, e por aí afora.

Eu quero dizer mais uma coisa aqui. O senhor fez uma afirmação que a Operação Satiagraha foi encomendada na Polícia Federal. Não me parece que a Polícia Federal brasileira seja uma mercearia onde se encomendam coisas. É uma instituição importante do nosso País que, nos últimos anos, vem fazendo investigações nunca feitas na história do País, mesmo que algumas delas malfeitas ou inconclusas, mas estão sendo feitas. Estão sendo feitas. Em seguida, o senhor faz uma afirmação de que o delegado que conduziu essa operação estaria investigando o filho do Presidente Lula.

Portanto, Sr. Presidente, diante do conjunto dessas questões aqui, que fui rememorando nos diversos documentos que um passado tão recente nos traz, eu não tenho interesse algum de fazer nenhuma pergunta. Não tenho interesse algum porque acho que não está ajudando esta tarde inteira de longas falas que não nos explicitam nada e que não contribuem com os objetivos desta CPI.

Eu concluo dizendo que aqui foi recuperada, acho que pela centésima vez nesta semana, coisas que foram levantadas na CPMI, conhecida como CPMI dos Correios.

Eu só queria dizer, para recuperar um pouco da história. O Deputado Pompeu já recuperou que a autoria do requerimento para o depoimento do Sr. Daniel Dantas naquela CPMI foi dele. E eu gostaria de recuperar que do relatório final daquela CPMI não constava nenhum dado sobre o Sr. Daniel Dantas e suas atividades e as acusações que contra ele pesavam. Entrou com muita disposição, a bancada do PT,



em insistir e propor que fosse incluída no relatório final. Até porque os fatos relativos a essas questões que constam no relatório, a pedido e insistência da solicitação da bancada do PT, pouco ou nada tem a ver com os objetivos desta CPI que estamos tratando aqui agora, em que pese que a qualquer momento o Parlamento brasileiro possa discutir tudo que for do interesse do País, mas não tem relação. A gente pode abrir uma outra CPI para tratar exclusivamente das acusações que pesam sobre o Sr. Daniel Dantas e tudo que diz respeito às pessoas que com ele tenham travado qualquer tipo de relação ou negócio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputada Iriny. Faço minhas, de alguma forma, as palavras de V.Exa., porque o principal motivo pelo qual o Sr. Daniel Dantas aqui se encontra é em função das acusações que pesam sobre ele da prática de interceptações e de contratações de pessoas para a realização de interceptações telefônicas; ou seja, da prática de crime, conforme exaustivamente denunciado pela imprensa brasileira. E segundo as palavras do delegado que aqui esteve, bem como do juiz, existem investigações pendentes nesse sentido nas varas federais de São Paulo.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, a CPI diz que o advogado pode estar próximo daquele que vai... Mas todos nós temos consultores e assessores, que estão nos locais que eles devem estar, e não aqui para repassar informações.

Eu peço a V.Exa. que mande retirar os assessores que não são advogados, porque eles estão passando informações privilegiadas para resposta. E eu acho que, nesse sentido, nós estamos aqui desrespeitando os nossos consultores, os nossos assessores, enquanto os bilhetinhos estão indo a toda hora, e isso não é justo. Espero que nós possamos ser justos.

Então, eu solicitaria de V.Exa. essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acolho a manifestação de V.Exa. e a indefiro por falta de amparo legal, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal deu esta prerrogativa ao depoente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, eu solicito, inclusive, que os nossos assessores possam ficar aqui, porque a reclamação, quando nós estamos nas Comissões, é de que não podem nem sentar para dar informação para a gente. Então, são 2 pesos e 2 medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A diferença, Deputado... Não são 2 pesos e 2 medidas não, senhor. Até porque assessoria é uma coisa e advogado de quem está sendo investigado é uma outra coisa. Como V.Exa. não está sendo investigado, muito pelo contrário, é um Deputado atuante nesta Casa, a assessoria fica no lugar dela, e os advogados de quem está sendo acusado ou investigado ficam ao lado de quem está sendo acusado ou investigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas aí não há advogado. Há pessoas que não são advogados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, a informação que me foi dada pelo Dr. Nelio Machado é de que são todos da sua equipe de escritório.

Mas vamos em frente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, Sr. Presidente, eu também vou seguir a mesma linha da Deputada Iriny e dizer o seguinte: é interessante que na memória do Sr. Daniel Dantas venha à tona, com todas as informações, quando faz referência às situações do Governo atual, mas tem uma amnésia quando não se lembra de coisas do Governo passado. Isso é muito...

E aí o seguinte: um depoimento que vem dizer “me disseram”, “eu ouvi dizer”, “eu acho que eu soube disso”. Eu quero é que ele apresente documentos para isso aqui e não porque “ouvi dizer”. Eu também ouvi dizer muita coisa acerca do Sr. Daniel Dantas e também tenho muitas provas produzidas pela Justiça e também pela Polícia Federal acerca das ações. Ele diz, por exemplo, que não prejudicou nenhum dos fundos. E são os fundos que estão aqui. Aos poucos vão se comprovando os descalabros praticados pelo Opportunity e seus prepostos. Mostram-se evidentes os prejuízos causados a centenas de milhares de trabalhadores, cuja aposentadoria para a qual contribuíram durante toda uma vida de trabalho depende dos investimentos dos fundos de pensão.

Ainda mais, Sr. Presidente:



“Baseado nas apresentações feitas nas negociações com executivo do Grupo Opportunity, especialmente com o Sr. Arthur Carvalho (cunhado de Daniel Dantas) e Sr. Pérsio Árida (Ex-Presidente do Banco Central), os fundos de pensão realizaram o investimento adquirindo cotas do fundo nacional e co-investindo nas estruturas societárias montadas pelo Grupo Opportunity. Da mesma forma, nas Ilhas Cayman, o Citibank aportou mais de 700 milhões de dólares no fundo estrangeiro”.

Ora, na oportunidade que nós tivemos aqui, Deputada Iriny Lopes, quando da CPMI dos Correios, aqui esteve o Sr. Daniel Dantas, que não respondia às perguntas que eram feitas. E quando houve uma segunda rodada, em que as perguntas começavam a cobrar dele informações, o que aconteceu? Houve uma doença momentânea, e a sessão acabou. E como V.Exa. disse, nenhuma informação consta desse relatório e foi uma dificuldade para que alguma coisa pudesse ser colocada.

Então, eu não vejo, por exemplo, razão alguma.

Os diálogos exclusivos dos grampos do BNDES acentuam a interferência do Governo no leilão da TELEBRÁS. Está claro:

“Temos que fazer os italianos na marra, que estão com o Opportunity. Combina uma reunião para fechar o esquema. Eu vou praí às 6h30 e às 7 horas a gente faz a reunião. Fala pro Pío que vamos fechar (os consórcios) daquele jeito que só nós sabemos fazer. (Luiz Carlos Mendonça de Barros para André Lara Resende, presidente do BNDES, sobre a intenção de operar em favor do consórcio integrado pelo banco de investimentos Opportunity e a Telecom-Itália); Vai lá e negocia, joga o preço para baixo. Depois, na hora, se precisar, a gente sobe e ultrapassa o limite (André Lara Resende para Pérsio).



Mendonça de Barros, o Presidente do BNDES, André Lara Resende, Pio Borges, Vice-Presidente do BNDES, e Pêrsio (...) combinam como pressionar a PREVI para que feche com “os italianos” e o Opportunity. (...)

“Temos que falar com o presidente”.

É a última desta, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

“A crise do grampo expõe os tentáculos do banco de Pêrsio e Daniel Dantas.”

Além do mais, Sr. Presidente, está comprovado que o Sr. Fernando Henrique Cardoso tomou partido de um dos grupos do leilão da TELEBRÁS, ou seja, nas escutas que foram feitas está mais do que provado que isso ocorreu.

O crescimento da fortuna do Sr. Daniel:

“Em 1982, com apenas 27 anos, o economista já era conselheiro de ACM, então Ministro das Comunicações. Naquele ano, Dantas formulou uma operação financeira que injetou oxigênio na combalida Telebahia. Treze anos depois seria ele o destinatário do primeiro telefonema do senador baiano após a intervenção do Banco Econômico, do conterrâneo Ângelo Calmon de Sá.

A estreita ligação de Daniel Dantas com o PSDB e o PFL se fazem sentir no momento presente — e acho, por isso, que ele se sentiu muito bem aqui — através da atuação de deputados e senadores empenhados na proteção dos interesses de Dantas em detrimento dos fundos de pensão. O presente relatório abordará esse tema mais adiante”.

Recusa em implementar os direitos dos fundos de pensão, abusos de irregularidades na gestão de empresas, cobrança indevida de taxas de administração sobre patrimônio inflado, cobrança indevida de comissões de colocação de ações, aquisição de aeronaves com recursos das empresas de



telefonía, renúncia a direito de preferência do fundo nacional e empresa — uma série de irregularidades que foram comprovadas.

Advogados: gastos exorbitantes com dinheiro alheio. Isso também consta de todos os processos.

Além do mais, Sr. Presidente, Ilhas Cayman, processos contra Daniel Dantas e Opportunity.

Ora, naquele momento, quando se perguntava sobre as informações naquele HD que foi preso pela Polícia Federal, e que não foi... Toda vez que se pedia para que fossem abertas as informações, o que acontecia? Acontecia uma ação na Justiça, e aí era definido que não se poderia abri-lo.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, nós não temos o que perguntar porque o Sr. Daniel Dantas veio aqui com um objetivo. Ele tem uma teoria conspiratória, quer mostrar que está sendo perseguido, e nós não podemos acatar isso. Por isso, peço novamente a minha reinscrição, para, depois, mostrar outros fatos que estão revelados nas escutas telefônicas, também nas ações da Polícia Federal e em diversos documentos produzidos inclusive por pessoas que encaminharam ao Brasil, como autoridades dos Estados Unidos, acerca da atuação do Sr. Daniel Dantas com relação a investimentos que ele diz ter colocado no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado pela sua manifestação, Deputado Luiz Couto.

Vou passar a palavra ao próximo inscrito. Antes, porém, o Relator deseja fazer um questionamento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Daniel Dantas, um aspecto que eu considero importante é V.Sa. ter esclarecido uma série de notícias que têm sido divulgadas na imprensa.

Quando da Operação Satiagraha, embora sejam sigilosos todos os dados, mas está tudo vazando para tudo que é lado, houve a notícia de que V.Sa., ou o grupo de V.Sa., teria contratado uma jornalista da *Folha de S.Paulo* chamada Andréa Michael, que teria sido objeto, inclusive, de um pedido de prisão provisória também por parte da autoridade que presidiu o inquérito. V.Sa. ou o grupo de V.Sa. tem alguma relação com essa profissional de imprensa?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Não tenho nenhuma relação com a jornalista Andréa Michael e eu não lembro nem de ter, algum dia, conversado com essa jornalista nem por telefone. Eu não lembro. Eu posso até ter..., mas eu... Não é uma jornalista com que eu tenha tido contato. Acho que nunca conversei com ela.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas alguém do grupo teria relação com ela? Alguém do grupo de V.Sa. teria relação com ela?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A informação que eu tive, que foi captada ali pelo grampo, foi que o Sr. Guilherme Sodré, que me ligou dizendo que ela queria falar comigo e que ia fazer uma matéria contra mim. E eu, então, achei que era melhor não falar e declinei de falar com ela. Ela nunca escreveu nada que fosse do nosso interesse, e eu acho que é uma leviandade absoluta tentar levantar uma suspeita sobre essa jornalista.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É verídica também a informação, divulgada na imprensa, de que V.Sa. teria contratado o Avner Shemesh para investigar o jornalista Paulo Henrique Amorim?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, nunca contratei o Avner Shemesh, não o conheço, não o contratei, não pedi a ninguém que tivesse contratado. Estou repetindo aqui: na época, eu perguntei à Kroll se a Kroll teria algum vez utilizado os serviços e a Kroll me disse que nunca tinha utilizado os serviços desse senhor. Não tenho nenhuma relação...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Kroll... Porque aí há uma situação: porque há a Kroll do Brasil e a Kroll internacional. A do Brasil é uma subsidiária. A afirmação é de ambas as empresas de que não têm nenhuma relação com o... Porque, pelo que eu tenho de informação, o Sr. Avner Shemesh tem uma empresa que presta serviços... Inclusive, o Deputado Marcelo Itagiba comentava comigo que noutro dia teria visto num dos programas noturnos ele dando uma entrevista, oferecendo produtos antigrampos. Então, ele tem uma empresa que ofereceria produtos e serviços nessa área.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não tenho nenhum conhecimento dos serviços dele, não o conheço, nunca fomos contratantes dos serviços... O senhor está me colocando se foi perguntado à Kroll internacional ou à Kroll brasileira, eu não lembro. Eu lembro que eu perguntei a alguém da Kroll, e alguém



da Kroll me disse que nunca tinha contratado. Essa distinção eu não me lembro de ter feito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já que se perguntou sobre jornalismo, eu gostaria de saber uma coisa, antes de passar a palavra ao Deputado Raul Jungmann, que é o próximo inscrito.

O senhor tem alguma relação ou teve alguma relação com os jornalistas Paulo Henrique Amorim e/ou Luis Nassif?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, nunca tive. Eu só estive uma vez com o jornalista Paulo Henrique Amorim. Foi num almoço, muitos anos atrás, em Nova Iorque, na época com o Roberto Irineu Marinho — ele trabalhava na Globo. Foi num restaurante, um almoço, e foi a primeira pessoa que eu ouvi falar de Internet. Mas há muitos anos. Depois, nunca mais o encontrei. E o Luis Nassif, acho que eu estive com ele num almoço, na *Folha de S.Paulo*, e depois também tivemos um encontro rápido, promovido por um assessor de imprensa que nos prestava serviços, e tivemos uma conversa rápida. Não tenho nenhuma relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nenhum deles trabalhou para a empresa de que o senhor foi acionista, dono, proprietário?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nenhum deles trabalhou para a empresa da qual o senhor foi acionista, dono, proprietário?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Os 2 depois trabalharam para a Brasil Telecom, de que eu continuo acionista, mas eu não estava mais na indicação de nenhum membro da administração da companhia no período em que eles trabalharam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eles não trabalham mais para a Brasil Telecom, mas trabalharam à época em que o senhor tinha interesses na Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu continuo tendo interesses. Sou acionista da Brasil Telecom. Eles trabalharam na Brasil Telecom no *site* do IG, os dois, mas, nessa época, nenhum dos membros da administração da Brasil Telecom, quer a diretoria, quer o conselho, eram pessoas da nossa indicação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Raul Jungmann, pelo prazo de 10 minutos, rigoroso, por solicitação dos demais companheiros. São 20h01min.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMMANN - Obrigado pela lembrança, Presidente. Procurarei me ater rigorosamente à sua determinação.

Sr. Daniel Dantas, seja bem-vindo a esta CPI.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Obrigado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMMANN - E por determinação estrita do Sr. Presidente, não farei considerações, apenas as perguntas que, se o senhor puder anotar, eu lhe agradeço.

Anteriormente, aqui, o senhor se referiu à existência de um suposto dossiê que o senhor teria divulgado contra o ex-Diretor da Polícia Federal e atual presidente..., perdão, Diretor da ABIN, e que isso teria levado a uma retaliação, etc., etc., etc. Esse dossiê existe? O senhor teve acesso a ele? Tem conhecimento dele?

Mais adiante, ainda no mesmo assunto, o senhor disse que, em novembro do ano passado, foi informado que existia uma operação encomendada, na Polícia Federal, contra o senhor. O senhor poderia declinar quem lhe informou a respeito disso e como chegou até o senhor essa informação?

Terceira pergunta, ainda com relação ao mesmo tema: mais adiante, inclusive entre aspas, na matéria aqui do *site* da *Folha Online*, o senhor teria dito: “*A Operação Satiagraha teria sido deflagrada pelos mesmos participantes que trabalharam para a Telecom Italia para impedir o acordo de venda da Brasil Telecom para a TELEMAR*”. O senhor poderia dizer quais são os “mesmos participantes” que deflagraram essa operação?

Passo a outras questões.

O senhor aqui se referiu, em determinado momento, que esse inquérito contaria com a participação, dentre outros que eu me recordo, de Ministros, Presidente da República, Procurador-Geral da República — o senhor até citou, de uma maneira muito irônica, se bem eu me recordo, “*por que não o papa?*” — e que também algum tipo de pecado deveria estar ali arrolado. O senhor não foi adiante, mas o que está por trás disso? O que o senhor vê por trás? Que interesses o senhor vê por trás disso?



Mais uma pergunta: o senhor estabelece alguma relação entre a participação do filho do Presidente chamado Lulinha, na Gamecorp, TELEMAR, Oi, com a mudança de posição do CADE? Ou seja, o senhor disse que, anteriormente, era contrária à aquisição e que agora ficou favorável à aquisição? O senhor identifica algum tipo de interesse ligando o filho do Presidente a essa questão? Isso também é algo que eu gostaria... E, também no caso da mudança do Plano Geral de Outorgas.

Gostaria também de saber... O senhor disse aqui que a Operação Chacal foi concebida para desviar, para impedir, para obstruir as investigações que a Kroll estaria realizando. Com isso, evidentemente, eu acho que o senhor está supondo — e pediria a sua confirmação — que a Polícia Federal foi utilizada — e não há como fugir a isso, pelo menos pelo que eu entendo, Presidente —, que a Polícia Federal foi manipulada e utilizada em desfavor do senhor e a favor de terceiros, porque é uma operação oficial.

E, por fim, eu concluo, Presidente, com uma indagação e, ao mesmo tempo, com uma afirmação: o senhor aqui nos deu conhecimento a respeito de uma série de diálogos que o senhor teve com o Delegado Protógenes.

Eu acho, Sr. Presidente, que diante disso, uma acareação se faz incontornável e necessária entre o Sr. Daniel Dantas e o Delegado Protógenes, porque aqui foi feita uma afirmação que teria, digamos assim, vinculado diretamente um ao outro.

A afirmação é que farei um requerimento, Sr. Presidente, para essa necessária e, para mim, incontornável, acareação.

Pergunto se o senhor se disporia a reafirmar o que aqui disse nessa acareação com a participação do Delegado Protógenes, desde que aprovado por esse Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Sr. Daniel Dantas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Respondendo às suas questões, começando item por item.

O dossiê que eu vi não foi o dossiê que foi publicado pela *Veja*. Eu vi um dossiê — que não era um dossiê, era uma lista —, nos escritórios da Kroll. E me foi



reportado que eram análises que teriam sido feitas no bojo da investigação da Parmalat, que havia sido contratada pelo síndico italiano.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpe interromper, Presidente, mas só para esclarecer.

Neste caso desse dossiê ao qual o senhor teve acesso, haveria ou faria referência a contas no exterior do Sr. Paulo Lacerda?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E o senhor poderia disponibilizar esse dossiê?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não tenho o dossiê, eu não peguei o dossiê.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas o senhor disse que viu.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu vi, mas eu vi e não ficou comigo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E quem o levou ao senhor? Poderia declinar?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Como?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quem apresentou esse dossiê ao senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Era um analista da Kroll, no escritório da Kroll, em Nova Iorque. Eu não lembro quem era. Numa sala do lado, me chamaram para olhar. Eu achei que não era pertinente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor sabe qual a motivação da Kroll para ter esse dossiê que envolve o Sr. Paulo Lacerda?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O que me foi informado... Não envolvia Paulo Lacerda.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Agora sou eu que não está entendendo nada, Presidente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu disse para o senhor que no dossiê que eu vi não tinha o nome do Paulo Lacerda.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quer dizer: esse dossiê não tem nada a ver com o Paulo Lacerda?



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - No dossiê que eu vi, não havia o nome do Dr. Paulo Lacerda.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E por que o senhor o cita, então, e o senhor está sendo responsabilizado...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não o citei. Uma revista publicou, dizendo que eu teria fornecido aquelas informações, e eu não forneci. Eu escrevi uma carta para o Sr. Paulo Lacerda, alegando isso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro, mas, então, o senhor não teria, por lógica, de fazer referência a qualquer outro dossiê da Kroll ou de quem quer que seja — o senhor simplesmente não tem conhecimento. É por isso que fica estranho o senhor citar um dossiê, e quando eu lhe pergunto: “O senhor viu o dossiê?”, o senhor disse: *“Eu vi o dossiê, mas só que não cita Paulo Lacerda”*. Então, não é o dossiê que eu estava perguntando, questão superada.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ah, então, está bom. Desculpe, é questão superada. Eu fui informado, em novembro, de que existia... Eu estou respondendo item por item. Eu fui informado, em novembro, de que existia uma operação que estaria sendo produzida, encomendada, não sei qual era o termo, contra mim, e eu não lembro quem foi que me disse. Até vazou aí num grampo telefônico eu perguntando, acho que a Guilherme ou a Humberto, a alguém, perguntando: “Foi você que me avisou dessa operação?”, porque aquilo só acendeu a antena no momento em que a *Folha* publicou aquela matéria, pois aí passava da linha de um simples boato para uma coisa que merecia, no mínimo, uma fundamentada suspeita. E, a partir daí, eu passei a ficar atento e preocupado com o assunto. Em novembro, eu não tinha, mas eu havia escutado em novembro.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E como é, Sr. Dantas, que não dando crédito a essa informação, pela Polícia Federal e pelo relatório, o senhor teria um braço direito, o Sr. Hugo Braz..., me desculpe se confundo os nomes...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Que teria tentado comprar informações, inclusive subornando, e teria se relacionado com um delegado da Polícia Federal... Se não tem informação, como teve a preocupação e a tentativa de descobrir...



O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O senhor veja o seguinte: depois que saiu a matéria da *Folha*, aquilo que era um mero rumor passou a ser uma suspeita. E depois que o Sr. Humberto Braz foi seguido pelo agente da ABIN, ele passou a redobrar o nível de preocupação. A preocupação...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpa, de novo. Como sabia o senhor que era um agente da ABIN que estava seguindo ele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Quer dizer, eu fui informado...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Como lhe chegou? Através de quem? O senhor poderia dizer?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Pelos meus advogados, porque ele deu parte na Polícia. Ele chamou a Polícia. Ele percebeu que havia uma coisa estranha, achou que...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E a Polícia identificou que era alguém da ABIN?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - E a Polícia... Parece que o agente...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Seria interessante, Presidente, ter acesso à cópia desse inquérito, que identifica como sendo alguém da ABIN.

Agradeço.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Mas eu não tendo como esclarecer. O que me foi informado é que, acho que foi no dia 11 de junho...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Para reafirmar: foi o seu advogado que lhe informou que havia um agente da ABIN seguindo o Sr. Hugo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Que foi... que era um agente...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E isso gerou um inquérito, gerou uma investigação policial. Confere?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Que era um agente da ABIN que estava seguindo o Sr. Humberto Braz.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Foi o advogado do senhor que lhe informou a esse respeito, com base no inquérito policial, ou seja, numa denúncia?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não. Não foi com base num inquérito policial.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Porque o importante aqui — desculpe estar interrompendo, mas é pela pressa que o Presidente nos impõe, e não porque quero ser indelicado — é como chega ao senhor a informação, e por que o senhor sabe que é alguém da ABIN?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Porque a Polícia informou ao Sr. Humberto.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah, a Polícia informou?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A Polícia.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - A Polícia Civil?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Estadual, é.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Estadual? Ótimo. Eu lhe agradeço.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Polícia Estadual.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então é a esse inquérito que precisamos ter acesso.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Foi a Polícia Estadual. *(Pausa.)* Há uma parte aqui que eu não estou me lembrando... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou ter de passar a palavra a outro, em função do tempo, que se esgotou...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, mas o senhor me perguntou sobre a Gamecorp. A decisão do CADE, a que me referi aqui — e não sei se é dessa que o senhor está falando — foi uma decisão em relação à Telecom Italia e não em relação à TELEMAR, foi a essa a que eu me referi. Essa recente, essa que trocou a decisão, foi uma decisão do CADE em relação à volta da Telecom Italia ao controle da Brasil Telecom, nada tinha a ver com a operação da TELEMAR, eu não mencionei nenhuma operação do CADE...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E o Senhor não faz nenhuma relação entre a participação do filho do Presidente e essa mudança? O senhor não estabelece aqui nenhum contexto em relação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, eu não tenho ...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tá. Então, a última, por favor, Presidente — abusando, abusando.



O senhor se dispõe a uma acareação e a repetir aqui ao Deputado — perdão, de novo, estou errando — ao delegado, as afirmações que o senhor teria ouvido dele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Os senhores têm a prerrogativa de convocação, quer dizer, se os senhores convocarem, eu não tenho alternativa, não estou pedindo para fazer acareação, mas se os senhores ...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O próximo inscrito é o Deputado Paulo Abi-Ackel, que não se encontra no momento. Deputado Francisco Rodrigues. Deputado Jorginho Maluly.

Vou passar agora às reinscrições que foram feitas para outros questionamentos. E aproveito, antes de passar a palavra para os reinscritos, para perguntar — uma vez que estamos na linha da imprensa —: existe alguma ligação do senhor com os Srs. Márcio Chaer, Diogo Mainardi e Attuch?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - O Márcio Chaer, eu não o conheço, nunca estive, não tenho nenhuma relação com o Márcio Chaer. Com o Sr. Diogo Mainardi, eu estive uma vez, ele foi ao meu escritório e basicamente me dizendo que se eu não falasse com ele que a *Veja* iria fazer esta matéria, atribuindo a mim ter entregue essas informações, e eu tentei falar o mínimo possível, mas a *Veja* acabou fazendo a matéria de qualquer forma, e eu estive uma vez com o Sr. Diogo Mainardi. Com o Sr. Leonardo Attuch eu já estive algumas vezes, é um jornalista que, por vezes, me liga e já fez, se não me engano, até uma matéria comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar ao próximo reinscrito, o Deputado Pompeo de Mattos. (*Pausa.*) O Deputado Pompeo de Mattos não se encontra.

Deputado Domingos Dutra, também pelo prazo de 10 minutos. A Deputada pede que seja 3 e 3 no caso de reinscrição. A Deputada Iriny Lopes solicita que seja nesse sentido. Então, vou deferir que seja 3 para a pergunta e 3 para a resposta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, volto ainda ao caso do Sr. Hugo Braz, que o Dr. Daniel Dantas já informou ter uma empresa de consultoria. Eu perguntaria se o fato que lhe ocorreu, se ele considera, e as declarações dadas, se ele considera que são inverídicas; se considera que a



tentativa de subornar um delegado da Polícia Federal é, na sua visão, pelo seu conceito, algo grave e a que atribui uma pessoa que trabalha com o senhor e com as suas empresas tentar interferir numa investigação da Polícia Federal, segundo ele para proteção a familiares seus e do senhor? Em função do tempo, há uma série de citações aqui de que o senhor teria contratado a empresa Kroll, que, além de ter espionado o Governo, também teria espionado o Judiciário.

Aqui, o jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 25 de julho, cita o seguinte: “O Judiciário também foi espionado. A investigação visou dar ao Opportunity vantagem em disputas judiciais com os fundos de pensão e a Telecom Italia, acionista da Brasil Telecom. Agentes da Kroll seguiram desembargadores e funcionários do Tribunal. Levantaram número de telefones dos principais envolvidos na fraude. Investigaram software que deveria ser usado para garantir a lisura da distribuição de processos, já objeto de investigação do próprio tribunal”.

Mais à frente, também o jornal O Estado de S. Paulo, no dia 23 de março, diz: “Da Receita temos tudo, diz a Kroll. A Polícia Federal e o Ministério Público descobriram que a empresa de consultoria americana Kroll tinha domínio absoluto sobre as atividades da Receita Federal brasileira, inclusive acesso aos bancos de dados de todos os impostos e sobre a situação fiscal de qualquer contribuinte, pessoa física e jurídica, acesso irrestrito, incluía dados protegidos por sigilo”. Então, há uma série de referências de que essa empresa teria sido contratada pelo senhor.

Eu pergunto ao senhor: qual a sua opinião sobre isso? Pergunto se o senhor responde alguma ação criminal no exterior. Se responde, se o senhor já foi condenado a algumas delas. Em relação ao que a Deputada Iriny Lopes e o Deputado Luiz Couto se referiram sobre processo em Nova Iorque, nas Ilhas Cayman, qual a opinião do senhor sobre isso, se existem ou se o senhor já foi condenado em algumas delas.

Então, Sr. Presidente, em função do tempo era basicamente isso que eu tinha a perguntar.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não respondo nenhuma ação criminal no exterior.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou pedir às pessoas que se encontram no ambiente que, por favor, cooperem para que possamos ouvir. Senão, ficamos impossibilitados nós de ouvir, e os senhores também. Obrigado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Em relação à ação do Citibank contra nós e nós contra o Citibank, em Nova Iorque, essa ação foi resolvida, foi acordada, foi extinta. Essa ação não existe mais. Em relação à matéria que o senhor colocou, da *Folha de S.Paulo*, fazendo acusações de que nós teríamos contratado a Kroll para espionar o Judiciário, elas são falsas. Eu nunca contratei a Kroll, vou repetir. A Kroll foi contratada pela Brasil Telecom. A Kroll não foi contratada, pelo eu que tenho notícias, para espionar coisa alguma, principalmente o Judiciário. Então, não tenho nada a comentar a respeito desse assunto, apenas dizendo que não tenho nenhuma responsabilidade, e eu também não tenho responsabilidades sobre os atos da Kroll. A Kroll é uma empresa multinacional grande que tem de tomar conta dos seus procedimentos. O que não tenho é evidência alguma, indício algum de que tenha cometido irregularidade. A última pergunta que o senhor fez quanto ao que está sendo atribuído ao Sr. Humberto Braz, eu não tenho como responder. Eu não estive com o Humberto Braz depois que essas acusações lhe foram feitas, e eu não tenho essa informação. Não tenho o que lhe dizer. Acredito que não tenha sido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, ainda está dentro do meu tempo. O senhor também afirmou que lá na Itália o senhor soube ou ouviu dizer que haviam sido pagos 25 milhões em propinas para beneficiar...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A Telecom Italia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... a Telecom Italia. O senhor vive num ambiente de muita disputa, como o senhor revelou aqui. Informação é poder. O senhor tomou essa informação de que 25 milhões foram usados para propinar pessoas no Brasil. O senhor simplesmente fez de conta de que não ouviu nada, vem aqui e faz essa afirmação? O senhor sabe quem foi propinado ou a sua afirmação é simplesmente para deixar um mar de dúvida, de suspeição sobre pessoas não nominadas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não. Na época, o que nós fizemos foi uma representação à Procuradoria-Geral da República pedindo que solicitassem a origem dessas informações, porque isso foi lido na imprensa e teria sido um



desdobramento das investigações que estavam sendo conduzidas pela Procuradoria de Milão. A partir do momento que essa transação se resolveu, a transação comercial, a partir daí eu perdi o interesse no assunto. Quer dizer, hoje em dia o interesse que eu tenho é apenas o de mostrar que as provas que foram oferecidas, no caso Kroll, eram falsas. Eu já não tenho mais nenhuma disputa com a Telecom Italia. Eu não tenho razões para ficar escavando o passado desses conflitos. Esse assunto já não é mais um assunto na minha pauta. A única coisa em que nós temos interesse, por orientação da defesa, é conseguir os elementos probatórios que mostram que o disco, a base original que motivou a Operação Chacal teria sido uma prova criada, fabricada. Isto, na verdade, resolve o problema da questão Kroll, que eu respondo. Então, é por esse motivo que eu estou tentando obter esse pedaço de investigação da Itália. No passado, eu tinha interesse no todo. Mas só para se tomar conhecimento desses 25 milhões de euros, numa época muito tarde em relação ao conflito. E, a partir daí, eu não me interessei em tentar procurar saber quem teria sido o beneficiário e tal. Não era mais uma questão que tivesse significância empresarial. Como repeti no passado, o meu trabalho é esse. Eu não sou Ministério Público, eu não sou Polícia Federal, eu não sou CPI. Quer dizer, na medida em que não há mais uma questão objetiva material sobre o fato, isso deixa de ser um objeto do foco das nossas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, que se inscreveu e é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quem afirma que o Sr. Daniel Dantas agiu de forma desonesta, e as menções de fraude ou falsificação, foram ditas pelo juiz das Ilhas Cayman, em relação à ação da qual o grupo dele e ele entraram com a ação. No total, 25 pessoas foram indiciadas e respondem a processo de formação de quadrilha, receptação qualificada e divulgação de segredo.

Ainda mais, Sr. Presidente: com o documento que a Promotoria de Nova Iorque enviou para a CPI do BANESTADO, o Ministério Público pode desvendar uma das maiores fraudes financeiras da história.

Na lista de operações suspeitas aparecem dezenas de transações envolvendo o nome do Fundo Opportunity, do grupo que pertence o banqueiro Daniel Dantas. A lista traz as transações financeiras que alimentaram contas no



MTB Bank, em Nova Iorque. Esse foi o canal utilizado por mais de 100 doleiros brasileiros para lavar dinheiro e sonegar impostos de grandes empresários e políticos, utilizando laranjas. O banco de dados enviado pela Promotoria de Nova Iorque contém um registro eletrônico de 534 mil operações financeiras realizadas pelo MTB Bank, onde constam valores, número de contas e datas dos depósitos. No total, foram movimentados 17 bilhões de dólares entre 1997 e 2003.

Ainda, Sr. Presidente, o Sr. Daniel também é acusado de contratar empresa privada para espionar o Governo — e também há a espionagem do Judiciário. A megaoperação da Polícia Federal prendeu 5 da Kroll e levou documentos que lá se encontravam, do Sr. Daniel Dantas. Relatório da PF incrimina o banqueiro. Ou seja, o Cássio Casseb foi um dos principais alvos dessa investigação feita à Receita.

Está dito lá, Sr. Presidente: *“Da Receita, temos tudo — diz a Kroll. A Polícia Federal e o Ministério Público descobriram que a empresa de consultoria americana a Kroll tinha domínio absoluto sobre as atividades da Receita Federal brasileira, inclusive acesso aos bancos de dados de todos os impostos e sobre a situação fiscal de qualquer contribuinte”*, quando, na realidade, V.Exa. sabe que há o sigilo fiscal, mas a Kroll tinha todos esses dados.

Então, Sr. Presidente, também mostrando que o Sr. Daniel Dantas, quando é questionado, tem uma amnésia e não se lembra dos dados, mas, de uma hora para outra, ele começa a lembrar de coisas que possam favorecer a teoria dele, a teoria conspiratória. Então, eu não posso fazer pergunta ao Sr. Daniel Dantas, porque, na CPI dos Correios e hoje também, o Sr. Daniel Dantas continua agindo de forma a usar do expediente de mentir e de querer se tornar uma vítima, quando, na realidade, ele não é. Ele está sendo processado, indiciado e agora tenta desqualificar o juiz, tenta desqualificar o delegado que esteve à frente.

E é importante que haja mesmo essa acareação, porque se ele diz que teve conversas com o Dr. Protógenes, é importante que ele possa aqui, cara a cara, responder por essas afirmações que ele faz.

Então, Sr. Presidente, fico triste porque nada daquilo que era a razão de ser, que era para investigarmos sobre os grampos feitos na operação Kroll, nada disso foi revelado. Aqui mais se falou em outras coisas que não daquilo que é a razão da nossa CPI. Eu espero que um dia nós possamos ter a verdade estabelecida aqui.



Por isso, não faço perguntas, porque não quero que o Sr. Daniel Dantas venha a mentir para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Luiz Couto. E V.Exa., como sempre, em alguns pontos, tem razão. O objetivo é apurar e investigar se o Sr Daniel Dantas se utilizou de interceptação ilegal nas suas atividades. Quem causou grande prejuízo ao desenvolvimento do seu trabalho hoje foi justamente algo que precisa ser revisto neste País, que é o chamado segredo de justiça, que nos impossibilitou até agora de termos acesso aos dados que poderiam ser apresentados de forma a confrontar o Sr. Daniel Dantas com essas informações contidas no bojo desses processos que hoje estão na Justiça. Então, nós vamos ter, com certeza, de reinquirir o Sr Daniel Dantas em uma outra oportunidade, tão logo tenhamos acesso ao processo, ao seu conteúdo, para que possamos confrontar o Sr. Daniel Dantas com as questões que aqui se encontram.

Vou passar a palavra ao Sr. Raul Jungmann, último inscrito, para o seu questionamento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMMANN - Obrigado, Sr. Presidente, garanto que, desta vez, ficarei em menos de um terço do tempo requerido.

Sr. Daniel Dantas, depois que eu me retirei, eu me lembrei de duas questões outras, e eu pediria a sua atenção, como da vez anterior. A primeira é a seguinte: a Polícia Federal, pelo que me consta, em um inquérito em andamento, tem uma gravação do Sr. Frank Holder com a revista *Veja*, na qual ele faz referência ao dossiê do Sr. Paulo Lacerda, dossiê esse que conteria supostamente aquelas informações que levaram à irritação do atual Diretor-Geral da ABIN. O Sr. Frank Holder, pelo que nos consta, pertenceu ou pertence aos quadros da Kroll e teria sido contratado pelo senhor ou por empresa ligada ao senhor e teria repassado essas informações que geraram a matéria da *Veja*. Isso estaria gravado pela Polícia Federal, e eu queria saber o que o senhor tem a dizer a esse respeito.

A segunda das questões, para complementar o que anteriormente aqui perguntei, é se o senhor poderia nos dizer, poderia declinar o valor pago pela consultoria, assessoria que teve do filho do Presidente durante o período contratual que teve com ele e que trabalhos foram desenvolvidos. O valor desse contrato pago e quais os serviços que foram prestados.



Obrigado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Em relação a essa gravação do Sr. Frank Holder, a respeito da conversa com a revista *Veja*, eu não tenho conhecimento dessa gravação. Eu sei que ela existe, os advogados me informaram, mas o dossiê que me foi apresentado, que não sei se era o único, que me foi dito nos escritórios da Kroll, não pelo Sr. Frank Holder, mas por outro analista, é que isso era tudo parte da investigação da Parmalat, que era muito grande. Então, eu não sei o que o Sr. Frank Holder apresentou à revista *Veja*, não tenho como me pronunciar a respeito dele.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Permita-me. O senhor desculpe por interromper, mas em benefício da clareza. O Sr. Frank Holder, o senhor o conhecia?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Conhecia.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em segundo lugar, ele era um quadro da Kroll e participava do contrato da Kroll com o senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - De novo: o contrato da Kroll não era comigo. O contrato da Kroll era com a Brasil Telecom.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim, mas ele fazia parte desse contrato com a Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei se ele fazia parte do contrato, na exposição que a Kroll fez na sede do Citibank para os executivos do Citi que eu estava presente, o Sr. Frank Holder estava. E depois o Sr. Frank Holder continuou mantendo contato com os executivos do Citibank, e eu sei que o Sr. Frank Holder trabalhou no contrato da Brasil Telecom. Eu não sei se o contrato da Brasil Telecom especificava que teria que ser o Sr. Frank Holder. Eu acho que o Sr. Frank Holder é o Presidente da Kroll nos Estados Unidos, eu acho, eu não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tá. E o senhor desconhece, é evidente, perdoe-me a reiteração, qualquer relação que existe entre esse dossiê e a sua figura e também a Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - É, eu não entreguei, não fui eu que foi responsável pelo inquérito.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E o senhor, em momento algum, teve conhecimento desse dossiê a que eu estou me referindo que o Sr. Frank



Holder, segundo gravação, que nós não temos acesso, da Polícia Federal, teria entregue à revista *Veja*?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei se foi o Sr. Frank Holder que entregou essa, essa... Quem entregou, o que aconteceu com a revista *Veja* eu não tenho conhecimento, não posso testemunhar. Não posso dizer que foi.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tá. E a segunda das perguntas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - A segunda das perguntas: eu nunca contratei... O filho do Presidente nunca trabalhou para nós.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Nem para empresas ligadas ao senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Olha, eu não sei se trabalhou, se a Brasil Telecom na verdade usou os serviços da empresa dele. Isso eu não posso atestar, eu não sei.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor nunca teve conhecimento?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu nunca tive conhecimento, não o conheço, nunca estive com ele, eu não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tá, então o senhor desconhece isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado, Sr. Daniel Dantas.

Sr. Presidente, eu pediria, se possível, que esta CPI — pedido que reiterarei por escrito — tenha acesso a essa fita aqui referida, se ela não estiver evidentemente sob sigilo de justiça. Mas também se o estiver, pediria aqui com a sua anuência e do nosso Relator, fosse requisitada a transcrição dessa fita. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Gustavo Fruet, para última pergunta.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É só uma, em caráter complementar.

Nas págs. 134 e 135 do relatório da Operação Satiagraha, há uma lista dos cotistas do Fundo Opportunity, dela consta a SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais, atualmente denominada Caixa Seguros, uma subsidiária da Caixa



Econômica Federal que tem como um dos seus principais acionistas a FUNCEF e a FENAE, fundos de pensão dos servidores públicos. O senhor, o seu grupo ou o banco, já fez alguma operação com esses fundos? O senhor tem conhecimento de quem são os controladores ou de operações com recursos desses fundos? E, por fim, se o senhor concorda com o que consta do relatório do Dr. Protógenes que, segundo informações fornecidas pela Receita Federal e BACEN, comprovou que os valores não foram declarados e que foram remetidos ilegalmente para o exterior havendo suspeitas de utilização de doleiro com relação ao Fundo Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Espera aí, o senhor tem de repetir essa pergunta, desculpe, eu...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - No relatório da Operação Satiagraha há uma lista dos cotistas do Fundo Opportunity, dela consta a SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais, atualmente denominada Caixa Seguros, uma subsidiária da Caixa Econômica Federal, que tem como um de seus principais acionistas a FUNCEF e a FENAE, fundos de pensão de servidores públicos. O senhor fez alguma operação com esses fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Eu não sei.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor tem conhecimento de quem são os controladores ou de operações com recursos esses fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E, por fim, se o senhor concorda com a afirmação do Dr. Protógenes, que no relatório afirma que as informações fornecidas pela Receita e pelo BACEN comprovam que os valores não foram declarados e que foram remetidos ilegalmente para o exterior, havendo suspeitas da utilização de doleiros?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Que valores?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Dos cotistas do Fundo Opportunity.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, foi encerrada a lista de reinscrição e, antes de encerrar esta sessão, cabe-me dizer a V.Exas. que, de alguma forma, o segredo de justiça hoje só privilegia aqueles que possuem poder econômico neste País, fazendo com que nós não tenhamos os elementos



necessários para fazer as inquirições apropriadas que deveríamos ter feito no que diz respeito à questão da interceptação.

Do que eu hoje pude aqui ouvir, parece-me que nesse filme só tem mocinho, não há nenhum bandido e que as coisas aqui não se dão da forma normal, e sim da forma como a máfia normalmente estabelece as suas relações. Ou seja, nada é pessoal. Tudo não passa de negócios.

Acho que temos que nos aprofundar mais nessa questão, até porque a questão da interceptação hoje não é só aquela ilegal, mas a própria legal nos preocupa. Todos esses procedimentos e ações terão que ser revistos e repassados. Não tenho a menor dúvida de que nós teremos ainda a necessidade de ouvir especificamente o Sr. Daniel Dantas a respeito das imputações que vêm sendo feitas a ele de que é uma pessoa que se utiliza da interceptação do grampo como uma forma do exercício das suas atividades empresarial e comercial.

Portanto, com certeza, nós teremos que fazer essa reinquirição tão logo tenhamos acesso aos dados da operação onde está envolvida e onde está sendo investigada não só a Kroll, como o próprio Sr. Daniel Dantas, onde existe denúncia, inclusive, da existência ou da realização de interceptações de dados ou de comunicações, porque, como aqui foi colocado por uma autoridade policial que aqui esteve, o Sr. Daniel Dantas teria tido acesso a dados de comunicação dentro da empresa que ele ora representa sem participar, ora participa sem representar, o que parece uma situação para mim ainda um pouco confusa. O meu QI, o meu discernimento ainda não teve capacidade para entender o funcionamento desse processo. Ora representa, mas não é; ora é, mas não representa. Mas eu acho que, quando nos aprofundarmos sobre os documentos, teremos mais condições de fazer um melhor juízo de valor e fazer os questionamentos.

Vou encerrar fazendo uma última pergunta. Eu queria saber do Sr. Daniel Dantas se ele tem ou teve acesso, nas suas empresas, a dados de comunicação de computador de servidores, de funcionários ou de pessoas suas envolvidas que, em tese, deveriam estar cobertas sob sigilo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não entendi a pergunta. Se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. teve, no curso da sua atividade empresarial, profissional, acesso a dados, como *e-mail* ou dados de



mensagens de computador ou acesso a computador de pessoas que trabalham, trabalharam ou são parte do grupo a que V.Sa. pertence, acesso a dados que estão submetidos a uma confidencialidade sem a devida autorização legal ou judicial?

O senhor poderia responder para que possamos...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Não, não tenho. Nunca tive acesso a dados. Quer dizer, existem, dentro do nosso escritório, regras em relação à comunicação eletrônica, mas nós não temos acesso à comunicação das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual é essa regra? O senhor poderia nos dizer?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - Ah, não pode coisa taxada. São regras de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas não há nem houve interferência nenhuma por parte do senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS - De minha parte nunca houve interferência em comunicação de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, vamos agradecer a presença de V.Sa. nesta CPI, bem como a de seus advogados. Acho que, por outro lado, V.Sa. trouxe algumas informações que merecem ser avaliadas, discutidas e que dizem respeito a acusações que o senhor faz aqui que são muito sérias no que diz respeito ao que V.Sa. coloca como uma perseguição de cunho político. Mas eu, particularmente, não vejo que neste filme só tenha mocinho que, como o senhor diz, não bebe leite ao balcão e peça leite. Eu acho que é uma luta empresarial, e nessa luta empresarial o que me parece é um jogo de vale-tudo. Mas essa é apenas uma consideração daquilo que eu pude depreender do depoimento de V.Sa., ou seja, onde as pessoas não têm escrúpulos, não medem as conseqüências e tudo é válido na busca do lucro.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na próxima quarta-feira, para a deliberação de requerimentos, haja vista que não há número suficiente para votação dos requerimentos nesta noite.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado pela presença de todos.